

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

GABRIELA CONTÃO CARVALHO

**OS GREGOS NA ÁFRICA DO NORTE: HERÓDOTO E A REPRESENTAÇÃO DA
LÍBIA COMO UMA HETEROTOPIA (SÉCULO V A.C.)**

VITÓRIA

2020

GABRIELA CONTÃO CARVALHO

**OS GREGOS NA ÁFRICA DO NORTE: HERÓDOTO E A REPRESENTAÇÃO DA
LÍBIA COMO UMA HETEROTOPIA (SÉCULO V A.C.)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de mestre em História.

Orientador: Prof. Dr. Gilvan Ventura Silva

VITÓRIA

2020

Ficha catalográfica disponibilizada pelo Sistema Integrado de Bibliotecas - SIBI/UFES e elaborada pelo autor

C331g Carvalho, Gabriela Contão, 1994-
Os gregos na África do Norte: Heródoto e a representação da Líbia como uma heterotopia (século V a.C.) / Gabriela Contão Carvalho. - 2020.
185 f. : il.

Orientador: Gilvan Ventura da Silva.
Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Grécia Clássica. 2. Heródoto. 3. Líbia. 4. Representação. 5. Heterotopia. I. Silva, Gilvan Ventura da. II. Universidade Federal do Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III. Título.

CDU: 93/99

GABRIELA CONTÃO CARVALHO

**OS GREGOS NA ÁFRICA DO NORTE: HERÓDOTO E A REPRESENTAÇÃO DA
LÍBIA COMO UMA HETEROTOPIA (SÉC. V A.C.)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social das Relações Políticas da Universidade Federal do Espírito Santo, como parte dos requisitos necessários para obtenção do título de mestre em História.

Aprovada em:

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
Orientador

Prof.^a Dr.^a Alessandra André Chiminazzo
Secretaria de Estado da Educação/ES
Membro Externo

Prof.^a Dr.^a Érica Cristhyane Morais da Silva
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro interno

Prof. Dr. Belchior Monteiro Lima Neto
Universidade Federal do Espírito Santo
Membro interno

Prof. Dr. Sebastião Pimentel Franco
Universidade Federal do Espírito Santo
Suplente interno

Prof.^a Me. Hariadne da Penha Soares
Secretaria de Estado da Educação/ES
Suplente externo

Aos meus pais, Max Célio e Vanusa, que me amaram desde o primeiro sopro de vida. Aos meus irmãos, Erik e Clarice, que me ensinaram a aproveitar os momentos simples.

Ao meu amor, Eric, que esteve ao meu lado durante todo caminho.

AGRADECIMENTOS

Eu não teria finalizado esta dissertação sem uma rede de apoio, por isso preciso agradecer àqueles que me acompanharam durante esse percurso acadêmico. Em primeiro lugar, agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Gilvan Ventura da Silva, que me acompanhou desde a iniciação científica até o presente momento. Devo acrescentar que 90% do meu conhecimento sobre o que é pesquisar me foi proporcionado por ele, que me guiou e aconselhou durante todos esses anos. Espero, de alguma forma, ter conseguido retribuir toda a dedicação que ele depositou em mim.

Agradeço, com especial carinho e reconhecimento, à Prof^a Dr^a Érica Cristhyane Morais da Silva, ao Prof. Dr. Belchior Monteiro Lima Neto e à Prof^a Dr^a Alessandra André Chiminazzo por compartilharem seus conhecimentos e, além disso, pelos preciosos apontamentos feitos em minha banca de qualificação.

Em segundo lugar, agradeço à minha família pelo carinho e suporte em momentos de necessidade, e por sempre me apoiar em todas as etapas de minha vida. Agradeço principalmente a meu pai, Max Célio de Carvalho, por me incentivar a estudar e buscar o conhecimento, mas sobretudo por me amar incondicionalmente. Agradeço à minha avó, Euselina Pereira de Carvalho, pelos ensinamentos de quem, mesmo sem estudo formal, sempre apostou em minha educação. Agradeço à minha madrastra e amiga, Carla Patrícia Pires Xavier de Carvalho, por me proporcionar um lar saudável e acolhedor, e pelas palavras de conforto e força.

Ao meu amado e melhor amigo, Eric de Oliveira Araújo, agradeço por ser meu porto seguro, por me dar a mão nos momentos de dificuldade e desespero, por estar sempre ao meu lado, confiando na minha capacidade e me incentivando.

Agradeço ao meu grande amigo, Martinho Guilherme Fonseca Soares, que está comigo desde 2013, quando iniciamos a graduação, ensinando-me todos os dias a ser uma pessoa melhor. Obrigada, Martinho, por aguentar meus surtos, minhas reclamações e os infinitos áudios sempre de maneira educada e prestativa. Seu apoio foi essencial nessa jornada.

Agradeço também aos meus amigos Penha Karoline, Bárbara, Flavia Zanett, Ulisses, Marcos Coelho e Camila, pelas palavras de conforto, pelas risadas e pelo apoio de vocês que me foi, e é, muito valioso.

Por fim, mas não menos importante, agradeço à Universidade Federal do Espírito Santo e ao Programa de Pós-Graduação em História, por me colocar em contato com profissionais de excelência e me fornecer conteúdo de qualidade. Agradeço, em especial, à Fundação de Amparo à Pesquisa e Inovação do Espírito Santo (Fapes) pelo suporte financeiro que foi concedido nesses dois anos de pesquisa, sem o qual a dissertação seria de difícil conclusão. Meus sinceros agradecimentos a todos.

*Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade
se movimenta com ela.*
Angela Davis (1981).

RESUMO

Objetivou-se investigar a representação elaborada por Heródoto sobre os líbios, no contexto da Grécia Clássica (século V a.C.). Para tanto, analisou-se a obra *História*, na qual o autor, além de tratar do conflito que opôs os gregos aos persas, descreve usos e costumes de uma grande quantidade de povos que gravitavam em torno do Mediterrâneo. Do ponto de vista da base empírica, selecionou-se, para análise, o livro IV, *Melpomene*, pois é nele que o autor descreve as comunidades nômades e sedentárias da Líbia, bem como o espaço por elas ocupados. Defende-se a hipótese segundo a qual Heródoto, por meio da sua obra, se apresenta como um porta-voz dos valores da pólis, incluindo a maneira como os gregos lidavam com o espaço, razão por que sua narrativa sobre o *modus vivendi* dos líbios adquire uma dimensão espacial evidente. O espaço habitado pelos líbios é convertido, na narrativa de Heródoto, numa heterotopia, num espaço degradado, estabelecendo-se uma oposição entre os usos e costumes líbios e os gregos. Como, no século VII a.C., um grupo de tereus fundou, no litoral da África do Norte, uma *apoikia* chamada Cirene, consultaram-se também alguns relatórios de escavação, a fim de compreender como ocorreu a apropriação do território líbio pelos gregos e de definir as linhas gerais do espaço com o qual o autor deparou. Do ponto de vista teórico, empregaram-se, na pesquisa, os conceitos de representação, heterotopia, fronteira e identidade. Já do ponto de vista metodológico, aplicou-se à obra de Heródoto a análise de conteúdo, tal como proposto por Laurence Bardin. Todos esses recursos permitiram estudar a representação de Heródoto sobre os povos e os territórios da Líbia no século V a.C.

Palavras-chave: Grécia Clássica. Heródoto. Líbia. Representação. Heterotopia.

ABSTRACT

The research aims at investigating the representation elaborated by Herodotus regarding Libyans, in the context of Classical Greece (V BC century). To do so, the work named *História* was analyzed, in which the author, besides dealing with the conflict that made Greeks stand up against the Persians, describes uses and customs of a great amount of peoples who used to gravitate around the Mediterranean. From the empirical basis point of view, the study selected for analysis, the IV book, since the author describes Libya's nomadic and sedentary communities, as well as the space they occupy. It defends the hypothesis whereby Herodotus, through his work of art, is represented as the spokesman of Polis values, including the way Greeks dealt with space, which is the reason why his narrative about the Libyan's *modus vivendi* acquires an evident spatial dimension. Inside Herodotus' narrative, the space inhabited by the Libyans is converted into a heterotopia, in a degraded space, establishing an opposition between Libyans and Greeks' uses and customs. As in VII BC., a group of Tereus founded, in the coast of North Africa, ancient Greek colonies (*apoikia*) called Cyrene, some excavation reports were also consulted in order to understand how the Libyan territory was appropriated by the Greek and to define general lines of space encountered by the author. From the theoretical point of view, the research used the representation, heterotopia, frontier, and identity concepts. However, from the methodological point of view, it was applied to Herodotus' work, the analysis of content, as proposed by Laurence Bardin. All these resources enabled us to study the Herodotus representation concerning Libya's peoples and territories in V BC century.

Keywords: Classical Greece. Herodotus. Libya. Representation. Heterotopia.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Acrópole ateniense em 480 a.C.....	42
Figura 2 – Atenas Clássica vista do Noroeste	47
Figura 3 – Ágora ateniense por volta de 500 a.C.	51
Figura 4 – Planta do teatro de Dioniso, em Atenas	56
Figura 5 – Afresco de pescadores de Tera na Idade do Bronze	90
Figura 6 – Modelo de barco de terracota (Terceiro milênio a.C.) de Palaikastro, Grécia.....	91
Figura 7 – Modelo de barco de terracota (Terceiro milênio a.C.) de Machlos, Creta	91
Figura 8 – Reconstrução do aparelhamento do veleiro de Tera	92
Figura 9 – Representação dos frisos sul e norte de Tera restaurados	93
Figura 10 – Vista de Djebel Akhdar, com a planície costeira ao fundo	104
Figura 11 – Vista panorâmica sobre o primeiro degrau do platô	105
Figura 12 – Planta de Cirene	107
Figura 13 – Terraço Inferior da ágora	109
Figura 14 – Plano geral da região da ágora de Cirene.....	109
Figura 15 – Reconstrução dos <i>oïkos</i> de Ofeles e da tumba de Batos	110
Figura 16 – A ágora de Cirene no século V a.C.....	111
Figura 17 – Organização urbanística de Cirene.....	114
Figura 18 – A Via de Batos	115
Figura 19 – Série de túmulos de Cirene	115
Figura 20 - A colina da acrópole, vista do Norte-Oeste	116
Figura 21 – Seção das muralhas de Cirene.....	117
Figura 22 – Vestígios do Santuário de Apolo	118
Figura 23 – Planta do Templo de Apolo	119
Figura 24 – Reconstrução ideal do Templo de Apolo	119
Figura 25 — Planta do Santuário de Apolo.....	120
Figura 26 – Monumento a Apolo	121
Figura 27 – A diversidade líbia segundo os egípcios	153
Figura 28 – Trajes masculinos líbios.....	154
Figura 29 – Bainha protetora de genitais.....	155
Figura 30 – Diferentes tipos de argolas utilizadas pelos líbios como brincos.....	156
Figura 31 – Uso das argolas pelos líbios	156

Figura 32 – Mulheres atenienses na fonte	167
Figura 33 - Mulher ateniense no mercado	167
Figura 34 – Mulheres atenienses na colheita.....	169

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Itinerário das Guerras Greco-Pérsicas	49
Mapa 2 – Império Persa em 490 a.C.	67
Mapa 3 – Provável representação de mundo de Heródoto	71
Mapa 4 – Visibilidade do nível do mar a partir do Mediterrâneo	87
Mapa 5 – O Mediterrâneo oriental e suas sociedades antigas	94
Mapa 6 – Assentamentos gregos no Mediterrâneo.....	98
Mapa 7 – A Líbia grega.....	101
Mapa 8 – A região da Cirenaica na Antiguidade.....	102
Mapa 9 – Os grupos líbios na Antiguidade	124
Mapa 10 – Fazzan, no Norte da África, com destaque para o Wadi al-Ajal	139
Mapa 11 – A etnogeografia dos líbios orientais por volta de 1200 a.C.	150
Mapa 12 – Grupos líbios segundo Heródoto	151

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Complexo categorial adotado na exploração da fonte.....	36
Quadro 2 – A ocupação dos territórios da Líbia segundo Heródoto	122
Quadro 3 – Itinerário da caravana de Heródoto	137
Quadro 4 – Heterogeneidade dos grupos líbios segundo Heródoto	146
Quadro 5 – Ocupação do espaço público e privado na Atenas Clássica	164

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 HERÓDOTO E O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DE <i>HISTÓRIA</i>	40
2.1 ATENAS E O FLORESCIMENTO DA DEMOCRACIA	41
2.2 HERÓDOTO, UM AUTOR QUASE OBSCURO.....	57
2.3 O OFÍCIO DO HISTORIADOR	64
2.4 EDIÇÕES, TRADUÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE <i>HISTÓRIA</i>	71
2.5 HERÓDOTO, ENTRE A HISTÓRIA E A ETNOGRAFIA.....	78
3 INTEGRAÇÕES NO MEDITERRÂNEO ANTIGO E A FUNDAÇÃO DE CIRENE 84	
3.1 O MAR, UMA PAISAGEM CONFLITUOSA.....	89
3.2 OS GREGOS E OS <i>OUTROS</i> : CONTATOS MEDITERRÂNICOS	95
3.3 A LÍBIA ANTIGA E A FUNDAÇÃO DE CIRENE	100
3.4 A ÁGORA	108
3.5 TOPOGRAFIA E URBANIZAÇÃO	111
3.6 A ACRÓPOLE.....	116
3.7 O SANTUÁRIO DE APOLO.....	117
3.8 INTERAÇÃO ENTRE GREGOS E LÍBIOS	121
4 A LÍBIA, OS LÍBIOS E A DINÂMICA DAS HETEROTOPIAS	125
4.1 A RELAÇÃO ENTRE EGÍPCIOS E LÍBIOS	128
4.2 A CARAVANA DE HERÓDOTO: PAISAGENS SAARIANAS	133
4.3 OS GARAMANTES E O SISTEMA ECONÔMICO SAARIANO.....	141
4.4 OS POVOS LÍBIOS E SEUS COSTUMES	145
4.5 A REPARTIÇÃO DO ESPAÇO LÍBIO ENTRE SEDENTÁRIOS E NÔMADES	158
4.6 HERÓDOTO E O IDEAL DE <i>MULHER MELISSA</i> : O CASO DAS MULHERES LÍBIAS	163
5 CONCLUSÃO	174
REFERÊNCIAS	178

1 INTRODUÇÃO

Heródoto é considerado o autor da primeira obra em prosa da literatura grega, *História*, preservada até os nossos dias. Segundo nos legou a tradição, o autor teria nascido em Halicarnasso, cidade próxima a Mileto, no litoral da Ásia Menor, nas primeiras décadas do século V a.C. Em sua época, Halicarnasso era um centro florescente da cultura helênica. O período exato em que a obra foi escrita não podemos afirmar, porém é sabido que seu autor teria nascido em 484 a.C. e que o texto provavelmente fora lido em público, em Atenas, no ano 445 a.C. Portanto, acreditamos que a obra tenha sido escrita entre 464 a.C. e 445 a.C. (KURY, 1985, p. 7).

História, ao que tudo leva a crer, contribuiu para moldar o imaginário grego da Época Clássica, pois, como dissemos, foi lida em público, favorecendo assim a construção de uma identidade coletiva, ao mesmo tempo que serviu para a elaboração de uma representação dos gregos sobre as demais comunidades descritas por Heródoto. Além disso, a obra nos auxilia a compreender como os helenos visualizavam as comunidades culturalmente diversas e interagiam com elas.

Nos quatro primeiros livros de *História*, Heródoto informa a respeito de diversas comunidades e territórios estrangeiros como o Egito, a Babilônia, a Lídia e a Cítia, porém, para efeitos desta dissertação, elegemos como recorte espacial para a pesquisa a região da Líbia¹, o que nos leva a trabalhar com o Livro IV da respectiva obra. Nesse livro, o autor começa abordando a região da Cítia e finaliza com a Líbia, sobre a qual elabora uma representação dos costumes e da maneira como os líbios ocupam o território, tornando-o um espaço degradado, sem atrativos

¹ No âmbito desta dissertação, não utilizamos o vocábulo “Líbia” no sentido de nação ou Estado, o que não caberia para o caso da Antiguidade, mas sim como o conjunto de comunidades com características comuns que ocupavam determinado espaço no norte da África.

para o observador — uma *heterotopia*, conceito que melhor discutiremos nas páginas subsequentes.

Nessa perspectiva, formulamos a seguinte hipótese. Heródoto, por meio de sua obra, se apresenta como um porta-voz dos valores da pólis, incluindo a maneira como os gregos lidavam com o espaço, razão pela qual sua narrativa sobre o território e os costumes dos líbios adquire uma dimensão espacial, sendo tal território representado nos termos de uma *heterotopia*, um espaço degradado, articulação fundamental para a supervalorização da identidade grega em detrimento da alteridade líbia.

Ao fazermos uma leitura aprofundada da fonte, observamos que relacionar o espaço habitado com as práticas culturais de cada região descrita constitui uma característica narrativa de Heródoto. No entanto, o autor não constrói suas descrições de maneira neutra. Impregnado pelos costumes helenos e por sua concepção espacial grega, Heródoto elabora sua narrativa sobre as comunidades não gregas valendo-se daquilo que lhe é familiar.

Desse modo, ao formular a narrativa sobre os povos bárbaros, ou seja, todos aqueles não gregos, o autor se posiciona como porta-voz dos valores da cultura grega, proporcionando à sociedade helênica informações sobre os demais povos e fornecendo-lhes elementos identitários. Além disso, a representação do autor de *História*, ao passo que permite aos gregos visualizarem características sobre sua identidade coletiva, também lhes proporciona a constatação de sua superioridade diante do Outro.

Com a análise de *História*, demonstramos essa dinâmica, buscando comprovar a hipótese. Em conjunto com a análise da obra de Heródoto, utilizamos relatórios arqueológicos do sítio de Cirene, a fim de recuperar a configuração espacial com a qual Heródoto se defrontou no século

V a.C. Nesse sentido, constatamos que o uso desses dois tipos de fonte foi adequado para o objeto que nos propusemos a investigar.

A obra de Heródoto não é relevante apenas pelo fato de ter sido lida em público em Atenas e em outras *póleis*, forjando determinadas imagens sobre os povos externos à Hélade. *História* é uma obra que teve uma grande difusão ao longo do tempo, e historiadores do passado e do presente se debruçaram sobre ela, como Plutarco (*Mor.* 857E)² e Hartog (2014). Trata-se de autores separados por um intervalo de tempo considerável e que, no entanto, dedicaram-se à análise de *História*. Portanto, a narrativa de Heródoto é uma obra que ultrapassa em muito seu próprio tempo.

Segundo Hartog (2014, p. 33), Heródoto é um autor extremamente lido, analisado e interpretado, e todo esse processo acarretou sua “imortalização”. No entanto, durante muito tempo, Heródoto foi conhecido como “pai da História”, mas também como “mentiroso”, tendo boa parte dos estudiosos, a exemplo de Plutarco, em sua obra *O Tratado sobre a Malevolência de Heródoto*, se concentrado em desmentir suas afirmações. Assim, pensadores como Voltaire, em sua obra *O pirronismo da história*, costumavam dividir Heródoto em dois, pois havia o Heródoto dos *Outros* e o Heródoto das Guerras Greco-Pérsicas. Houve um longo processo de renovação para que esse viés de análise fosse superado e novas maneiras de se interpretar a obra do autor surgissem. Trabalhos como os de François Hartog (2014), Catherine Darbo-Peschanski (1998), Cynthia de Moraes (2004) e Nathalia Junqueira (2001) representam essa renovação, que só foi possível com a interdisciplinaridade entre a História e outras áreas de conhecimento, como a Antropologia, a Arqueologia e a Geografia.

² A abreviatura refere-se a *Obras morales e de costumbres*, de Plutarco.

De acordo com Silva (2015, p. 41), “[...] para compor sua obra, Heródoto serve-se de uma metodologia que não descarta a tradição oral helena, visto que registra aquilo que ouviu”. A autora também ressalta que a preocupação do escritor com a geografia dos territórios que descreve pode ser influência de Hecateu³, pois ele não apenas traça o perfil dessas comunidades, como também se interessa pelos seus costumes, sua geografia e suas práticas religiosas. A relação do grego com o *Outro* é algo que permeia toda a narrativa.

O contato dos gregos com as demais comunidades da Bacia do Mediterrâneo remonta à Época Arcaica, em meados do século VIII a.C., porém, por meio da expansão e da constituição das *apoikiai* gregas, nos séculos VIII e VII a.C., esse contato se intensificou. Segundo Austin e Vidal-Naquet (1972, p. 71), a fundação de assentamentos, chamados de *apokiai* e *emporía*, no exterior, constituía a forma como os gregos lidavam com o problema da falta de terras, principalmente daquelas mais férteis. A expansão teria começado por volta do século VIII a.C. e se estendido até o século VI a.C., com destaque para as regiões da Península Itálica, Península Ibérica e Cirenaica, todavia, de acordo com Ellauri e Baridon (1958, p. 43), a carência de terras férteis não é a única explicação possível para o advento da diáspora grega, havendo outras duas possíveis causas. A primeira seria a situação política, pois, em diversas cidades, o governo estaria sob o controle da aristocracia, com a consequente concentração de terras. A segunda seria o aprimoramento das técnicas de navegação, que facilitou a locomoção dos gregos pelo mar.

É preciso inicialmente diferenciar os tipos de assentamento existentes no Mundo Grego. Conforme Austin e Vidal-Naquet (1972, p. 71), existiram dois tipos básicos de assentamento gregos: as *apoikiai* e os *emporía*. A *apoikia* era “[...] fundada à partida para se tornar uma cidade

³ “Hecateu de Mileto foi o mais antigo dos logógrafos reconhecidos. Como navegador, cartógrafo, conselheiro político e mitógrafo, Hecateu foi considerado um dos fenômenos mais importantes na história da mais antiga literatura em prosa e realmente o fundador da historiografia dos gregos” (KOIKE, 2013, p. 19).

independente (embora mantenha laços estreitos, de acordo com as circunstâncias e os períodos, com a sua metrópole) [...]” e o *emporion* era um “[...] estabelecimento estritamente comercial”. De acordo com Ellauri e Baridon (1958, p. 46), a relação entre as *apoikiai* gregas e a cidade-mãe era, em sua maioria, de independência, razão pela qual os autores salientam que “[...] existia entre a *apoikía* e a cidade-mãe uma série de vínculos religiosos, culturais e, às vezes, econômicos; porém, em terreno político, não havia subordinação ou dependência”. Isso porque, em universo intelectual, a ideia de pólis informa sobre a construção mental que elabora uma forma específica de vida, que, por sua vez, tem a existência concreta nas relações sociais produzidas na comunidade.

O processo de colonização intensificou o contato entre os gregos e o *Outro* — o bárbaro. A princípio, bárbaro era aquele que não falava a língua grega e tinha práticas culturais distintas das dos helenos, mas sem que isso implicasse um estranhamento absoluto. De fato, Silva (2015, p. 44) enfatiza que “[...] os estrangeiros, ou bárbaros como os helenos os chamavam, interagem com os helenos, estabelecem acordos políticos e se influenciam mutuamente, em particular, nas suas práticas culturais”. Logo, percebemos que foi a partir do conflito com os persas que a identidade grega exacerbou consideravelmente, pois, até o período de Homero, era empregado o termo *allóthrooi* para designar os estrangeiros, ou seja, aqueles que falavam outra língua. É somente a partir do século VI e V a.C. que o termo “bárbaro”, no sentido de não grego se tornou um termo antônimo do grego.

História constituiu uma obra relevante para a formação do olhar dos gregos da Hélade diante do estrangeiro, do bárbaro, daquele que se distinguia como diferente. Observamos, na obra, a construção de uma retórica da alteridade à qual o autor recorre para caracterizar, ou melhor, representar o estilo de vida dos povos que não falavam grego. Embora Heródoto expresse, em grande medida, sua visão particular de mundo, ele também pode ser tratado como sujeito

coletivo, carregando consigo uma bagagem cultural. Que Heródoto escreva para os gregos não é surpresa, como demonstra em sua fala: “[...] não descreverei a aparência do camelo porque os helenos o conhecem” (*Hist.*, III, 103)⁴. Quando ele produz sua representação de outras comunidades e dos territórios estrangeiros, esses espaços se configuram como estranhos e repugnantes, na medida em que o *tópos* de comparação do autor são a Hélade e a pólis⁵.

Segundo Finley (1963, p. 47), “[...] a palavra grega pólis no seu sentido clássico significava um ‘estado que se governava a si mesmo’. Contudo como a pólis era sempre pequena, em área e população, veio a denominar-se ‘cidade-estado’”, denominação essa que, segundo o autor, é errônea por ignorar a população rural, que constituía a maioria da população, e sugerir que a cidade governava o campo. Vernant (2013, p. 53), por sua vez, explica que o aparecimento da pólis, entre os séculos VIII e VII a.C., marca um novo começo na história do pensamento grego.

Para esse autor, uma das características essenciais do sistema de governo da pólis é a “[...] preeminência da palavra sobre todos os outros instrumentos de poder” (VERNANT, 2013, p. 53). A “publicidade” é tratada por Vernant como uma das novidades próprias do surgimento da pólis e ela fazia parte de sua vida social⁶. Segundo o autor,

[...] essa exigência da publicidade leva a apreender progressivamente em proveito do grupo e a colocar sob o olhar de todo o conjunto das condutas, dos processos, dos conhecimentos que constituíam na origem o privilégio exclusivo do *basileus* ou dos *genes* (VERNANT, 2013, p. 55).⁷

⁴ Doravante a obra *História* será referida pela abreviatura *Hist.*

⁵ “O significado amplo de *τοπος* seria: lugar, localidade; país, território. Percebemos, portanto, que o termo está sempre vinculado a um espaço físico” (REBELLO, 2012, p. 5).

⁶ “Um dos aspectos da pólis por ser caracterizado pela plena publicidade exigida em relação à vida social. Tal comportamento pressupõe a existência de um espaço público, comum, em oposição ao âmbito do particular, ou seja, a esfera do público existe na medida em que é construída por práticas abertas à luz do dia” (SILVA, 2014, p. 436).

⁷ Com a expressão “apreender progressivamente”, Vernant explica que, por meio da publicidade do conjunto das normas de conduta, dos processos, os cidadãos começaram a internalizar aos poucos seus direitos e deveres (VERNANT, 2013, p. 55).

A descoberta do *Outro* e a coexistência com civilizações diferentes contribuíram para os gregos tomarem consciência da originalidade e do valor de sua própria cultura, de modo que acabaram por classificar como inferior aquilo que lhes era diferente, amedrontador e repugnante, assim como Heródoto faz com os líbios.

Ao abordamos o contraste cultural entre os gregos e os bárbaros, nesse caso os líbios, não podemos deixar de mencionar o nexos entre a construção da identidade grega e a alteridade bárbara, bem como a importância das Guerras Greco-Pérsicas na fixação de uma fronteira política entre bárbaros e gregos, pois “[...] foi a partir do conflito com os persas que a identidade grega exacerbou-se consideravelmente” (HARTOG, 2004, p. 123).

Nessa perspectiva, a narrativa de Heródoto sobre as Guerras Greco-Pérsicas fala diretamente da elaboração de uma fronteira entre gregos e persas, pois, mais do que uma diferença linguística, o vocábulo “bárbaro” designa aquele que ignora a pólis e vive submetido a um rei, ou seja, a condição de barbárie é, antes de tudo, política (HARTOG, 2004, p. 67). A distinção política entre gregos e persas é um dos temas mais recorrentes na obra, valendo-se o autor do método comparativo para esclarecer o leitor acerca das distinções entre a democracia e a tirania e para enfatizar a superioridade política dos gregos.

Com efeito, o tripé Grécia/democracia/civilidade, em contraponto a Pérsia/tirania/barbárie construído por Heródoto, também pode ser aplicado ao caso dos líbios. A Líbia de Heródoto é um território sem atrativos, ocupado por selvagens, uma *heterotopia*, um ambiente que causa *topofobia* ao observador e que tem como forma de governo a tirania, que é a face política da barbárie para o autor.

Segundo Heródoto, os gregos que migraram para a Líbia eram descendentes dos *mínios*⁸ e a explicação utilizada pelo autor para tal migração é de teor religioso/sagrado. De acordo com Heródoto (*Hist.*, IV, 145-150), os mínios permaneceram por certo tempo na Lacedemônia, porém, devido a alguns desentendimentos com os lacedemônios, foram expulsos do território, seguindo então para Tera⁹.

Em determinado momento, quando um grupo desses descendentes faz uma visita ao templo de Delfos e consulta o oráculo, a Pítia lhes responde¹⁰, solicitando que fundem uma colônia na Líbia. De início, eles ignoram essa solicitação do oráculo. No entanto, durante sete anos não chove em Tera, secando dessa forma todas as árvores. Ao consultarem novamente o oráculo a fim de saber o que estava acontecendo e o que poderia ser feito, a Pítia responde novamente que a solução seria a fundação de uma colônia na Líbia. Desse modo, Heródoto (*Hist.*, IV, 156) ressalta que “[...] a Pítia declarou que se eles fundassem Cirene, na Líbia, juntamente com Batos¹¹, veriam sua situação melhorar”.

A princípio, Batos e seus homens ocupam somente uma pequena parcela do litoral da Líbia, porém o oráculo afirma ser necessário que eles adentrem o território para que a colonização se efetive. Nesse momento, os colonos ainda estavam em número reduzido. No entanto, segundo Heródoto (*Hist.*, IV, 156), “[...] a Pítia conclamou todos os helenos através de um oráculo a embarcarem para ir morar juntamente com os cirenaicos na Líbia”.

⁸ “Os mínios formam a vanguarda das tribos que, por vagas sucessivas, virão fixar-se na Hélade, instalar-se-ão nas ilhas, colonizarão o litoral da Ásia Menor, marcharão para o Mediterrâneo Ocidental e para o Mar Negro, para constituir o mundo grego tal como o conhecemos na idade histórica” (VERNANT, 2013, p. 14).

⁹ Ilha localizada no Mar Mediterrâneo, entre Esparta e Creta (LEVI, 1996, p. 66-67).

¹⁰ Durante dez séculos, as Pítias foram responsáveis pelas funções de profetisa de Apolo, as respostas de uma Pítia eram tomadas como presença divina, ela era considerada instrumento vocal da divindade. É assim que Pítia aparece na obra de Heródoto, como instrumento divino (REBELLO, 2012, p. 41).

¹¹ “Filho de Polímnestos, da ‘raça’ Êufemos, um dos mínios. Ficou responsável pela fundação de uma colônia na Líbia” (*Hist.*, IV, 150).

Esse fluxo constante de entrada de imigrantes no território líbio gerou uma série de conflitos entre líbios, cirenaicos e egípcios¹². Os líbios nativos, esorraçados das terras costeiras férteis e detidos no interior, não viam com bons olhos a presença dos gregos, gerando, dessa forma, um conflito armado entre gregos, líbios e egípcios, que se envolveram no conflito a fim de auxiliar os líbios (*Hist.*, IV, 159).

Segundo Heródoto (*Hist.*, IV, 200), o conflito entre gregos e persas alcançou o território da Líbia, pois Arcesilau, filho de Batos e último a carregar esse nome, governante de Barce¹³, é assassinado e sua mãe, a fim de vingar sua morte, pede ajuda aos persas que se encontravam no Egito. Os persas aceitam ajudá-la e seguem em marcha contra Barce, exigindo que os responsáveis pela morte de Arcesilau se entreguem. Segundo narra Heródoto, “[...] os barceus, todavia, cúmplices em massa no assassinato se recusaram a entrar em negociações” (*Hist.*, IV, 200-201). Assim, os persas sitiam a região de Barce e seguem em frente. Ao passarem pela região de Cirene, “[...] os cirenaicos, cumprindo a determinação de um oráculo, deixaram-nos atravessar a cidade” (*Hist.*, IV, 203).

Em sua narrativa sobre a Líbia, Heródoto elabora a representação de um território pobre de atrativos culturais e geográficos e com costumes heterogêneos que estão diretamente ligados aos espaços onde a comunidade líbia habita. A Líbia de Heródoto apresenta uma surpreendente heterogeneidade de povos. Cada um desses povos possui suas próprias práticas culturais que os distinguem uns dos outros. Por tal motivo, quando falamos em líbios, é preciso saber que líbios são esses para não incorrerem em generalizações impróprias. Heródoto ressalta que a comunidade líbia estava dividida em vários subgrupos, cada um ocupando uma parcela do território (*Hist.*, IV, 167-168).

¹² Gregos residentes de Cirene.

¹³ Nos primeiros anos de reinado, Arcesilau teve desavenças com seus irmãos, que partiram para outra região da Líbia e fundaram Barce (*Hist.*, IV, 160).

Acreditamos que as práticas culturais das comunidades líbias estavam ligadas ao espaço onde habitavam, ou seja, suas práticas exprimiam aquilo que o lugar lhes oferecia. Por vezes, encontramos práticas culturais distintas entre os líbios nômades, que se tornam ainda mais evidentes ao abordarmos os sedentários e os habitantes das dunas. Quando Heródoto relata a maneira como os líbios tratam seus filhos, relaciona isso com o fato de serem nômades. É como se os líbios nômades tratassem os filhos de determinada maneira por serem nômades e os líbios sedentários tratassem os seus de modo diferente exatamente pelo fato de serem sedentários.

Assim, Heródoto salienta que os líbios sedentários “[...] não têm os mesmos costumes e não tratam os seus filhos como os nômades costumam tratar”, pois, segundo o autor, os nômades queimam as têmporas de seus filhos para evitar que eles peguem algum tipo de doença (*Hist.*, IV, 181). Logo, notamos a importância do espaço na constituição da identidade de uma comunidade. Para Navarro (2007, p. 4), a relação do ser humano com o espaço deriva de uma necessidade de estabelecer relações vitais com o meio que o rodeia para dar sentido e ordem ao mundo.

Por meio de sua descrição, percebemos que Heródoto constrói uma paisagem mais acalentadora sobre os líbios sedentários, relegando, dessa forma, aos líbios nômades uma paisagem deteriorada e infértil. Julgamos que a forma como o autor representa o território dos líbios interfere em sua maneira de descrever suas práticas culturais. Sobre os líbios sedentários, Heródoto não descreve, em detalhes, o espaço que eles ocupavam. As únicas informações que o autor acrescenta sobre eles é que “[...] deixam crescer os cabelos do lado direito de sua cabeça e os raspam no esquerdo, pintam seu corpo de vermelhão e se consideram descendentes dos troianos” (*Hist.*, IV, 191). Talvez essa seja uma estratégia retórica do autor, que opta por enfatizar mais os estranhamentos do que as semelhanças, uma vez que seu propósito é destacar a superioridade grega.

Observamos que, entre sedentários e nômades, os primeiros se assemelham mais aos gregos. Logo, Heródoto atribui a eles características de civilidade em contraponto com os nômades, que encarnariam a barbárie. Ao retratar os líbios nômades, Heródoto salienta os costumes que os aproximam dos animais selvagens.

A esse respeito, Heródoto relata que as mulheres de determinado grupo líbio têm o costume de fazer uso de uma argola de cobre em cada perna e catam piolhos de seus cabelos com os dentes; que, entre os *nasamones*, grupo líbio, é comum a noiva, na cerimônia de casamento, copular com todos os convidados ali presentes; que, em determinada festa, celebrada anualmente em honra a Atená, as virgens líbias formam dois grupos e lutam entre si. Para finalizar, ainda de acordo com o autor, “[...] eles têm as mulheres em comum e copulam como animais em vez de se acasalarem. Quando uma mulher dá à luz [...] o filho é entregue ao homem com o qual aparenta maior semelhança” (*Hist.*, IV, 168-180).

Importa salientar que, na narrativa de Heródoto, a descrição dos costumes dos líbios nômades encontra-se, em grande medida, relacionada ao sexo feminino. Acreditamos que essa “liberdade sexual”, que a mulher líbia, de certo modo, tinha, causava estranhamento ao autor, acostumado com os valores gregos, segundo os quais a mulher (da elite) ficava reclusa no *oikos*, com seus espaços de socialização muito bem delimitados. Segundo Junqueira (2011, p. 75-108), na Grécia, a mulher e o homem tinham seus papéis sociais definidos desde cedo. Aquilo que deveria ser executado pela mulher e aquilo que era tarefa do homem eram apresentados aos gregos já na infância. Sendo assim, a união entre um homem e uma mulher não possuía somente caráter privado, mas também um caráter público/social. Para Heródoto, acostumado com esse tipo de união, a forma como os líbios nômades lidavam com a sexualidade lhe causava repulsa.

Segundo Elias e Scotson (2000, p. 29), os *outsiders* são amiúde caracterizados pelos *estabelecidos* como sujeitos coletiva e individualmente *anômicos*, ou seja, indivíduos

desorganizados, pois “[...] os grupos *estabelecidos* tendem a representar seus grupos *outsiders* não apenas como desordeiros que desrespeitam as leis e as normas (as leis e normas dos *estabelecidos*), mas também como não sendo particularmente limpos, como quase inumanos”.

É exatamente esse o processo que Heródoto faz em sua descrição sobre as mulheres líbias, caracterizando-as como selvagens e inumanas, com práticas semelhantes a animais. Ao descrever o território dos líbios, afirma que “[...] nada tem de fabuloso” (*Hist.*, IV, 191), tomando-o assim uma *heterotopia* que causa desconforto e estranheza ao observador, um espaço desprovido de atrativos. É nesse contexto de diversidade, alteridade e diferença que os gregos estabelecem contato, mais especificamente, com os líbios.

Veremos que a obra de Heródoto representa um modo de interpretar tal região, que está inserido num contexto maior. Segundo Riad e Devisse (2010, p. 185), durante grande parte de sua história, a Líbia foi povoada por nômades berberes. Somente na costa mediterrânea e nos oásis estabeleceram-se *apoikiai*. Fenícios e gregos chegaram nesse território no século VII a.C. e aí fundaram *apoikiai* e cidades. Os fenícios fixaram-se na Tripolitânia e os gregos, na Cirenaica (nome da costa oriental da Líbia, uma referência à cidade mais importante da região na Antiguidade, Cirene). Cirene foi fundada em um vale fértil, batizada em homenagem a uma fonte, *Kire*, que os gregos consagraram a Apolo.

Nossa investigação diz respeito, por um lado, à História da Grécia e, por outro, à História da África. Importa salientar, no entanto, que a abordagem de temáticas relacionadas à África antiga apresenta diversos desafios, pois a produção de conhecimento sobre o continente africano possui seus próprios contexto e dinâmica. Observamos que os estudos relacionados ao continente africano só tiveram impulso significativo, no Brasil, nos últimos anos, ou seja, a produção de conhecimento específico e de qualidade a respeito da África é recente, por conta

da promulgação da Lei 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que tornou obrigatório o ensino de História da África e da cultura afro-brasileira nas escolas. A partir daí, a Africanologia se consolidou e vários trabalhos foram e vêm sendo publicados em formato de artigos, livros, coletâneas, teses e dissertações. No entanto, a maioria da produção tem como enfoque os Períodos Moderno e Contemporâneo, associados ao tráfico negreiro (LIMA NETO, 2019b, p. 9).

As possíveis explicações para essa defasagem existente na historiografia sobre o continente africano, no tocante à Antiguidade, é a tendência a desaffricanizar a África antiga, apresentando-se o continente africano, na Antiguidade, sob um viés eurocentrista. Nessa perspectiva, Lima Neto (2019b, p. 11) explica que “[...] é uma percepção bastante em voga no final do século XIX e no início do XX, a de identificar a história romana em África como parte do passado europeu”, ou seja, a concepção de que não existe História da África, mas sim a história dos europeus na África. Por outro lado, Furlani (2019, p. 17) salienta que “[...] engana-se quem acredita que distintos povos, culturas, tradições, línguas, religiões e instituições políticas tenham sido inteiramente normalizadas por uma cultura maior e soberana”.

De acordo com Silva (2019, p. 22-23), o crescente interesse pela História da África está conectado ao aumento do debate em torno de temáticas que envolvem o resgate da trajetória dos afrodescendentes, segmento da população diretamente ligado à formação histórica do Brasil. É por meio desse crescente interesse e da revalorização das raízes africanas que ocorre a ascensão da História da África, área de conhecimento já consolidada nos maiores centros de produção do mundo, mas que, no país, ainda se encontra em processo de consolidação. No entanto, por mais que os pesquisadores brasileiros se esforcem por difundir os estudos sobre o continente africano, ainda prevalecem, no imaginário social, as informações fornecidas pelos

meios de comunicação de massa, que não cessam de retratar o continente africano como pobre, tribal e atrasado.

Durante esses últimos anos, temos observado um aumento do volume de trabalhos relacionados à África, como já mencionado anteriormente, porém, se analisarmos o cenário geral de produções acadêmicas, percebemos que a História da África ainda apresenta uma nítida defasagem em relação às outras áreas de conhecimento. Em se tratando da Antiguidade, o espaço africano foi representado por diversos historiadores antigos, a exemplo de Heródoto, como uma *heterotopia*, o lugar do diferente, daquele que causa medo e repulsa. Desse modo, o território africano é descrito como um lugar habitado por bárbaros e selvagens, homens que possuem traços animais (CARVALHO, 2019, p. 48).

Desde a Antiguidade, o termo “África” é carregado de imagens e ideias permeadas de preconceitos, consequência da falta de conhecimento sobre o território, seus povos e sua cultura. De acordo com Lima Neto (2019a, p. 90), a representação do continente africano encontra-se repleta de alteridade e estigmatização. A representação do continente, por diversas vezes “[...] associada aos grupos líbios nômades que habitavam a região meridional do Norte da África, foi originalmente cunhada por Heródoto”. É assim que Heródoto acaba por construir um *locus* literário da África.

De acordo com Oliva (2004, p. 18-19), a partir do século XIX surgiram três grandes correntes distintas nas investigações a respeito da África: a Corrente de Inferioridade Africana (1840-1950), a Corrente de Superioridade Africana (1950-1970) e a Nova Escola de Estudos Africanos (1970 em diante). A primeira defende que os homens e mulheres africanos são incapazes de produzirem história e que seu continente nem mesmo possui uma história antes da chegada dos europeus. Somam-se a essa argumentação questões raciais que inferioriza o continente.

Já a Corrente de Superioridade, produzida no período da independência das colônias europeias na África, desenvolvida sobretudo por pesquisadores africanos, colocou o continente como o centro da humanidade. Não que os argumentos dessa vertente fossem equivocados, porém a ideologia marcante negligenciou abordagens, por exemplo, interacionistas.

Por fim, a corrente mais recente, caracterizada por uma maior especialização e profissionalização dos trabalhos produzidos, trouxe também, como novidade, a colaboração de outros campos do saber a fim de ampliar o conhecimento sobre a história do continente, a exemplo da Antropologia, da Cartografia, da Linguística e da Arqueologia (OLIVA, 2004, p. 18-19).

A África do Norte é uma região que sempre foi marcada pela diversidade, tanto em relação aos seus povos nativos como aos vários povos que a colonizaram. Essa diversidade está relacionada às distintas interações locais entre povos de tradições, línguas e culturas diferentes, que serviram para enriquecer o território. Desse modo, Lima Neto (2019c, p. 185) ressalta que “púnicos, líbios, romanos, vândalos, bizantinos e árabes marcaram indelevelmente os eventos históricos norte-africanos, dando-lhes diversidade e riqueza culturais”.

Segundo Bustamante (1998, p. 120), “[...] atualmente, utilizamos a expressão África do Norte para designar os países localizados na parte setentrional do continente africano junto ao mar Mediterrâneo, a saber: Marrocos, Argélia, Tunísia, Líbia e Egito”. O norte da África é um território grande e vasto, “[...] com mais de 4000 km de extensão” (KORMIKIARI, 2018, p. 57), banhado pelo Mediterrâneo, isto é, possui características distintas do restante do continente africano. Para a autora, no entanto, essa região tem mais contato com os territórios da Bacia do Mediterrâneo do que com o restante do continente.

Estudar essa região é lidar com paisagens em constante transformação, pois cada povo que ali se estabeleceu deixou sua marca no território. A própria humanidade tem como característica a mobilidade. O ser humano é um animal que se locomove para além de suas fronteiras. Sendo assim, é importante salientar que as regiões norte-africanas não estavam inabitadas quando foram ocupadas e nem reagiram de forma passiva a essas ocupações. De acordo com Kormikiari (2018, p. 58), “[...] ao contrário, os fenícios, entre os séculos X e IX a.C., tiveram que negociar o estabelecimento de seus assentamentos com populações locais”. Como vimos, no caso da Líbia, houve um conflito armado envolvendo nativos e gregos quando estes adentraram o território.

Usualmente, os povos nativos da África do Norte são conhecidos pelo vocábulo “berbere”, entretanto essa terminologia, além de ser estrangeira, acaba unificando comunidades completamente distintas que possuem suas especificidades¹⁴. Desse modo, Kormikiari (2018, p. 58) demonstra que o termo provavelmente foi cunhado no período de ocupação da região pelos árabes, visto que “[...] a partir do século VII a.C., do termo *barbarus*, que é análogo ao termo grego *bárbaros*, especifica povos estranhos à cultura greco-romana”¹⁵.

Para a autora, o contato entre nativos e colonos modificou a ocupação desse território, acarretando o surgimento de cidades do tipo pólis, com *ásty* (centro urbano) e *khora* (zona rural). Essas *apoikiai* se caracterizavam como espaços de constante interação entre as populações locais e os recém-chegados, que modificaram as identidades de ambos os grupos. Por outro lado, é necessário tomar certo cuidado ao se estudar esses processos de contato e suas

¹⁴ “Berbere” não era o termo que os povos norte-africanos utilizavam, esse termo foi desenvolvido pelos árabes (KORMIKIARI, 2018, p. 58).

¹⁵ Na sentença, a autora explica que a cunhagem do termo “berbere” pelos árabes para se referir às comunidades africanas, ou seja, aos povos diferentes, é análoga à cunhagem do termo “*barbarus*”, usado pelos gregos e pelos romanos no trato das demais comunidades que lhes eram estranhas (KORMIKIARI, 2018, p. 58).

consequências, a fim de evitar generalizações, homogeneização e tratamento binário das relações entre estabelecidos e forasteiros.

É nesse contexto, de contato entre nativos e recém-chegados, que nossa pesquisa está inserida e, mais precisamente, na maneira como esse contato modificou o espaço. Na sua realização, foi definido o seguinte objetivo geral: investigar em que medida o território líbio constituía, na avaliação de Heródoto, uma heterotopia. Já os objetivos específicos foram os seguintes: investigar o movimento de migração grego no século VIII a.C. e a fundação de Cirene; compreender a apropriação do espaço líbio pelos gregos e o desenvolvimento da relação gregos/líbios; analisar o conteúdo da representação de Heródoto a respeito da Líbia e de seus habitantes; identificar as características da paisagem da Líbia descrita por Heródoto; analisar as práticas culturais das populações/habitantes da Líbia em conexão com os lugares em que tais práticas eram executadas; refletir sobre a maneira como os gregos se relacionavam com o espaço da pólis e como isso afetava sua percepção do território ocupado pelos líbios.

Em conexão com os objetivos enumerados, definimos nosso aporte teórico-metodológico. Empregamos, em primeiro lugar, o conceito de *representação* formulado por Roger Chartier em sua obra *A História Cultural*. Para o autor, as representações “[...] são determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam”, de modo que os discursos sociais não são neutros e derivam de percepções coletivas. As representações “[...] produzem estratégias e práticas [...] que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezadas, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas” (CHARTIER, 1990, p. 17). Por meio desse conceito, podemos captar a maneira como os gregos da pólis compreendiam as populações autóctones do norte da África, a exemplo dos líbios. Para Chartier (1990, p. 17), as representações e as condutas estão ligadas às relações de poder e dominação.

Julgamos que a imagem que Heródoto constrói sobre os líbios carrega consigo influências culturais helênicas, ou seja, sua representação, por mais que seja individual, também é coletiva. Desse modo, a representação de Heródoto sobre o território da Líbia está diretamente ligada à sua bagagem cultural, de forma que, quando o autor elabora sua narrativa sobre os líbios, o faz sob a perspectiva dos gregos de seu tempo.

Outro conceito importante que empregamos nesta pesquisa é o de *heterotopia*, formulado por Henri Lefebvre, em seu livro *A revolução urbana*. Para o autor, *heterotopia* designa o lugar (*topos*) do diferente, do outro (*hetero*). A heterotopia não é fixa, é dinâmica e pode mudar de acordo com o contexto. Desse modo, Lefebvre (1999, p. 21) explica que a heterotopia não é fixa, ela é dinâmica, e pode mudar de acordo com o contexto. Desse modo, Lefebvre (1999, p. 21) explica que, em determinado momento, “[...] a cidade reservava, em relação ao campo, um caráter *heterotópico*”, contudo temos o que o autor chama de “inversão da heterotopia” e o campo passa a reservar, em relação à cidade, um caráter *heterotópico*”, o que demonstra a mutabilidade da *heterotopia*.

Heterotopia é, assim, um espaço que provoca aflição e temor naqueles que com ele travam contato em virtude do seu estado de degradação, como vemos na descrição de Heródoto sobre o território dos líbios. Esses *espaços outros* são fortemente marcados por signos *heterotópicos*, assim como os povos que os ocupam (LEFEBVRE, 1999, p. 19).

Conectado a esse conceito, temos o de *fronteira*, discutido por dois autores cujas abordagens são complementares: Norberto Guarinello (2010) e Geneviève Bühner-Thierry (2012), para quem a fronteira é um espaço dinâmico de negociação, uma “membrana viva” que não apenas separa grupos e pessoas, mas também os aproxima. A fronteira é assim compreendida como uma zona de interações culturais permanentes, lugar de constantes trocas.

Esse processo pode ser observado na narrativa de Heródoto sobre a Líbia, pois o autor, ao descrever os costumes das distintas comunidades existentes nesse território, relata que algumas “[...] vestem-se à semelhança dos cirenaicos” (*Hist.*, IV, 170), outras “[...] praticam costumes semelhantes aos dos egípcios” (*Hist.*, IV, 168), demonstrando assim que a fronteira não é algo dado e fixo, mas que comporta fluidez, proporcionando interações culturais e trocas contínuas.

Segundo Guarinello (2010, p. 121), “[...] é com esta fronteira de múltiplas faces, e com múltiplas densidades, que cada comunidade se defronta com as outras e com elas se integra, ou não”, a exemplo do que ocorre entre os gregos e os líbios. Desse modo, o espaço é mais dinâmico do que estático, ultrapassando a visão tradicional de espaço geográfico e natural como um mero lugar de residência. Guarinello (2010, p. 116) utiliza alguns conceitos forjados no âmbito das Ciências Sociais para explicar a construção das identidades, relacionada com o espaço. Para o autor, as identidades devem ser encaradas como construções sociais, como processos de inclusão e exclusão e como foco principal da descrição de grupos e dos modos de sua ação no Mundo Antigo, ou seja, cada comunidade interpreta a fronteira como um limite entre o âmbito da sua vida cotidiana e o que lhe é estranho.

Na execução da pesquisa, nos baseamos também nas reflexões de Yi-Fu Tuan a fim de investigar como o meio ambiente influencia as atitudes e percepções das pessoas. Por meio da obra *Topofilia*, atentamos para o estudo dos laços afetivos do homem com o meio ambiente que o rodeia. Tuan (2012, p. 135) explica que “[...] a palavra 'topofilia' é um neologismo, útil quando pode ser definida em sentido amplo, incluindo todos os laços afetivos dos seres humanos com o meio ambiente material”. A ruptura desse laço afetivo caracteriza-se como *topofobia*. Outro ponto importante que Tuan (2012, p. 53- 116) aborda, de extrema relevância para a pesquisa, é o fato de que visitantes e nativos evidenciam aspectos distintos do ambiente.

De acordo com Tuan (2012, p. 90-110), “[...] o meio ambiente natural e a visão de mundo estão estreitamente ligadas: a visão do mundo, se não é derivada de uma cultura estranha, necessariamente é construída dos elementos do ambiente social e físico de um povo”. Ainda conforme o autor, os indivíduos são membros de grupos e todos aprendem a diferenciar entre “nós” e “eles”, entre o lugar familiar e o território estranho. Desse modo, quando Heródoto está escrevendo sua narrativa e relatando tanto o espaço geográfico como os costumes dos líbios, analisa esses aspectos com o olhar de um visitante, o olhar de um estranho, que visualiza aquele ambiente com olhos que estavam adaptados a outros valores, os valores gregos.

Para Tuan (2012, p. 53-55), os seres humanos, coletiva ou individualmente, tendem a perceber o mundo como centro e, quanto mais distante do centro o grupo se posiciona, ele perde características humanas. O autor salienta ainda que o etnocentrismo é uma característica humana comum e exemplifica sua afirmação com os egípcios. Segundo ele, os egípcios se consideravam mais sofisticados que o restante dos outros povos, “[...] eles faziam a distinção entre ‘homens’, de um lado, e líbios, asiáticos e africanos de outro”. Eles eram os homens e aqueles que se afastavam do centro — Egito — perdiam suas características humanas. Para o autor, essa sensação de superioridade e centralidade é necessária para a manutenção dos laços sociais.

Nesse contexto, *cultura* e *meio ambiente* estão em conexão, da mesma forma que *homem* e *natureza*. Para entender as preferências e as atitudes de um grupo, é necessário observar suas práticas culturais no contexto do seu ambiente físico (TUAN, 2012, p. 91). As concepções de Tuan sobre a relação entre os laços espaciais e culturais ajustam-se à nossa primeira hipótese e nos auxiliam na execução da pesquisa como um todo.

Por fim, fazemos uso do conceito de *identidade*, tal como formulado por Tadeu Tomaz da Silva (2014). Para o autor, a identidade é construída através da diferença. As duas são produtos do

que o autor chama de “mundo cultural e social”, são criações culturais e sociais. Nesse sentido, o autor salienta que “[...] afirmar a identidade significa demarcar fronteiras, significa fazer distinções entre o que fica dentro e o que fica fora” (SILVA, T. T. da, 2014, p. 82). Quando Heródoto elabora sua obra, contrapondo gregos a bárbaros, ele evidencia o que faz parte do ser grego e o que fica de fora, construindo assim uma narrativa que enaltece a identidade grega diante da alteridade “bárbara”.

De modo geral, a identidade e a diferença tendem a ser naturalizadas, como se a identidade já estivesse definida *a priori* e o indivíduo somente tomasse posição. No entanto, para T. T. da Silva (2014, p. 76), a diferença e a identidade são produzidas de maneira ativa, elas não são inerentes, não fazem parte do mundo natural, mas sim do mundo cultural e social. São fabricadas pelos indivíduos e inseridas no contexto de suas relações socioculturais. A identidade e a diferença, nessa perspectiva, são inseparáveis, possuem um alto grau de dependência. A diferença é necessária na produção de identidade e a identidade é necessária para a existência da diferença (SILVA, T. T. da, 2014, p. 74-75).

Nesse sentido, o indivíduo carrega sempre o signo de sua identidade, aquilo que ele é, mas também carrega o signo daquilo que ele não é, a diferença. Por isso não pode ser reduzido a si mesmo, como se apenas a sua identidade o definisse. (SILVA, T. T. da, 2014, p. 79). Contudo, vale ressaltar que, para o autor, a identidade não é definida de forma pacífica, ela é imposta e estritamente ligada às relações de poder. Ou seja, no processo de diferenciação, sendo assim, na construção da identidade e diferença, encontra-se presente o poder. De acordo com T. T. da Silva (2014, p. 81), “[...] a diferenciação é o processo central pelo qual a identidade e a diferença são produzidas”.

A produção da identidade e da diferença conecta-se aos sistemas de representação. É por meio da representação que a identidade e a diferença adquirem sentido. É também através da

representação que elas se associam aos sistemas de poder, ou seja, quem tem o poder de representar também tem o poder de definir identidades e alteridades (SILVA, T. T. da, 2014, p. 91). Heródoto, ao elaborar suas representações dos povos não gregos também acaba por afirmar a identidade helênica em detrimento da alteridade “bárbara”.

Como método de tratamento das informações, nos valem das reflexões contidas na obra de Laurence Bardin (2000, p. 95-149) intitulada *Análise de Conteúdo*, na qual a autora expõe uma série de procedimentos, métodos de tratamento e de exploração da fonte. Por meio dessa obra, a autora descreve os procedimentos necessários para a organização da análise da obra de Heródoto. Procedimentos esses que podem ser divididos em três etapas: a pré-análise; a exploração do material; o tratamento dos resultados obtidos e a interpretação.

A pré-análise é a etapa da leitura investigativa, que se encontra entre o processo de descrição e o de interpretação. É uma etapa de organização e sistematização, é aquilo que a autora chama de “leitura flutuante”, leitura do documento em conjunto com sua historiografia. Nessa etapa, escolhe-se a documentação, formulam-se hipóteses e objetivos. Por meio das hipóteses e dos objetivos, consegue-se elaborar índices e unidades de registro¹⁶.

Concluída a etapa de pré-análise, inicia-se a etapa de exploração do material, a codificação. Segundo a autora, “[...] tratar o material é codificá-lo” (BARDIN, 2000, p. 103) e essa codificação é formulada por meio de técnicas precisas, que nos permitem transformar os dados brutos do texto em informação. Essa etapa é dividida em três partes: recorte; enumeração e classificação; agregação. No recorte, definem-se as unidades de registro e as unidades de contexto¹⁷. Após definir-se as unidades de registro e de contexto, utiliza-se a regra da

¹⁶ As unidades de registro são evidências tiradas diretamente da fonte, pode ser uma palavra, um tema, acontecimento ou um personagem (BARDIN, 2000, p. 99-107).

¹⁷ As unidades de contexto são utilizadas como unidades de compreensão para codificar a unidade de registro (BARDIN, 2000, p. 107-108).

enumeração a fim de decifrá-las por meio de técnicas de frequência, presença e intensidade, ou seja, uma verificação da frequência com que a unidade de registro aparece e com qual intensidade. Por fim, constroem-se a classificação e a agregação, por meio de análise quantitativa (fundamentada na frequência de certos elementos) e de análise qualitativa (priorizando a qualidade do elemento). Vale ressaltar que utilizamos, nesta pesquisa, a análise qualitativa.

Após a codificação, vem a última etapa: a categorização (tratamento dos resultados). Para a autora, “categorização é o agrupamento de unidades de registro que possuem caracteres comuns” (BARDIN, 2000, p. 117). Ela pode ser semântica, sintática, léxica e expressiva, encontrando-se dividida em duas partes: o inventário, processo de isolamento das unidades de registro, e a classificação, a organização dessas unidades. Ainda segundo a autora, “[...] um conjunto de categorias boas deve possuir as seguintes qualidades: exclusão mútua, homogeneidade, pertinência, objetividade e fidelidade e a produtividade”¹⁸.

Definidas as categorias, é possível interpretar o documento e formular inferências sobre seu conteúdo. Acreditamos que esse método de análise constitui uma ferramenta bastante útil na análise sistemática das fontes. Ao procedermos à análise da obra *História*, aplicamos a grade de leitura apresentada no Quadro 1.

Quadro 1 – Complexo categorial adotado na exploração da fonte

Referência	Sujeito/ator	Atributos físicos	Atributos morais	Espaço	Predicado do espaço	Tipo de ocupação

Fonte: Elaboração da autora (2020).

¹⁸ Exclusão mútua: cada elemento não pode existir em mais de uma divisão; homogeneidade: um único princípio de classificação; pertinência: a categoria deve estar adaptada ao material de análise escolhido; objetividade e fidelidade: elementos que se encontram na mesma grelha categorial devem ser codificados da mesma forma que esses; produtividade: um conjunto de categorias é produtivo se fornece dados férteis (BARDIN, 2000, p. 120-121).

Essas categorias foram definidas de acordo com as informações que a fonte nos fornece, a fim de comprovar nossa hipótese. Em primeiro lugar, definimos a categoria de “referência” para identificar a passagem da qual as afirmativas foram retiradas. Em seguida, buscamos identificar, por meio do complexo categorial, quem são os personagens que aparecem na fonte, seus atributos físicos e morais, pois Heródoto, em sua narrativa, costuma apresentar os sujeitos em conjunto com suas características físicas e, em alguns casos, opina sobre o caráter moral desses sujeitos.

Como nossa pesquisa gira em torno das questões espaciais, essas não poderiam ficar de fora do complexo. Desse modo, acrescentamos as categorias de “espaço”, “predicado do espaço” e “tipo de ocupação”. Em “espaço”, foram inseridas informações sobre o local onde as ações eram praticadas, bem como suas características (predicado do espaço) e, por fim, na categoria “tipo de ocupação”, indicamos a forma de assentamento a que Heródoto se refere. Essas categorias nos auxiliaram a observar se a narrativa do autor mudava à medida que o tipo de ocupação variava.

É por meio dessa metodologia que analiso as informações que *História* me fornece. Já para a análise dos elementos de cultura material, recorreremos ao conceito de “arqueologia da paisagem”, que Kormikiari (2014, p. 4-5) explica: “[...] inicialmente, na Arqueologia, a paisagem era teorizada como um pano de fundo passivo ou, como o extremo contrário, como uma força chave na determinação cultural”. No entanto, atualmente a paisagem é vista como um elemento ativo e complexo que está ligado às práticas humanas. É na paisagem que as comunidades transformam espaços físicos em locais com significado. Nesse sentido, essa abordagem da arqueologia da paisagem traduz o passado na medida em que reconhece e avalia as relações interdependentes e dinâmicas existentes entre as pessoas, as dimensões física, social e cultural de seu meio ambiente ao longo do tempo e do espaço.

Esta dissertação se encontra dividida cinco seções. A primeira e a última correspondem respectivamente à Introdução e à Conclusão. Na segunda seção, apresentamos o contexto histórico de *História*, ou seja, a Grécia do século V a.C. com enfoque em Atenas, bem como os dados biográficos de Heródoto e os passos de composição da obra: gênero, métodos de trabalho do autor, fontes por ele consultadas, assuntos tratados. Acompanhamos também a fortuna crítica da obra, sua difusão, tradição manuscrita e *editio princeps*. Fazemos ainda um breve balanço historiográfico sobre *História*: como, ao longo do tempo, os autores reinterpretaram a obra até chegar a Hartog, que propõe uma leitura culturalista da obra. Por fim, discutimos a importância de *História* como um documento de natureza etnográfica, ou seja, como fonte de informação para o conhecimento dos distintos povos que gravitavam em torno da Hélade e do Mediterrâneo. Entre esses povos, havia os líbios.

Na terceira seção, nossa investigação diz respeito ao movimento de colonização grega no Mediterrâneo Antigo e a chegada dos gregos ao norte da África. Nesse sentido, identificamos as características territoriais da Líbia anteriores à fundação de Cirene e a organização urbana da região, a fim de recuperar a dinâmica das relações dos gregos com as populações norte-africanas (líbios). Busca-se identificar como ocorreu a ocupação grega desse território e conseqüentemente suas transformações espaciais e culturais. Por meio de relatórios de escavação, podemos acompanhar a modificação do espaço líbio pelos colonos gregos ao longo do tempo, mediante a construção de templos, a consagração de esculturas e a confecção de artefato. O propósito é estabelecer a configuração espacial de Cirene, com a qual Heródoto se defronta.

Por fim, na quarta seção, fazemos uma análise exaustiva do Livro IV da fonte, com o intuito de demonstrar a relevância de Heródoto para a formação de uma identidade grega num momento

em que os gregos já controlavam diversos postos no Mediterrâneo, incluindo Cirene, no litoral da África do Norte. Identificamos as características de *civilidade* atribuídas aos gregos da pólis em oposição aos líbios bárbaros. Nosso enfoque principal é a análise da narrativa de Heródoto sobre o espaço habitado pelos líbios, bem como suas práticas culturais e a relação entre o território ocupado com essas práticas. Por fim, analisamos a constituição do território da Líbia como uma *heterotopia*, de acordo com a representação formulada por Heródoto.

2 HERÓDOTO E O CONTEXTO DE PRODUÇÃO DE *HISTÓRIA*

Ao considerarmos o contexto de produção da obra de Heródoto, não podemos perder de vista os principais aspectos constitutivos da Época Clássica, de que se destaca o desenvolvimento da pólis e da democracia ateniense. *História* encontra-se permeada por questões que giram em torno dessas temáticas. O autor foi profundamente influenciado por este contexto, o que influenciou o seu modo de interpretar/representar as demais comunidades não gregas, em especial a comunidade líbia.

Kury (1985, p. 7) ressalta que Heródoto nasceu na primeira metade de século V a.C., por volta de 484 a.C., em Halicarnasso, pólis localizada próxima a Mileto, que à época era um centro florescente da cultura helênica. Heródoto nasceu súdito de Xerxes, período em que a Cária era uma província do Império Persa, contudo, sendo de família influente e contrária à tirania, ele se opunha constantemente ao tirano. Em uma tentativa de deposição, o tio de Heródoto foi morto e o sobrinho se viu obrigado a retirar-se da cidade.

Acreditamos que, devido a essa trajetória, Heródoto possuía um grande sentimento de repulsa à tirania, sendo, por diversas vezes, não somente favorável, mas também defensor da democracia, tal como é expresso na seguinte passagem:

Não se evidencia num caso isolado, e sim na maioria dos casos, que a igualdade é uma instituição excelente; governados por tiranos, os atenienses não eram superiores na guerra a qualquer dos seus povos vizinhos, mas libertos dos tiranos eles assumiram de longe o primeiro lugar. Isso prova que, na servidão, eles se conduziam propositalmente como covardes, pensando que serviam a um senhor; livres, porém, cada um agia com todas as suas forças para cumprir a missão em seu próprio benefício (*Hist.*, V, 78).

Nessa passagem, Heródoto não apenas supervaloriza a *isonomia* e a democracia como as conecta com a guerra e com a questão militar¹⁹. Pontua ainda que a vitória grega está relacionada ao regime político adotado, pois homens livres, homens que conhecem a liberdade, lutam com mais afinco para resguardá-la.

2.1 ATENAS E O FLORESCIMENTO DA DEMOCRACIA²⁰

De acordo com Tierno (2014, p. 102), “[...] o nome pólis remete à elevada cidadela chamada *akró-pólis*, (cidade alta, cume e praça fortificada que os gregos da era obscura usaram para sua defesa e proteção)”, características que podem ser melhor observadas na Figura 1. O autor situa a emergência da pólis no século IX a.C., como uma mescla de vários fatores — econômicos, geográficos, políticos e socioculturais. Nessa perspectiva, Tierno (2014, p. 103) afirma:

Um sistema ambiente de entre 750 e 1000 cidades, localizado nas costas do Mediterrâneo e do Mar Negro, configurou um entorno competitivo, de paulatino comércio, militarmente expansivo e muitas vezes hostil, tanto interna como externamente, no qual proliferaram as cidades gregas que lavaram a cabo esse inédito experimento de vida comum.

Hirata (2010, p. 2), contudo, ressalta que o modelo *poliáde* passou a vigorar na Grécia entre os séculos VIII a.C. e VII a.C., contrapondo dessa forma o posicionamento de Tierno. Para Hirata, de maneira geral, a história dos gregos pode ser dividida em duas épocas distintas, a Grécia dos Palácios (aproximadamente entre os séculos XVI a XII a.C.) e a Grécia das Cidades (a partir

¹⁹ A *isonomia* é uma das características da democracia; colocada como forma de regime político, é entendida como um “governo popular”, tal como Heródoto deixa claro no debate sobre as constituições (*Hist.*, III, 80). A forma de governo aqui chamada *isonomia* é representada pela maior participação dos cidadãos, estabelecendo uma igualdade política, em contraste com a tirania e a oligarquia. A *isonomia* é identificada, de maneira mais positiva, pelos dispositivos característicos da constituição democrática: eleição por sorteio em que a auditoria decide todas as questões de política pública (VLASTOS, 1953, p. 338).

²⁰ Aspecto evidenciado na narrativa de Heródoto, cuja preferência e exaltação pelo regime político de Atenas é, a todo o momento, ressaltada. Pretendemos, nesse tópico, discutir as características da sociedade ateniense, bem como sua estrutura espacial, a fim de identificar a bagagem cultural de que se vale o autor para descrever a Líbia.

do século VIII a.C. até o domínio romano)²¹. Sendo assim, a autora explica que a pólis possui uma configuração espacial específica, com um núcleo urbano, *àsty*, e espaço rural, a *khóra*, de modo que a integração entre os dois espaços ocorria por meio da prática religiosa que os envolvia (HIRATA, 2010, p. 2).

Figura 1 – Acrópole ateniense em 480 a.C.



Fonte: Camp (2001).

A respeito da organização do espaço na pólis, afirma Hirata (2010, p. 3):

A organização dos espaços da pólis era feita paulatinamente, à medida que a população crescia e novas exigências se colocavam para alocar áreas de trabalho, de moradia, de convívio, de prática religiosa. Esquemáticamente podemos propor três especializações básicas do espaço: a área de habitação, convívio e trabalho – o espaço dos vivos; a área destinada exclusivamente ao exercício da religião – o espaço dos deuses; e aquela destinada a abrigar os mortos – as necrópoles. Trata-se de uma divisão com finalidade didática, pois estes espaços se sobrepunham: os vivos circulavam nas necrópoles e nos santuários, os deuses estavam em toda parte e havia

²¹ A autora utiliza cidade e pólis com o mesmo sentido (HIRATA, 2010, p. 1).

uma categoria de mortos – os heróis -, que eram sepultados no centro da área de convívio dos vivos: a ágora.

Conforme exposto pela autora, a configuração espacial da pólis possui ordenamento próprio, como consequência de um processo que se originou no Período Arcaico. Para Florenzano (2010, p. 2-3), a pólis ateniense caracterizava-se pela vida pública igualitária, já que, para ser cidadão/*polites*, eram necessárias algumas condições básicas, como ser do sexo masculino, proprietário de terras, nascido de pais atenienses, e todos que reuniam essas condições eram livres e iguais.

Tierno (2014, p. 102) salienta que a democracia ateniense deve ser observada como um processo longo, no qual ocorreu a formação e o desenvolvimento da pólis. Segundo o autor, “[...] vale salientar que, entre os gregos, Atenas não constituía nem constituiria a única pólis democrática, embora possa ser considerada, em perspectiva, o exemplo que deixou mais e melhores documentos e literaturas” (TIERNO, 2014, p. 105). O autor explica que esse processo de desenvolvimento da democracia ateniense se iniciou com Sólon, em 594 a.C., que introduziu diversas reformas legais com implicações sociopolíticas:

No âmbito da reforma social, as leis de Sólon decretaram, primeiro, uma divisão artificial da população em cinco classes, em função do *quantum* de fortuna, sobreposta à divisão natural das *fratrias*; e, segundo, o cancelamento dos pagos de *Hektémoros*, isto é, daquele que devia pagar um sexto da coleta, aliviando as cargas e obrigações de muitos camponeses e servidores rurais. Em prol da reforma institucional, Sólon instituiu um menos seletivo Conselho dos Quatrocentos, contrapondo-o ao Conselho do Areópago, e delegou à assembleia um real poder de convocatória que foi reforçado, na órbita da justiça, pela garantia de um tribunal com a faculdade de acusação outorgada a cada ateniense livre (TIERNO, 2014, p. 106).

As reformas de Sólon originaram-se de pressões sociais decorrentes da grande tensão entre a aristocracia e o povo. Após Sólon, Pisístrato tomou o poder com seus filhos, convertendo-se, desse modo, em um tirano. Por mais que a tirania tenha sido um período de interrupção do caminho rumo à democracia, Pisístrato cunhou moedas para uso comercial, incentivou a cultura e a economia e deu “[...] atenção especial às atividades públicas que contavam, nos festivais

teatrais e religiosos, com a assistência do povo e, nas instituições de governo, com o engajamento impulsionador da cidadania média” (TIERNO, 2014, p. 107). Embora a tirania tenha representado um governo de exceção, ela, no fim das contas, proporcionou o enfraquecimento da aristocracia e a ascensão do *demos*²², contribuindo assim para a emergência da democracia na transição do século VI para o V a.C., após a supressão dos Psistrátidas. Segundo Tierno (2014, p. 107) após a expulsão dos descendentes de Pisístrato, Clístenes, entre 510-507 a.C., redesenhou as tribos da Ática e fundou a democracia. Quanto a isso, Finley, ressalta que:

A estrutura de Clístenes não era ainda a de Péricles; foram necessárias duas plenas gerações para aperfeiçoar o sistema, período que inclui não só as Guerras Pérsicas e a construção do Império, mas também muitos conflitos internos, porque as forças contrárias à democracia ainda estavam longe de estar subjugadas em 508 (FINLEY, 1963, p. 66).

Com efeito, Vernant (2013, p. 53) elabora um apanhado de características próprias da pólis e, mais especificamente, da pólis ateniense. Para o autor, em primeiro lugar, o sistema *políade* implicava uma preeminência da palavra, de modo que a palavra se tornou um instrumento político, instrumento de poder. A palavra assume, desse modo, características de argumentação, arguição e debate, tornando-se o principal instrumento do debate político.

Outra característica da pólis é o que Vernant chama de “plena publicidade”, ou seja, a socialização de informações de interesse coletivo. Nesse cenário, as informações que antes ficavam em poder do *basileus* agora circulam no espaço público. Segundo o autor, “esse desenvolvimento comporta uma profunda transformação. Tornando-se elementos de uma

²² “A palavra *demos* tinha uma história complicada, O Velho Oligarca empregava-a com o significado de ‘gente comum’, as ‘classes mais baixas’, com o tom pejorativo próprio de todos os homens bem-pensantes, nos tempos da Ilíada. No entanto, *demos* também significava ‘o povo no seu conjunto’; uma democracia, o corpo de cidadãos que atuava através da Assembleia” (FINLEY, 1963, p. 64).

cultura comum, os conhecimentos, os valores, as técnicas mentais são levados à praça pública, sujeitos à crítica e à controvérsia (VERNANT, 2013, p. 53-55).

De acordo com M. B. Silva (2014, p. 435-436), quando falamos em pólis, temos em mente uma abstração, um tipo ideal, se assim podemos dizer, ou seja, um conjunto de elementos que definem determinada comunidade como uma pólis. A generalização desse sistema de vida não é tácita na história da Grécia antiga, seu surgimento é nebuloso em muitos aspectos e seu desenvolvimento não se deu de maneira uniforme no território da Hélade. Com efeito, foi a partir do modelo *políade*, que os gregos antigos organizaram e deram sentido a sua existência em determinado período, que vai do século VIII até o IV em linhas gerais. Aquele que compõe a pólis, o cidadão (*πολίτης*), no âmbito político, é percebido como parte de um mesmo espaço. No pensamento político igualitário da pólis, cada membro da comunidade se apresenta com igual valor. A esse respeito, Vernant (2013, p. 65) salienta:

O vínculo do homem com o homem vai tomar assim, no esquema da cidade, a forma de uma relação recíproca, reversível, substituindo as relações hierárquicas de submissão e de domínio. Todos os que participam do Estado vão definir-se como *hómoioi*, semelhantes, depois, de maneira mais abstrata, como os *isóí*, iguais.

Para M. B. Silva (2014, p. 437-438), a igualdade política é possível na medida em que o sentimento de pertencimento a uma mesma comunidade (*φίλια*) é algo sensível e fortemente estabelecido. Comumente traduzido por amizade — ainda que não comporte a totalidade do sentido —, esse sentimento de pertença marca os cidadãos, os fazem estar associados, ligados por/em uma mesma comunidade. Tal pensamento deveria ultrapassar laços consanguíneos, ou seja, o plano do particular. Dessa forma, a política ocupava um plano singular na sociedade grega. A pólis e todos os assuntos que lhe dizem respeito deveriam sobressair-se diante das vontades individuais. Os ideais de igualdade cívica e de concórdia entre os cidadãos, o sabemos, eram comuns às *póleis* oligárquicas e democráticas. No entanto, em virtude da importância de Atenas no contexto da história da Grécia,

em especial no século V a.C., a democracia terminou por se revelar um regime político mais pródigo de informações para o pesquisador.

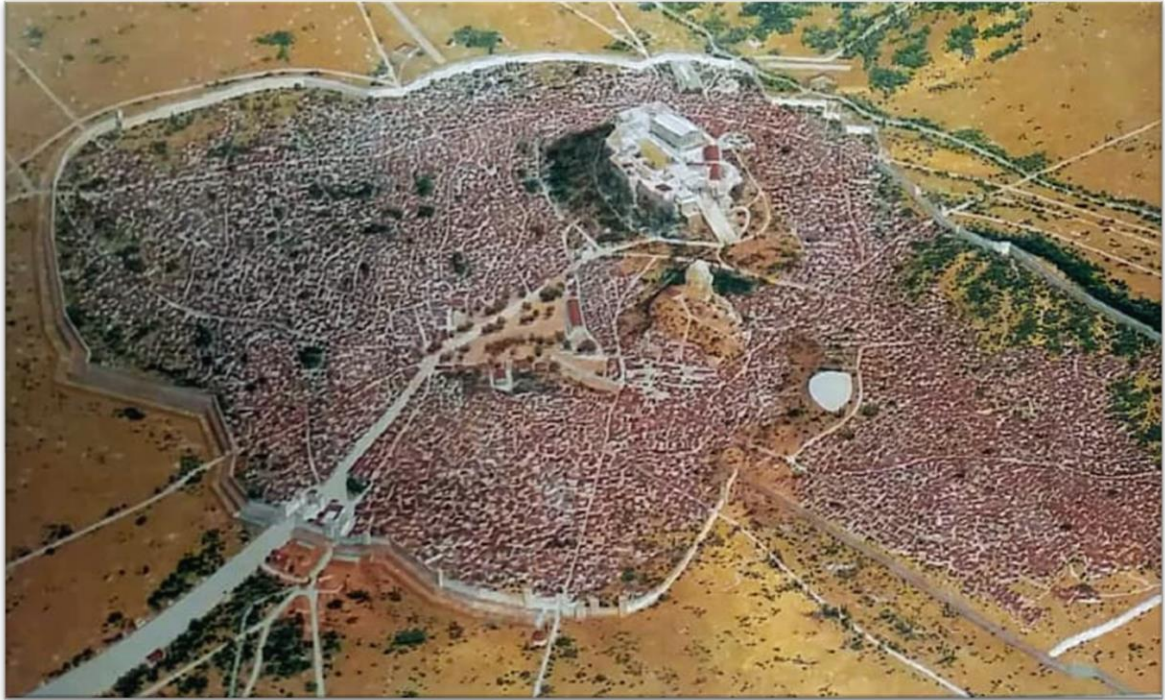
Para compreender a dinâmica social na qual ela se encaixa, é preciso interpretá-la como um movimento pertencente a uma sociedade majoritariamente rural, a qual era regulada pelo calendário baseado nas atividades agrícolas. De acordo com Chevitarese (2001, p. 23), “[...] a terra era exclusiva daqueles indivíduos considerados cidadãos e o proprietário fundiário gozava de um importante status sócio-político, econômico e ideológico no interior da sociedade democrática ateniense”. É nesse contexto de desenvolvimento democrático que o autor de *História* se insere.

A pólis dos atenienses não era tão somente uma entidade política e uma concepção abstrata, mas possuía também uma dimensão física, resultado de determinada forma de ocupação territorial, como demonstra Camp (2001, p. 3-5), ao tratar da configuração espacial de Atenas:

A cidade clássica de Atenas se desenvolveu em torno da Acrópole, que serviu como o principal santuário e como um local de refúgio fortificado. Numerosos outros santuários foram estabelecidos em torno da base da colina. Além disso, uma muralha de circuito de 6,5 quilômetros de comprimento cercava a cidade baixa. Em terreno levemente inclinado para o noroeste, ficava a Ágora, a grande praça aberta que servia de centro cívico e mercado central. Em torno de seus lados estavam agrupados os principais edifícios públicos necessários para administrar a cidade em uma base diária: casa do Senado, arquivos, escritórios de magistrados, tribunais, departamento de normas, hortelã e similares.

Em função dessa passagem de Camp, apresentamos a Figura 2, na qual é possível visualizar a configuração espacial descrita pelo autor. Segundo ele, para o desenvolvimento de Atenas na Época Clássica, foram necessárias contribuições de muitos atenienses e também de homens de todo o Mediterrâneo, o que transformou Atenas na pólis mais poderosa da Grécia (CAMP, 2001, p. 9).

Figura 2 – Atenas Clássica vista do Noroeste



Fonte: Camp (2001).

Segundo Lefèvre (2013), após as reformas de Clístenes, Atenas atingiu o grau de maturidade política que caracterizou o Período Clássico, entretanto, segundo a periodização tradicional, o Período Clássico iniciou-se com as Guerras Greco-Pérsicas, no século V a.C. Para o autor, “[...] estas marcam o advento de uma arma antiga, mas que ganhou diversos aperfeiçoamentos: a marinha; e reforçam a democracia ateniense, que então se torna suficientemente forte para assumir a liderança de um império” (LEFÈVRE, 2013, p. 143). Nessa perspectiva, Burgos (2016, p. 264) ressalta que a “[...] Grécia foi uma região distinta no mundo antigo que não se permitiu estar sujeita ao jugo dos reis, não se petrificou; a Hélade foi uma nação de viajantes, filósofos e amantes da liberdade; em resumo foi a raiz da Europa”; as Guerras Greco-Pérsicas comprovam este fato.

De acordo com Rood (2012, p. 131), o conflito entre gregos e persas teve seu início na região da Jônia, que estava sob domínio dos persas. O tirano de Mileto, Aristágoras²³, estava conspirando com o governante de Sárdis para apoderar-se da ilha de Naxos, contudo seus planos foram logrados. Com receio de represálias, Aristágoras, que já estava ciente da insatisfação dos cidadãos de Mileto com o antigo tirano devido aos altos impostos que deveriam pagar, proclamou a *isonomia* em Mileto e em outras cidades, a fim de conseguir apoio. De acordo com Lefèvre (2013, p. 143-146), havia um forte sentimento *antitirânico* em Mileto e no restante da Jônia, que se apresentavam mais receptivas ao regime de governo ateniense. A proclamação da *isonomia* feita por Aristágoras desagradou os persas, uma vez que estes tinham na arrecadação de tributos das *pólis* da Jônia uma de suas principais fontes de recurso. O descontentamento dos persas provocou a fuga de Aristágoras para Esparta, que lhe concedeu asilo. A atuação dos espartanos em benefício do refugiado elevou bastante a tensão com os persas, que se prepararam para a guerra.

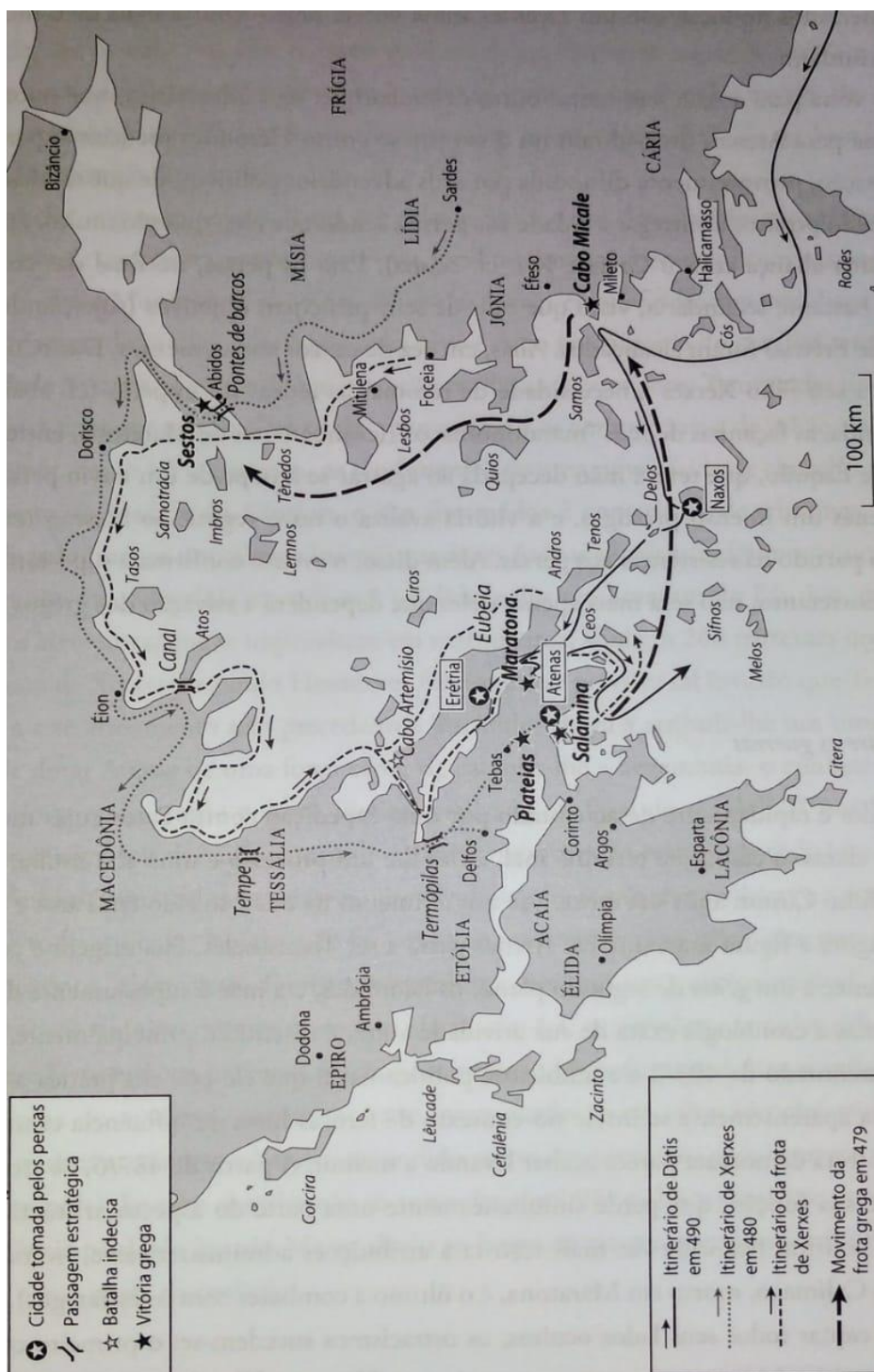
A Primeira Guerra Greco-Pérsica ocorreu em 490 a.C., quando os persas invadiram o Egeu, conquistando vários territórios, percurso que os levaria à Batalha de Maratona, na qual as forças helênicas, lideradas pelo ateniense Milcíades, consagraram-se vitoriosas. A atuação de Atenas na defesa da Hélade contra os invasores persas rendeu-lhe uma posição de destaque entre as *pólis*.

Em 479 a.C., aconteceu a Segunda Guerra Greco-Pérsica, na qual os espartanos comandaram o contingente terrestre e os atenienses, o exército naval. Os espartanos entraram em batalha com os persas nas Termópilas e os atenienses, em Salamina, saindo novamente vitoriosos. A última batalha ocorreu em Plateia, com atenienses e espartanos guerreando contra os persas. Contrariando todas as expectativas, pois o exército persa era numericamente superior, os gregos

²³ Na verdade, ele estava no lugar do tirano, enquanto este viajava para a Pérsia (LEFÈVRE, 2013, p. 143-146).

saíram vitoriosos, afastando, desse modo, o jugo persa de maneira decisiva (LEFÈVRE, 2013, p. 146-153). No mapa 1, podemos observar os diversos movimentos efetuados por persas e gregos ao decorrer das Guerras Greco-Pérsicas.

Mapa 1 – Itinerário das Guerras Greco-Pérsicas



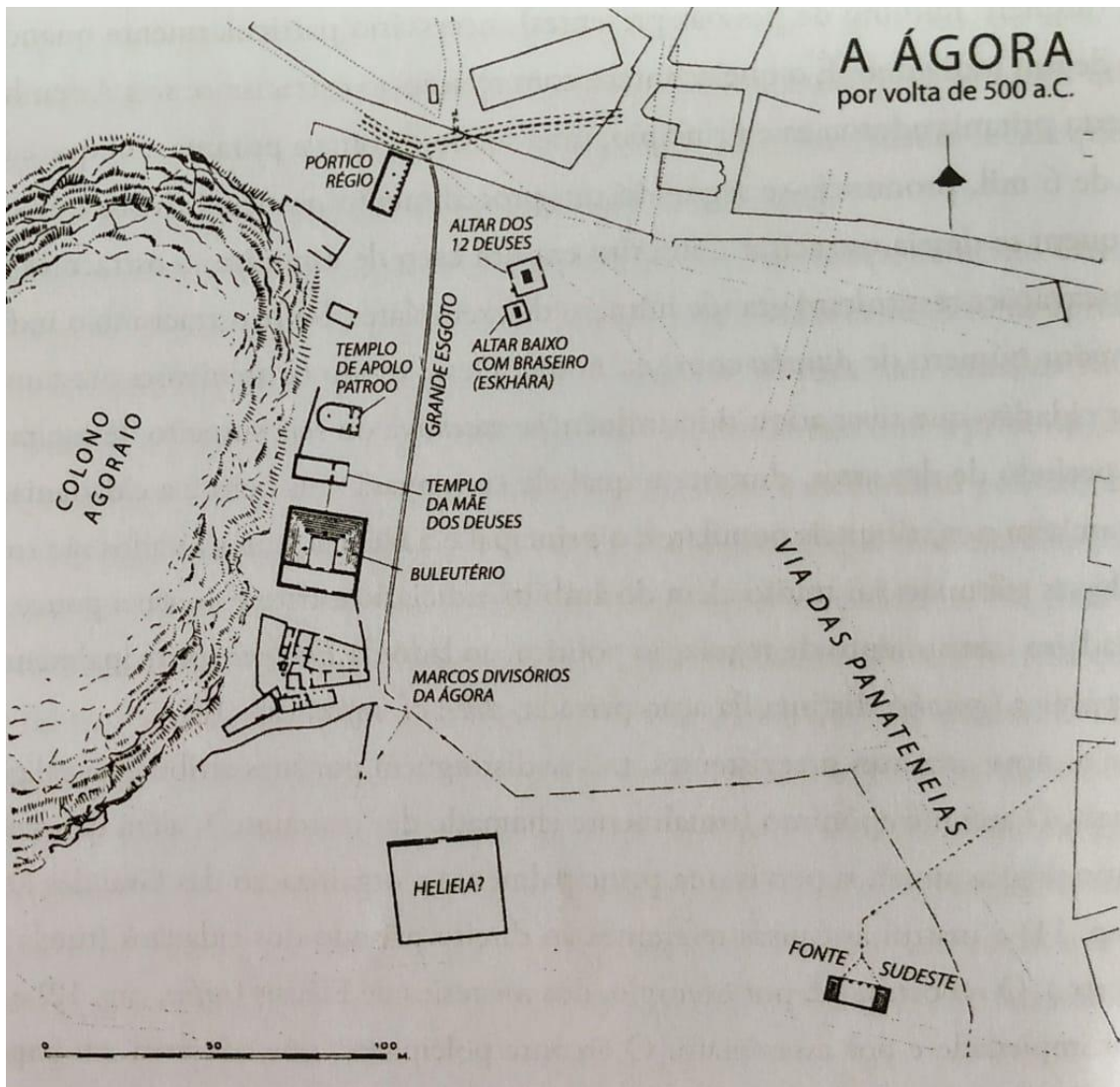
Fonte: Lefèvre (2013).

Lefèvre (2013, p, 153-155), no entanto, ressalta que, embora esse período da vitória grega sobre os persas seja visto como uma época de ouro, um momento de união, quando os gregos se associaram para lutar contra um inimigo comum, mais da metade dos gregos escolheram lutar ao lado dos persas, mostrando, dessa forma, que o ideal *pan-helênico* ainda estava distante²⁴, o que fica comprovado com o passar dos anos por meio da Guerra do Peloponeso, um longo conflito que se estendeu de 431 a 404 a.C., no qual as *póleis* democráticas e oligárquicas digladiaram sob a liderança de Atenas e Esparta. De qualquer maneira, o autor enfatiza que Atenas saiu bastante fortalecida do conflito, que acarretou uma série de consequências, como o desenvolvimento do imperialismo ateniense. Findo o conflito com os persas, a democracia ateniense se revelou um sistema político sólido. Nesse momento, a pólis experimentou um notável desenvolvimento econômico, político e cultural.

A sociedade ateniense no século V a.C. tem por característica uma vida religiosa ritmada pelos *hierá*, conjunto das coisas que se referem ao sagrado. Embora as representações religiosas já estivessem fixadas por meio dos poemas de Homero e Hesíodo e o espaço religioso tenha se estruturado por volta do século VIII a.C., no Período Clássico ocorreu a multiplicação de monumentos religiosos e templos. Por meio da edificação de templos e santuários, as *póleis* demonstraram seu prestígio. Como podemos ver na Figura 3, no século V a.C., a ágora ateniense comportava o Templo de Apolo Patrono, o Templo da mãe dos deuses e diversos santuários.

²⁴ “É também no século IV a.C. que surge o pan-helenismo, que como já foi comentado, tem por objetivo propor uma aliança entre as *póleis* a fim de uni-las contra o perigo bárbaro — uma vez que o sentimento de pertencimento a uma mesma cultura teria sido reforçado com o contato e a contraposição aos persas, além da necessidade de se pôr um fim às guerras que enfraqueciam as *póleis*. Esse sentimento de pertencimento seria reforçado também por fatores como a língua — a *koiné* tendia a substituir dialetos locais — e festividades nos santuários pan-helênicos, onde discursos, como Panegírico, seriam proclamados incitando a novas alianças gregas” (FELISBINO, 2013, p. 206).

Figura 3 – Ágora ateniense por volta de 500 a.C.



Fonte: Lefèvre (2013).

Lefèvre (2013, p. 171-177) destaca que a religião grega era essencialmente coletiva, ou seja, os rituais eram praticados em conjunto. Todas as etapas da vida do grego, como o nascimento, o casamento e a morte, eram acompanhadas de cerimônias religiosas. A religião demarcava o espaço físico, de modo que “[...] cidade e religião são de fato indissociáveis. As múltiplas festas e celebrações, algumas mensais, outras anuais, marcam o andamento do calendário”. Para além disso, era por meio dessa comunhão que a comunidade cívica se fortalecia, sendo a religião um elemento de coesão da sociedade.

Difícilmente, nesse período, consegue-se distinguir com nitidez a religião da política, pois, de acordo com Lefèvre, toda sessão na ágora iniciava-se com um sacrifício e a ordem do dia sempre começava com o exame das questões religiosas. O autor enfatiza que a cidade deliberava e decidia sobre tudo aquilo que se referia à religião. Nessa perspectiva, “[...] a pólis pode ser vista como uma comunidade religiosa, ela acolhe de bom grado os cultos estrangeiros, contanto que eles reconheçam suas próprias crenças e práticas” (LEFÈVRE, 2013, p. 175).

Para além dos aspectos relacionados à religião, a sociedade ateniense se organizava em torno da figura do cidadão, que costumava receber uma formação educacional específica (*paideia*)²⁵. Em Atenas, a educação era de responsabilidade da família, pois não havia escolas públicas. Por volta dos sete anos de idade, a criança era iniciada nas primeiras letras. Caso a família dispusesse de recursos, o jovem poderia avançar no seu processo de escolarização, seguindo para o nível intermediário e daí para os estudos superiores. Aos dezoito anos, poderia participar das reuniões da *ecclesia* e voltar. No entanto, só desempenhava o seu papel de cidadão plenamente aos 30 anos, quando passava a ter acesso às magistraturas (LEFÈVRE, 2013, p. 178-180).

As mulheres, os estrangeiros e os escravos ficavam à margem da pólis. Lefèvre (2013, p. 181) salienta que a condição da mulher ateniense poderia ser comparada com alguém em eterna minoridade. Sempre distante da política, a mulher tinha como objetivo de vida o casamento e a reprodução de filhos legítimos. O lugar dessa mulher sofreu certa modificação com a lei promulgada por Péricles, em 451 a.C., na qual somente seria reconhecido como cidadão ateniense aquele que fosse filho de pai e mãe também atenienses. Por meio da lei de Péricles, observa-se uma valorização da ascendência materna, uma vez que antes bastava a filiação paterna, ou seja, masculina, para um ateniense alcançar o estatuto de cidadão. Segundo

²⁵ A *paideia* grega tinha como objetivo a formação integral do homem para a vida em sociedade (BORTOLINI; NUNES, 2018, p. 22).

Junqueira (2011, p. 65), no geral, a mulher grega desempenhava seu papel por meio do *ideal de mulher melissa*. O comportamento padrão esperado da mulher grega no Período Clássico era cuidar dos afazeres domésticos. Com as atenienses não foi muito diferente.

Aos estrangeiros era reservada a hospitalidade. Em Atenas, o estrangeiro que permanecia na cidade por mais de um mês entrava na categoria de *meteco* e passava a pagar um tributo específico de 12 dracmas. Os *metecos* podiam participar livremente das festas religiosas e mesmo servir no exército. Em alguns casos, o estrangeiro obtinha o direito à propriedade fundiária e era autorizado a desposar uma mulher ateniense. Esses casos, no entanto, representam a exceção e não a regra, pois era muito raro um *meteco* conseguir esses direitos. Desse modo, os *metecos*, em Atenas, eram parcialmente integrados na comunidade. Já os escravos, por sua vez, tinham a vida regulada pelo dono, sem possuir qualquer direito, fazendo parte da *oïkos*. Os escravos que trabalhavam por conta própria, em geral nos ofícios urbanos, poderiam contar com rendimentos próprios e mesmo amealhar algum pecúlio, mas raramente obtinham o suficiente para comprar sua liberdade (LEFÉVRE, 2013, p. 182-184).

Como dissemos, o período após as Guerras Greco-Pérsicas é marcado pela supremacia de Atenas, que utilizava sua superioridade naval para constituir um império. Burgos (2016, p. 266) enfatiza que os atenienses “[...] manifestaram ao máximo a *vida anfíbia* que o meio os obrigou a aperfeiçoar. Por isso eram bons no mar; o comércio e a guerra naval lhes caíam bem”. É nesse contexto que ocorre a fundação da Liga de Delos, uma união militar de diversas *póleis* com o objetivo de organizar uma frente de proteção contra os persas, no caso de seu possível retorno à Hélade. A liderança da Liga coube a Atenas desde o início. Logo quando da criação da Liga, a contribuição dos aliados era em navios. No entanto, tal contribuição foi, por iniciativa de Atenas, convertida em tributo, ficando os recursos da Liga depositados em Delos, local onde o conselho dos aliados se reunia. Em seguida, Atenas começou a fazer uso desses recursos em

benefício próprio, de maneira que os aliados acabaram tornando-se seus súditos. A atuação discricionária de Atenas na Hélade gerou o abalo na relação com Esparta, processo que conduziu à Guerra do Peloponeso, em 431 a.C.

O período em que vigorava a Liga de Delos teve por característica uma grande monumentalização da pólis ateniense, quando foi edificado o Partenon, entre 447 a 438 a.C., a fim de proclamar a grandeza da pólis. Dessa forma, o Partenon, monumento idealizado por Péricles²⁶, deve ser visto como uma oferenda grandiosa à glória da pólis, tendo sido concebido não apenas para honrar a deusa Atená, mas também para celebrar o papel desempenhado por Atenas frente aos persas nas Guerras Greco-Pérsicas, ou seja, o monumento glorificava tanto os deuses quanto os homens (LEFÈVRE, 2013, p. 167).

Para Florenzano (2001, p. 1), o Partenon “[...] é um monumento que incorpora traços do desenvolvimento artístico, cultural, político desse momento preciso vivido pelo mundo grego”. A autora ainda acrescenta que esse foi o monumento mais importante do século V a.C., demonstrando assim uma relação estreita entre arquitetura e poder.

Outro monumento característico da Grécia Clássica é o teatro, que teve um desenvolvimento particular na Atenas Clássica. Almeida (2010, p. 1) salienta que “[...] nascido na Grécia antiga, no contexto das Grandes Dionísias — festas em honra ao deus do vinho —, como veremos mais adiante, o teatro tem na origem etimológica do seu nome (*théatron*), o sentido de lugar para ver”. Assim, o teatro configura-se como um espaço colocado sob a proteção de Dioniso, no qual se afirmava a alteridade do deus como *xénos*²⁷.

Dioniso pode representar tanto o selvagem quanto o civilizador; o vinho, considerado seu *pharmakon* (remédio) e por ele inventado, segundo os antigos, revela seu caráter: puro ele encerra uma força de extrema selvageria, mas quando é cortado e consumido

²⁶ Péricles foi um estrategista de Atenas entre 460 a 429 a.C. (FLORENZANO, 2001, p. 2).

²⁷ Um estrangeiro que pertence ao mundo helênico, um não bárbaro (ALMEIDA, 2010, p. 5).

segundo as normas gregas, ele traz a vida cultivada. Como o vinho, Dioniso é o duplo, terrível ao extremo ou infinitamente doce (ALMEIDA, 2010, p. 5).

Almeida (2010, p. 6-8) afirma que a cidade de Atenas e Dioniso foram os responsáveis pelo nascimento do teatro. Sendo assim, a religião grega e seu caráter cívico tornaram o culto a Dioniso parte integrante da pólis, constituindo novas formas de vida social.

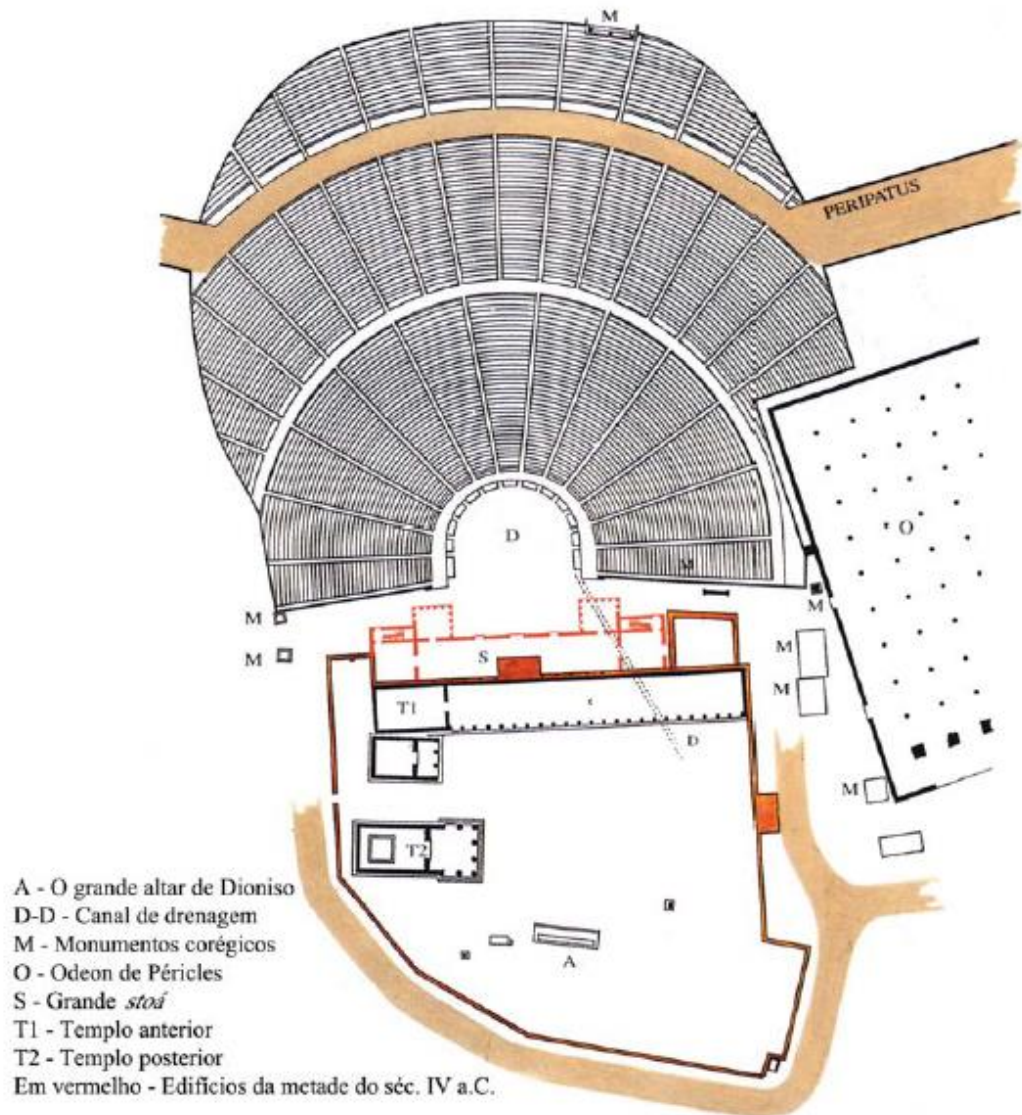
O culto a Dioniso, além de apresentar novas formas de vida social e cultural, também carrou novas maneiras de o homem grego interagir com o espaço sagrado, agora por meio do teatro. Esse monumento, indispensável na arquitetura grega, possuía seu próprio ordenamento espacial interno, como vemos na Figura 4.

É nesse contexto, ou seja, nesse período de desenvolvimento da democracia ateniense, de conflito armado entre gregos e persas e de configuração espacial de Atenas, que a obra de Heródoto insere-se. Nesse sentido, Morais (2004, p. 19) salienta:

Finley mostra que os gregos antigos se destacaram não só por suas grandes realizações nos diversos campos do saber, mas também por sua imensa criatividade na elaboração desse conhecimento, sendo reconhecido pela historiografia como um momento capital para a civilização grega. Pensar a obra de Heródoto significa situá-la nesse contexto.

De fato, *História* é fruto de um longo processo de transformação da produção de conhecimento na Antiguidade, com o advento da narrativa em prosa. De acordo com Romm (1998, p. 14), os primeiros gregos, ao escreverem usando o estilo literário da prosa, escolheram os assuntos ligados à natureza, à ciência: a própria Terra e o cosmos circundante.

Figura 4 – Planta do teatro de Dioniso, em Atenas



Fonte: Almeida (2010).

Eles eram cientistas naturais, geógrafos e exploradores, não romancistas ou historiadores. Anaximandro e Anaximenes, no século VI a.C., publicaram tratados em prosa sobre a natureza do mundo e do universo. Nas décadas seguintes, outro escritor em prosa, Hecateu, fez um levantamento dos territórios e dos respectivos povos que os ocupavam. Esse levantamento ficou conhecido como *Viagem ao redor do mundo*. Todos os três homens eram nativos de Mileto, centro intelectual e comercial da região chamada Jônia, pólis próxima a Halicarnasso. A eles

juntou-se Heródoto. Sendo assim, Lateiner (1989, p. 3-4) ressalta que Heródoto apresentava-se como um escritor inovador em um século inovador.

2.2 HERÓDOTO, UM AUTOR QUASE OBSCURO

Infelizmente a Antiguidade não legou obra biográfica sobre Heródoto, mas reunimos aqui uma série de informações sobre sua vida e obra. Existem algumas inconsistências em relação à data de nascimento do autor de *História*. Alguns autores, como Kury (1985, p. 7) e How (1912, p. 1), apontam o ano de 484 a.C. como o de nascimento de Heródoto. Já Hartog (2014, p. 34) e Morais (2004, p. 15) situam o nascimento do autor em 480 a.C. No entanto, Adrados (1992, p. 15) fornece a data de 526 a.C. como ano de nascimento de Heródoto. Dessa forma, em consonância com a maior parte da historiografia sobre Heródoto, optamos por adotar o intervalo entre 484 – 480 a.C. como período do nascimento do autor.

Existem poucas informações precisas sobre a biografia de Heródoto, que não oferece, em *História*, muita informação sobre sua vida pessoal, exceto o fato de ser natural de Halicarnasso. De acordo com How (1912, p. 1), Heródoto, filho de Lixes e Drio e irmão de Teodoro, era provavelmente de família abastada e influente. Kury (1985, p. 7-8) acrescenta que Heródoto nasceu “[...] quatro anos antes das batalhas de Salamina, das Termópilas e de Platéia”, em Halicarnasso, na Cária, próxima a Mileto, centro florescente da cultura helênica. Nesse período, a Cária era uma província do Império Persa, de modo que Heródoto nasceu súdito de Xerxes. O autor ressalta que Heródoto era membro de uma família abastada e influente e, ao que tudo indica, recebeu uma educação tradicional, anterior ao advento dos sofistas, ou seja, uma educação voltada para leitura de poetas, principalmente Homero.

Por participar do cenário político e apoiar seu tio, Paníasis, contra o tirano Lígdamis, numa tentativa de destituí-lo, Heródoto foi exilado e seu tio, assassinado. Sendo assim, ele teve que se retirar “[...] para a ilha de Samos; ele teria voltado à sua cidade natal aproximadamente em 454, após a deposição do tirano, mas sua estada em Halicarnasso parece ter sido efêmera” (KURY, 1985, p. 7).

Em 445 a.C., Heródoto já se encontrava em Atenas, onde teria lido em público sua obra ou uma parte dela (KURY, 1985, p. 7). Aparentemente a leitura de partes de obras em público era algo habitual no período. Segundo Pollini (2016, p. 43), “[...] era assim comum que os eruditos da época recitassem uma parte de suas obras em público e que eles fossem pagos para isso”. Desse modo, o objetivo de Heródoto, em Atenas e em outras cidades gregas, era apresentar o seu trabalho publicamente. Era por meio dessas exposições que o autor conseguia suscitar o interesse dos gregos por seus relatos.

No entanto, Hartog (2014, p. 34) chama a atenção para o fato de Heródoto ser um cidadão do mundo:

De início de Halicarnasso, onde nasceu por volta de 480 a.C., ele pode dizer-se em seguida de Túrios, no sul da Itália, desde quando se tornou cidadão daquela cidade. Conheceu ele o exílio em Samos, durante algum tempo; viajou através do Oriente Médio e principalmente pelo Egito; em torno do Mar Negro, em direção ao norte; na Itália do Sul, na direção do Oeste; na Grécia continental também. Estabeleceu-se algum tempo em Atenas, partiu para Túrios. Morreu na década de 420 a.C., em Túrios, onde uma tradição lhe atribui um túmulo na ágora — ou em Atenas, segundo uma outra tradição, ou ainda em Pela, na Macedônia.

Sobre o período de composição da obra, Morais (2004, p. 15) aponta que *História* teria sido composta por volta de 446/445 ou 445/444 a.C. e que o ápice da carreira de Heródoto foi a apresentação da obra na *boulé* de Atenas, ocasião na qual o autor teria recebido uma recompensa. Segundo Kury (1985, p. 8), Heródoto teria recebido um prêmio de 10 mil talentos em sua primeira estadia em Atenas, onde fez a leitura de parte de sua obra.

Adrados (1992, p. 18) salienta que Heródoto era um dos homens da diáspora jônica atraídos por Atenas, assim como Demócrito, Protágoras, Anaxágoras e tantos outros, que mergulharam na cultura ateniense.

A proximidade entre Halicarnasso e Mileto permitiu a Heródoto receber muitas influências do conhecimento jônico e sua atitude de investigação, apesar das diferenças políticas, étnicas e dialetais. O dialeto jônio era usado de forma predominante na literatura em prosa dos finais do século VI a.C. e princípios do século V.

São esses os poucos dados biográficos que possuímos sobre Heródoto, uma personagem que se apresenta por diversas vezes controversa e polêmica, devido às múltiplas interpretações que desde a Antiguidade foram feitas de sua obra. Do século V a.C. em diante, *História* foi constantemente interpretada e reinterpretada. De acordo com Hartog (2014, p. 33), “[...] de Heródoto a nossos dias, estende-se por vinte e quatro séculos o longo cortejo de seus intérpretes: tradutores, comentadores, críticos”. Esse fascínio que reside em torno do autor é o que assegura sua imortalização.

Acerca de Heródoto, existe um intenso debate sobre o seu posicionamento político, assunto bem tratado por Camila Condilo (2010). Essa discussão gira em torno de dois eixos: a) Heródoto é parcial e caracteriza os distintos regimes políticos de maneira objetiva; b) Heródoto possui um pensamento político favorável à democracia e contrário à tirania. Particularmente, é muita ingenuidade acreditar que o autor não possui posicionamento político e que é neutro, caso contrário ele não teria se envolvido na disputa política em Halicarnasso que gerou seu exílio.

Por outro lado, a própria fonte contém passagens em que o autor expõe, de forma explícita, sua posição, a exemplo da passagem exposta no início do capítulo, quando Heródoto exalta a democracia em detrimento da tirania, declarando que homens livres lutam com mais afinco. Por tal motivo, os gregos, contra todas as expectativas, derrotaram os persas. Dessa forma, Forsdyke (2006, p. 224-225) ressalta:

Os últimos vinte anos, no entanto, testemunharam uma reversão dessa visão negativa do entendimento político de Heródoto. Heródoto agora é visto como profundamente enraizado no meio intelectual do final do quinto século e, conseqüentemente, bem versado nos debates políticos de seu tempo. Além disso, Heródoto é agora considerado não apenas um contador de histórias sobre o maravilhoso, mas um narrador habilidoso que, através da cuidadosa construção de padrões temáticos e verbais, expressou opiniões sobre algumas das questões políticas mais urgentes de sua época. Finalmente, em vez de ser visto como inadequadamente discriminador em seus relatos de história política quando comparado ao historiador ateniense contemporâneo e sagaz analista político, Tucídides, Heródoto recebe agora uma concepção muito mais ampla e, portanto, pelos padrões atuais, uma visão muito mais satisfatória de política do que Tucídides. Além disso, a amplitude do relato de Heródoto o torna uma fonte muito mais valiosa, não apenas para o desenvolvimento histórico das comunidades gregas, mas também para os valores, crenças e ideologias de sua audiência do século quinto.

Nesse sentido, a primeira hipótese, segundo a qual Heródoto seria um autor parcial e neutro politicamente, não pode ser verossímil, pois constatamos, por meio do próprio relato do autor, que suas concepções políticas influenciaram na elaboração de *História*.

Do ponto de vista religioso, observamos que uma das principais rupturas entre *História* e a epopeia foi a passagem do poder de decisão das mãos dos deuses para a dos homens, uma vez que, na obra, a dimensão humana dos acontecimentos é bastante valorizada, o que não significa que Heródoto seja desprovido de pensamento e influências religiosas. Por diversas vezes, em sua obra, Heródoto recorre a explicações divinas. Para o autor, “[...] o homem está numa roda, que no seu giro não permite que o mesmo homem seja sempre bem-sucedido” (*Hist.*, I, 207). Heródoto acredita assim que o homem está à mercê da ação divina, que faz seu papel de punir as injustiças, assim como na visão de Híparcos:

Resiste, homem de coração resistente,
Aos males irresistíveis que te atormentam!
Homem nenhum que tenha agido injustamente
Conseguirá fugir à expiação final! (*Hist.*, V, 56).

Adrados (1992, p. 43) esclarece que as ideias religiosas e políticas de Heródoto estão em conexão:

Uma posição que poderíamos chamar de teológica, que explica o acontecimento histórico pela lei geral do equilíbrio que a divindade restaura quando quebra; e uma

posição humana que, no detalhe de cada ação, atribui sua responsabilidade ao valor e inteligência do homem.

Pode-se dizer que a arte literária, em Heródoto, é um meio de ensino religioso, na medida em que todo o panteão grego seria obra dos poetas (HOW, 1912, p. 48). Outra característica religiosa presente em *História* é a crença de Heródoto nos oráculos (*Hist.*, VIII, 77). A crença na adivinhação é um elemento constante no decorrer da obra. Nesse sentido, Burgos (2016, p. 269) assinala:

Pode-se entender que, além das implicações políticas, estilísticas e místicas, a adivinhação é uma ferramenta que contribui para construir a história. Heródoto articula a ideia de destino, que toma emprestada da tragédia, como a história regional das cidades e santuários onde sucederam acontecimentos significativos para a vida social dos gregos — seja no campo político, seja no campo cultural e religioso, como nutrientes de mitos e relatos fantásticos — e, assim, confirma a capital fama ancestral da Hélade, segundo a qual a adivinhação — com todos os componentes que a rodeiam — é um instrumento historiográfico.

Por mais que Heródoto tenha objetivado relatar os feitos dos homens, e não dos deuses em si, percebemos que o autor se manifesta como um homem crente, como evidenciado por meio das passagens citadas. Com efeito, Burgos (2016, p. 271) afirma que Heródoto “[...] foi um dos grandes mestres de algo que hoje chamaríamos de história das religiões”, pois seria impossível manter *História* intacta se omitíssemos os relatos sobre os oráculos, os deuses, as crenças gregas e bárbaras e os santuários.

Heródoto é conhecido como “Pai da História” por ter inaugurado um novo estilo de escrita, de compilação de dados e de produção de conhecimento, tendo sido influenciado por seus predecessores, os logógrafos, ou seja, escritores em prosa. De acordo com

O nome de *logógrafos* refletia apenas a qualidade de prosador, enquanto o de historiador (*historikòs*) tem um significado mais definido, pois *historia* quer dizer originalmente “busca, investigação, pesquisa”: então o historiador, do ponto de vista etimológico, é uma pessoa que se informa por si mesma da verdade, que viaja, que interroga, em vez de limitar-se a transcrever dados à sua disposição e repetir genealogias, cronologias e lendas, ou compilar registros relativos à fundação de cidades, tudo com o intuito exclusivo de satisfazer a curiosidade ingênua de um público ainda pouco exigente, sem estabelecer a menos distinção entre

acontecimentos reais ou relatos imaginários, entre fatos ou peripécias fantásticas. (KURY, (1985, p. 8-9):

O título de “Pai da História”, no entanto, se deu mais por Heródoto ter dado o passo inicial para a construção de um relato positivo e metódico sobre a atuação humana em sociedade do que por tê-la criado tal como conhecemos hoje. De fato, Heródoto reproduziu muitas das características estilísticas dos predecessores que criticou, como o gosto pelo maravilhoso, pelas genealogias, pelo mítico e pelo lendário, apresentando até certo descaso pela cronologia, praticamente ausente em sua obra (KURY, 1985, p. 9). De acordo com Hartog (2014, p. 18), existem diversas semelhanças de vocabulário e de estrutura entre a abertura de *História* e os prólogos da epopeia, pois “[...] nos dois casos trata-se de memória, do esquecimento e da morte”.

Momigliano (2004, p. 60) ressalta, por sua vez, que Heródoto, no início de sua narrativa, evidencia o seu principal objetivo, que é salvaguardar as lembranças dos feitos dos homens, sejam eles gregos ou bárbaros, ou seja, impedir que as ações grandiosas desses homens caíssem em esquecimento. Desse modo, Heródoto, como qualquer outro grego, “[...] estava preocupado com o caráter efêmero das ações humanas”, de maneira que, para ele, o remédio para o esquecimento era a memória das ações passadas. A memória seria, assim, a única defesa do homem contra a mortalidade.

Por mais que a epopeia e a História possam ter como função a domesticação da morte e a sua socialização, a epopeia é elaborada para fornecer respostas ao desconhecido da morte, para aculturar a morte. É uma maneira de demonstrar e enaltecer o percurso do herói, seus feitos, aquilo que o qualifica. Quando se passa da epopeia para a História, aparecem diversas bifurcações. Não se trata mais da façanha individual, nem de atos heroicos. Segundo Hartog (2014, p. 19), “[...] a excelência torna-se coletiva. A ordem da falange e a lei da cidade impõem-se. É belo morrer não mais na primeira fila, mas na sua própria fileira”. Para o autor, a principal

ruptura de *História* com a epopeia é o total desaparecimento das Musas, trazendo à tona uma nova economia do discurso, pois agora quem fala é o *hístor*. Nessa perspectiva, Duarte (2014, p. 81) ressalta:

Devo chamar atenção para um ingrediente herodotiano, e que me interessa bastante, que é o fato de o historiador compor em prosa. Como se sabe, os gêneros da prosa surgem tardiamente entre os gregos, por volta do século VI a.C., como consequência da lenta difusão dos hábitos letrados e do forte predomínio de uma cultura oral, cuja expressão maior se faz sentir nos gêneros da poesia.

Na Grécia arcaica, a poesia era o principal veículo de conservação da memória e de transmissão de conhecimento, de certa visão de mundo. O próprio Heródoto, em sua obra, ressalta que os gregos devem a Homero e a Hesíodo a compreensão de seu panteão, como vemos na seguinte passagem:

Realmente, suponho que a época de Homero e Hesíodo não é mais de quatrocentos anos anteriores à nossa, e foram eles que em seus poemas deram aos helenos a genealogia dos deuses e lhes atribuíram seus diferentes epítetos e suas atribuições, honrarias e funções, e descreveram suas figuras (*Hist.*, II, 53).

Segundo Duarte (2014, p. 83), por mais que Heródoto seja associado ao surgimento da prosa na Grécia, isso não significa que *História* seja desprovida de traços de oralidade, que marcaram sucessivas gerações de gregos. Para compor sua obra, Heródoto teve de buscar referências anteriores, que eram de cunho oral em sua grande maioria. Sendo assim, o autor emerge como produto dessa cultura oral e, ao mesmo tempo, encontra-se inserido no processo de transição para o mundo da escrita. Com efeito, Hartog (1999, p. 10) pontua que a História não surgiu com Heródoto, ela teria seu começo na Mesopotâmia, porém foi com ele que surgiu o historiador como figura subjetiva.

2.3 O OFÍCIO DO HISTORIADOR

A obra *História* é composta por nove livros. Nos quatro primeiros, Heródoto elabora uma extensa digressão a fim de demonstrar como surgiu o Império Persa e seu poderio. Nos cinco livros restantes, o autor trata especificamente das Guerras Greco-Pérsicas. A concepção de História, segundo Heródoto, assim como seu estilo narrativo, eram novidades na época. Kury (1985, p. 13) salienta que “[...] a frase de Heródoto é frequentemente curta, composta de elementos justapostos, com fórmulas introdutórias, de retomada do assunto principal após inúmeras digressões que permitem aos leitores seguir facilmente o fluxo das ideias”. A estrutura atual da obra, ou seja, sua repartição em nove livros, encabeçados cada um por uma musa, segundo Adrados (1992, p. 62), foi dada por Aristarco, no século II a.C.

De acordo com Adrados (1992, p. 8-23), o objetivo de Heródoto era contar a luta entre gregos e asiáticos. Para tanto, o autor constrói uma *história universal*. Sobre a difusão de *História*, o autor argumenta que Heródoto lia fragmentos de sua obra e estava entre os poetas e intelectuais que viajavam participando de concursos e dando-a conhecer seu trabalho. Dessa forma, Heródoto parece ter percorrido todo o mundo grego e boa parte do bárbaro. A respeito disso, Vítor de Azevedo (2001, p. 21) relata que Heródoto pretendia levar sua obra ao conhecimento de todos e, para tanto, escolheu o período dos Jogos Olímpicos para divulgá-la. De acordo com Azevedo (2001), essa informação é corroborada por diversos autores antigos, a exemplo de Luciano de Samósata.

Adrados (1992, p. 34) ressalta que existiram distintas especulações sobre a composição de *História*, sobre onde, quando e como Heródoto teria elaborado sua obra. Será que *História* foi escrita em Túrio, local onde Heródoto se fixou? Ou a obra foi escrita aos poucos durante as viagens? Um dos posicionamentos a esse respeito é de que a obra teria sido escrita em Túrio,

no final da vida de Heródoto, e que, no período anterior a esse, o autor somente possuía alguns fragmentos e anotações. Seriam essas anotações que Heródoto teria lido em Atenas, em primeira mão.

A composição de *História* por Heródoto apresenta-se como uma série de *lógoi*, ou seja, um conjunto de várias histórias em torno de um eixo principal. Condilo (2010, p. 22) ressalta que, por esse motivo, o conteúdo da obra deveria ser disposto por unidades de *lógoi* e não em livros, como convencionou-se. Para Luragui (2006, p. 76), as narrativas antigas, em geral, são constituídas na terceira pessoa, sendo que os autores raramente se colocam no papel de primeira pessoa. Já *História* representa uma exceção notável. Heródoto, como narrador, enfatiza repetidamente em seu texto declarações na primeira pessoa.

Pode-se dizer que Heródoto é, junto com Homero, o melhor exemplo, na literatura grega arcaica, do que podemos chamar de "composição aberta", em oposição ao gênero "fechado", como lírico e teatro. Autores como esses (e, logo, um gênero como o romance) trabalham com unidades literárias que se organizam livremente, sem restrições em termos de sua extensão, seu arranjo (ADRADOS, 1992, p. 38-39).

Para Adrados, esse tipo de composição, utilizada por Heródoto e Homero, gera algumas dificuldades de compreensão, pois não possui ordenamento cronológico, isto é, não é uma narrativa linear.

Para a redação de sua obra, Heródoto fez uso de três fontes distintas: escritas; relatos por ele recolhidos e observações que fez durante suas viagens. A maioria das fontes escritas são de poetas, como Simônides, e Aristeas. No geral, ele não distingue de onde retirou a informação. De acordo com Adrados, essa prática era normal na Antiguidade, pois ainda não existia o conceito de propriedade literária. Heródoto menciona os relatos orais de modo impessoal, com afirmações vagas: “dizem”, “uns dizem”, “outros afirmam”, não fornecendo informações mais precisas (ADRADOS, 1992, p. 53-55).

A relação de Heródoto com suas fontes de informação é variada e, em alguns momentos, contraditória. Em determinado momento, o autor se abstém ao relatar certos acontecimentos, pois considerava ofensivo aos deuses fazê-lo (*Hist.*, II, 3;61). Em outra ocasião, ressalta não acreditar na afirmação dos citas de que uma vez por ano os *neuri* tornavam-se lobos (*Hist.*, IV, 105). Para Momigliano (2004, p. 63), “[...] em outros casos, quando registra o relato de alguma outra pessoa, ele se dá ao trabalho de indicar o grau de confiabilidade de seus informantes”.

Os limites das informações obtidas por Heródoto, em sua investigação, são definidos pela *opsis* (visão) e pela *akoe* (audição). Segundo Darbo-Peschanski (1998, p. 95-96), o autor de *História* se apoiou nesses dois tipos de fonte. A preferência de Heródoto é pela obtenção direta da informação, ou seja, por meio da visão, mas, como em diversos casos essa não é possível, por se tratar de eventos muito antigos, o autor optou pela audição, sempre ressaltando, contudo, se o informante era confiável e se acreditava na veracidade das informações coletadas.

De fato, segundo Momigliano (2004, p. 63), o autor de *História* se dá ao trabalho de revelar ao leitor as fontes que acredita serem confiáveis e aquelas que não possuem credibilidade. Esse seria um dos traços mais marcantes do seu método de trabalho. Sobre a problemática em torno da documentação utilizada por Heródoto, o autor afirma:

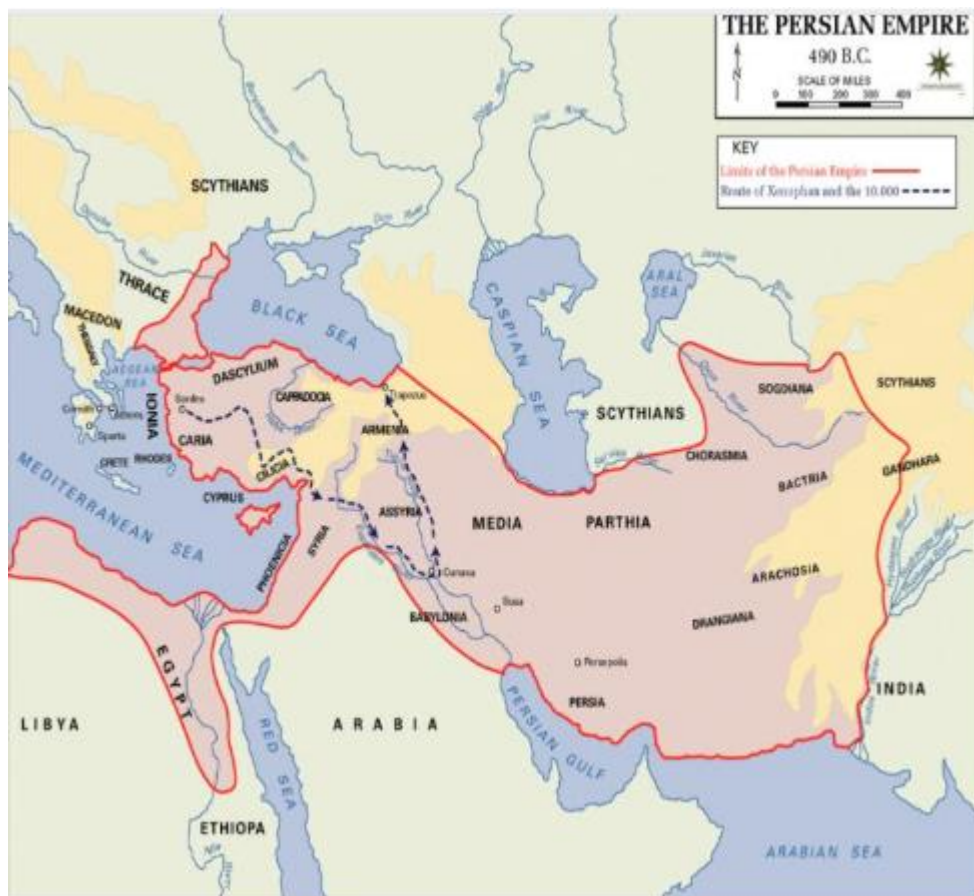
O outro problema era como recolher a documentação quando os registros escritos não eram acessíveis ou não existiam. No que diz respeito aos países do Leste, Heródoto não tinha acesso às crônicas e a outros documentos por sua ignorância tanto do idioma quanto da escrita. Na Grécia, os documentos escritos eram poucos e na maioria das vezes estavam recolhidos nos arquivos dos templos e das cidades, fora do alcance de um visitante a menos que se tratasse de um favor especial. É claro que Heródoto deve ter tido acesso a alguns documentos em grego relativos à taxação persa (III, 89), à estrada real persa (V, 52) e aos navios persas (VII, 89; VIII, 66; VIII, 130). Para umas poucas inscrições em hieróglifos e em cuneiforme, ele dependia de traduções fornecidas por guias locais e por intérpretes. Os exemplos mais conhecidos são os das inscrições das pirâmides (II, 125) e daquelas de Sesóstris (II, 102) (MOMIGLIANO, 2004, p. 64).

História é uma obra que aborda grande diversidade de informações sobre territórios, populações e suas práticas culturais. Do livro I ao IV, Heródoto narra a expansão e descreve a extensão do

Império Persa. No Mapa 2, podemos visualizar a dimensão desse Império e os conflitos daí advindos, com ênfase nas características de cada sociedade em contato com os persas. No livro I, dedicado a Clio, Heródoto inicia sua narrativa apresentando as origens da discórdia entre a Grécia e a Ásia, que para o autor está relacionada ao rapto de algumas mulheres gregas, a saber: Io, Europa, Medéia e Helena. A partir desse ponto, o autor conta a história de Croisos, rei dos lídios, desde seus antepassados até sua empreitada contra os persas.

Heródoto ocupa-se também do espaço geográfico da Lídia e suas características, assim como seus monumentos e suas práticas culturais, apresentando ainda a biografia de Ciro e o modo como ele se tornou o rei dos persas, ao subjugar a Babilônia (*Hist.*, I, 1-216).

Mapa 2 – Império Persa em 490 a.C.



Fonte: Kiffer (2010).

O livro II, dedicado a Euterpe, destina-se a descrever o que Heródoto viu e ouviu em sua viagem ao Egito, iniciando-se com o ataque de Cambises ao país. O autor apresenta os monumentos, a arte e a ciência egípcias, a exemplo das funções do calendário. Em seguida, descreve o território, tratando do Nilo, de suas cheias, suas nascentes e de seu curso. Heródoto também expõe os costumes egípcios, assim como sua religião, seus sacrifícios e as festas, os animais sagrados, os ritos fúnebres, relacionando-os à origem dos deuses gregos. No fim do livro, explica a organização social do Egito (*Hist.*, II, 1-182).

Tália, o livro III, inicia-se com a descrição do reinado de Cambises, sua expedição contra o Egito e o relato da captura de Mênfis. Após invadir o Egito, Cambises teria planejado uma futura expedição contra a Etiópia, enviando espiões até o local para sondar. A partir daí, Heródoto descreve o território e os costumes dos etíopes. Segundo o autor, o rei dos etíopes envia uma mensagem desafiadora a Cambises, que decide, sem refletir, iniciar com aquele povo um conflito, que nunca chegou a se concretizar. De fato, Cambises fracassa, pois, no meio da expedição, faltaram víveres para os soldados, que começaram a passar fome. Desse modo, o rei foi obrigado a encerrar a expedição. Após a morte de Cambises, Dario se torna rei. Com sua ascensão, a relação entre gregos e persas se agrava (*Hist.*, III, 1-159).

No livro IV, dedicado a Melpômene, no qual se concentra nossa análise, o autor aborda a expedição de Dario contra os citas, descrevendo as distintas teorias sobre as origens dos citas e apresentando os seus diversos grupos e vizinhos. Heródoto afirma que a Cítia se caracteriza como uma região de *eskhatía*²⁸, fornecendo o traçado geográfico da região, os rios da Cítia, bem como seus costumes. De acordo com o autor, a expedição persa fracassa por conta da estrutura espacial da Cítia e do estilo de vidas dos citas. Como os citas eram nômades, não possuindo moradias nem território estritamente delimitado, os persas não conseguiram

²⁸ “A *eskhatía*, para uma cidade grega, é a zona além das culturas: é a região ‘na ponta’, as terras de rendimento ruim e de utilização difícil ou intermitente” (HARTOG, 2014, p. 54).

empreender um confronto. Já no final do livro, Heródoto inicia sua descrição sobre a Líbia, a fundação de Cirene por Batos e os conflitos daí decorrentes. O autor elabora também uma descrição dos povos da Líbia e da intervenção dos persas no conflito entre cirenaicos, egípcios e líbios, que acarretou a captura de Barce (*Hist.*, IV, 1- 205).

Do livro V ao IX, Heródoto narra o conflito entre gregos e persas. No livro V, dedicado a Terpsícore, o autor trata da expansão de Dario na Europa, da submissão dos períntios, dos trácios e dos peônios aos persas e da missão persa à Macedônia. São abordadas também a revolta da Jônia, acontecimentos em Naxos e Mileto, o fracasso de Aristágoras e da intervenção persa, o que dá origem ao que o autor chama de Revolta de Aristágoras. Em seguida, Heródoto faz uma pausa nas descrições do conflito entre gregos e persas para esclarecer a situação de Atenas. Para tanto, explica os primórdios da história de Atenas, a origem fenícia do alfabeto grego, a expulsão dos pistrátidas e a reforma de Clístenes. Após essa digressão, Heródoto retoma a descrição dos eventos, salientando o rompimento de Atenas com a Pérsia quando Atenas socorre os revoltados (*Hist.*, V, 1-126).

O livro VI, dedicado a Erato, inicia-se com o fim da revolta da Jônia, a batalha de Lade e a captura de Mileto. Novamente, a Jônia é escravizada e ocorre o confronto entre persas e gregos com o avanço dos primeiros sobre a Hélade. O autor relata os acontecimentos da primeira expedição dos persas à Grécia, salientando os reveses sofridos por Atenas e Esparta no período. Na segunda expedição, comandada por Dátis e Artafernes, Naxos, Caristos e Erétria são capturadas e Delos, respeitada. Têm-se então a Batalha de Maratona e o apelo dos atenienses aos espartanos (*Hist.*, VI, 1-140).

No livro VII, dedicado a Polímnia, Heródoto descreve os acontecimentos do lado persa, os preparativos para uma terceira expedição à Grécia, a sucessão de Xerxes e a decisão de invadir o território grego. Com a chegada do exército persa em Sárdis, Xerxes emite um ultimato às

cidades gregas. Os soldados persas constroem pontes a fim de realizar a travessia do estreito e chegar ao Helesponto. O autor faz uma descrição do exército e da frota persa, sua característica e extensão, além de relatar os primeiros choques entre gregos e persas no mar e seus desdobramentos em terra, nas Termópilas, com a derrota de Leônidas e a vitória dos persas (*Hist.*, VII, 1-237).

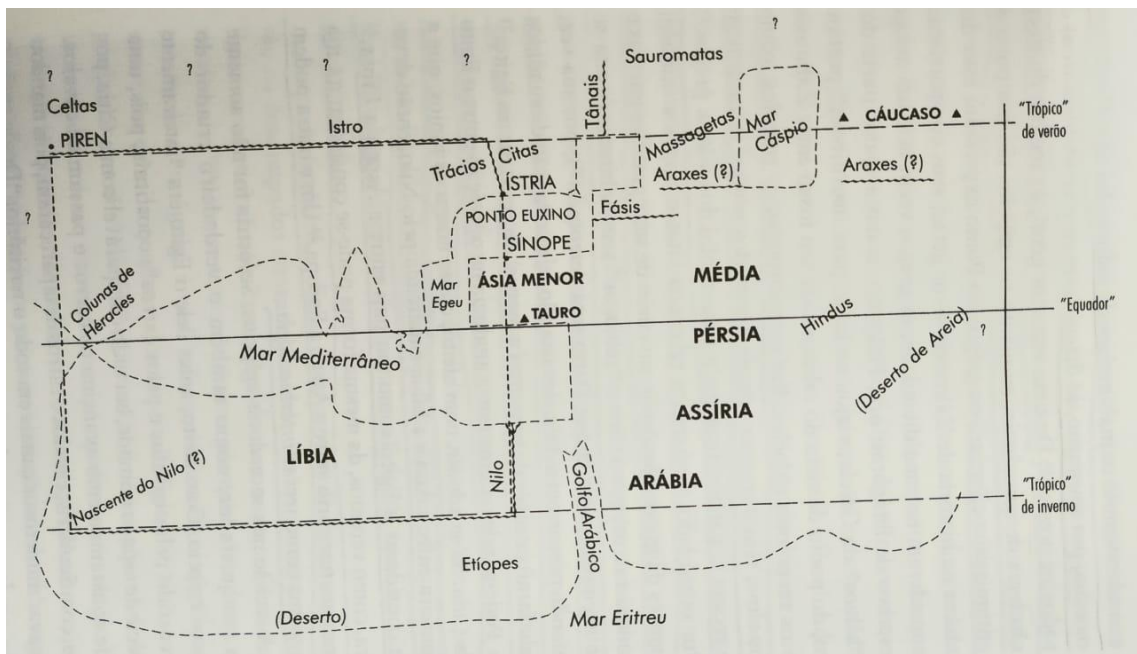
Dando continuidade à narrativa do conflito, no livro VIII, dedicado a Urânia, o autor trata da derrota dos persas e da batalha de Artemísion no mar, destacando o papel de Temístocles e, em terra, o movimento dos persas na Grécia Central. Em seguida, trata da Batalha de Salamina, com a evacuação de Atenas pelas autoridades cívicas e a ocupação da Ática pelos persas. Nesse ínterim, os comandantes gregos confabulam para decidir os próximos passos da guerra, ao passo que os comandantes persas se reúnem em Salamina. Por fim, os gregos saem vitoriosos da batalha de Salamina contra Xerxes, que se retira com suas tropas (*Hist.*, VIII, 1-144).

No último livro, dedicado a Calíope, Heródoto dá continuidade ao relato sobre a derrota persa, descrevendo a Batalha de Plateia, o apelo de Atenas a Esparta, a chegada das forças gregas e os primeiros choques com os persas. O autor salienta a condição das forças gregas e persas nesse final de conflito. *História* é finalizada por Heródoto com o desenrolar da Batalha de Plateia, que assinala a vitória definitiva dos gregos sobre os persas (*Hist.*, IX, 1-122).

Bernadete (1969, p. 4) resume de forma bastante útil a divisão de *História*. Segundo esse autor, “[...] os livros I-IV apresentam o pensamento de Heródoto, os livros VI-IX refletem e complementam aquele pensamento nos feitos maravilhosos dos gregos e bárbaros, e o livro V é o transição entre o pensamento de Heródoto e os atos greco-bárbaros”. Essa é a configuração básica de *História*, uma obra monumental e repleta de descrições minuciosas, sejam elas geográficas, culturais ou religiosas. O espaço é um fator bastante caro a Heródoto, visto que ele recorre com frequência às questões espaciais, descrevendo o território, os rios e o clima da

maior parte dos povos tratados em sua obra. A esse respeito, Hartog (2014, p. 57) fornece um mapa do mundo de acordo com Heródoto (Mapa 3), no qual podemos visualizar a maneira como Heródoto dividia esses espaços e os lugares por onde ele passou no processo de confecção de *História*. Esse mapa foi criado com base nas descrições espaciais de Heródoto.

Mapa 3 – Provável representação de mundo de Heródoto



Fonte: Hartog (2014).

2.4 EDIÇÕES, TRADUÇÕES E INTERPRETAÇÕES DE *HISTÓRIA*

De acordo com Adrados (1992, p. 66), Heródoto já era conhecido entre os eruditos desde a redescoberta da literatura grega, século XV e XVI. A *editio principis* de sua obra iniciou-se com Aldo Manucio, em 1502, contudo Heródoto era conhecido no Ocidente antes do Renascimento graças à tradução de Lorenzo Valla, feita em 1474. Após a edição de Manucio, veio a edição de Estéfano, feita em Paris, em 1570. Já o trabalho crítico sobre a obra do autor começou com a edição de Gronovio, em 1715. Entre outros estudiosos que se ocuparam de

Heródoto, nos séculos XVIII e XIX, merecem destaque: Schweighäuser, Gaisford, Stallbaum, Bekker, Dindorf e Stein.

A respeito das edições mais contemporâneas, são fundamentalmente as seguintes: Hude, 1908; Godley, 1922²⁹; Dietsch-Kallenberg, 1933; Legrand, 1954; Van Groningen, 1955; Berenguer, 1960. Também merece ser citada a publicação da *Antologia de Heródoto*, publicada na Espanha pela Sociedade Espanhola de Estudos Clássicos, em 1960. Quanto às traduções, essas são numerosas. Além de Legrand, Godley e Berenguer, podemos citar a de Berguin (Paris, 1932), a de Maria Ros Lida (Argentina, 1949); em italiano, a de Izzo d'Accinni (1951) e Annibaletto (1955); e, para finalizar, a de Braun (Alemanha, 1956). Sem dúvida, devemos mencionar também os comentários: além do já citado Van Groningen, temos os comentários de How-Wells (Oxfors, 1928) e Rawlinson-Lawrence (Londres, 1935) (ADRADOS, 1992, p. 66-67).

Nesse breve inventário, pode-se observar a diversidade de edições, traduções e comentários da obra de Heródoto, difundida em diversas regiões, por diferentes autores e línguas, o que faz de *História* uma obra conhecida da Antiguidade até nossos dias. Isso permitiu também que Heródoto se tornasse um dos autores antigos mais estudados pelos especialistas em Antiguidade.

De acordo com Condilo (2010), as obras clássicas têm servido como ponto de referência de ideias, padrões morais e estéticos desde o período do Renascimento, de modo que essas obras moldaram a forma de pensar da modernidade.

A redescoberta da história antiga se fez, primeiramente, no âmbito da chamada história exemplar, mestre da vida. Até o Iluminismo, os textos dos historiadores gregos e latinos eram mananciais de exemplos sobre a vida, correta ou incorreta, de homens e de cidade, sobre moralidade, sobre o destino dos Estados. Em termos políticos, debatia-se sobre as vantagens e desvantagens da democracia, sobre a estabilidade ou o autoritarismo de Esparta, sobre a imoralidade das tiranias antigas e de seu poder absoluto. Com surgimento da História científica, em meados do século XIX, a perspectiva com a qual liam os clássicos, para escrever sua história, mudou

²⁹ Edição utilizada nesta dissertação, por ser uma fonte bilíngue — inglês-grego.

radicalmente. A partir de uma visão derivada do surgimento progressivo dos Estados nacionais contemporâneos, os historiadores passaram a buscar, nos historiadores clássicos, as histórias de seus povos, de suas nações (CONDILO, 2010, p. 11).

A autora salienta que, por meio desse processo, foram constituídas as histórias grega e romana com as quais estamos habituados hoje. É dentro desse cenário que se inserem as diversas interpretações e reinterpretações sobre Heródoto e sua obra, distintas e modificadas consonante as transformações da História. Morais (2004, p. 16) destaca que, a partir da segunda metade de século XX, *História* ganha novas interpretações por parte dos estudiosos, que passam a analisá-la, com o auxílio da Antropologia Cultural, sob uma nova ótica.

História é uma obra que foi analisada, comentada e criticada desde a Antiguidade, conforme já dito. Um dos pontos centrais de investigação sempre foi definir se a obra poderia ou não ser caracterizada como um trabalho histórico, se Heródoto realmente seria o “pai da História” e se suas descrições eram fidedignas. De acordo com Dewald e Marincola (2006, p. 1),

Poucos historiadores, de fato poucos escritores, de qualquer época, foram submetidos a tais avaliações amplamente divergentes como Heródoto de Halicarnasso. Ao longo da antiguidade podemos detectar duas escolas de pensamento sobre ele, um vê-lo como o "pai da história", a primeira pessoa a montar uma conta exata do passado e para infundi-lo com significado, dando causas, consequências, e as intenções dos participantes. Mas também havia uma tendência persistente de crítica que levou Heródoto a tarefa de suas histórias do fabuloso e do improvável, pela precisão de seus relatos de terras não-gregas e por seu retrato de uma força grega briguenta e desunida. Heródoto continuou para ser lido, no entanto, por causa da beleza de seu estilo, seus dons óbvios como um narrador, e porque muitas pessoas viram nele um predecessor apropriado pelo que eles mesmos estavam tentando alcançar.

Para Adrados (1992), Condiolo (2010) e Morais (2004), a primeira crítica a Heródoto adveio de seu contemporâneo, Tucídides. Os autores interpretam a passagem abaixo como uma crítica velada de Tucídides a Heródoto,

Pode acontecer que a ausência do fabuloso em minha narrativa pareça menos agradável ao ouvido, mas quem quer que deseje ter uma ideia clara tanto dos eventos ocorridos quanto daqueles que algum dia voltarão a ocorrer em circunstâncias idênticas ou semelhantes em consequência de seu conteúdo humano, julgará a minha história útil e isto me bastará. Na verdade, ela foi feita para ser um patrimônio sempre útil, e não uma composição a ser ouvida apenas no momento da competição por algum prêmio (I, 22).

Nesse sentido, Tucídides se constitui como o primeiro crítico de Heródoto. De acordo com Morais (2004, p. 21-22), Tucídides começou a escrever por volta de 404 a.C., e considerava Heródoto ingênuo por não questionar suas fontes de informação. Ele não considerava a postura de Heródoto de maravilhar-se diante de algum fenômeno uma metodologia de trabalho válida.

A obra de Heródoto parece ter tomado, de imediato, um lugar de destaque na literatura grega. Entre os séculos I e II, Plutarco escreveu *O Tratado sobre a Malevolência de Heródoto*, no qual critica a abordagem do autor. Para Plutarco, Heródoto teria se deixado levar pelas paixões pessoais ao descrever determinadas comunidades e principalmente ao sugerir que a Grécia poderia ter importado algumas práticas e costumes do estrangeiro. Plutarco elabora tal crítica devido ao fato de Heródoto sugerir, ao construir uma representação do território egípcio, que algumas divindades gregas teriam sido importadas do panteão egípcio. Sendo assim, Heródoto é acusado, por Plutarco, de ser um filo-bárbaro, um defensor dos bárbaros (*Mor.* 857E).

A despeito das críticas que Heródoto sofreu de boa parte dos autores antigos, Momigliano (2004, p. 66-67) salienta:

A importância da realização de Heródoto foi logo reconhecida. Ele impressionou seus contemporâneos Sófocles e Aristófanes [...] Ele foi reconhecido como o pai da História — pelo menos desde Cícero. Ele foi resumido por Teopompo e comentado por Aristarco. Entretanto, sua reputação nunca foi a de um historiador veraz. Mesmo aqueles que mais o admiravam, como Dionísio de Halicarnasso e Luciano, elogiavam o seu estilo mais do que a sua confiabilidade. Tucídides expressou seu desdém pela leviandade de seu predecessor e a opinião geral nos séculos posteriores não foi muito diversa. Ctesias e Aristóteles, Diodoro, Estrabão e Plutarco enlamearam Heródoto e foram muitos os livros e panfletos que denunciaram as suas mentiras.

Segundo Momigliano (2004, p. 67), os autores antigos, na verdade, não conseguiram compreender a profundidade da obra de Heródoto. O autor ressalta que esses críticos não conseguiram ser imparciais ao se defrontarem com *História*, a exemplo de Plutarco que não gostava de Heródoto, que teria preferido Atenas à Beócia, preterindo assim sua terra natal, ou

seja, a crítica de Plutarco não é ao método utilizado por Heródoto e sim às suas convicções pessoais.

Na realidade, Heródoto se interessava pela pluralidade cultural que caracterizava os povos não-gregos, seus costumes e práticas, incluindo as modalidades de ocupação do território. Tal interesse deu ensejo a duas vertentes distintas de interpretação da obra. A primeira é aquela representada por Plutarco, que desqualifica toda a investigação de Heródoto, rotulando-o como um mero contador de fábulas. A segunda se baseia na concepção de que as únicas partes da obra que possuem alguma veracidade são aquelas a respeito das Guerras Greco-Pérsicas, excluindo-se, dessa forma, os livros de I a IV. Tal posição foi defendida por Voltaire (2007, p. 16-19) em *Le pyrrhonisme en histoire*. Nessa obra, o autor argumenta que o relato de Heródoto sobre as Guerras Greco-Pérsicas é verossímil, embora as descrições dos costumes dos povos não gregos fossem uma fantasia. O autor salienta ainda que essa interpretação de *História* perdurou por longo tempo.

Na segunda metade do século XX, aumentaram os estudos sobre Heródoto. Em 1969, Seth Bernadete, em seu livro *Herodotian inquiries*, analisa a forma como *História* é apresentada e explica que os episódios relatados por Heródoto, se lidos na sequência correta, ou seja, na ordem em que se apresentam, possuem sentido, e acrescenta que esses episódios trazem à tona a relação entre o político e o não político (BERNADETE, 1969, p. 220). Com efeito, explica a motivação pela qual optou por chamar a narrativa de Heródoto de “inquéritos” na seguinte passagem:

Heródoto tantas vezes tem sido chamado, desde a antiguidade, por pai da história que este título nos cegou para a questão: o pai era historiador? Todos sabem que as palavras gregas das quais "história" deriva sempre significam investigação em Heródoto. Suas chamadas Histórias são inquéritos e, por esse nome, pretendi chamá-las. Suas investigações resultam, em parte, na apresentação de eventos que agora são chamados de "históricos"; mas outras partes de sua investigação pertenceriam agora à providência do antropólogo ou do geógrafo (Bernadete (1969, p. 1).

Em 1971, Charles W. Fornara se propõe, em seu livro *Herodotus: an interpretative essay*, a refletir sobre razões que teriam levado Heródoto a escrever sua obra. Para Fornara (1971, p. 25-34), Heródoto redigiu *História* como uma forma de chamar a atenção dos gregos para o perigo eminente que estava a caminho, isto é, ele teria percebido a inevitabilidade da guerra com os persas. Com efeito, R. Drews, em 1973, salienta, em sua obra *Herodotus other logoi*, que *História* possui uma unidade de método, pois o autor agiu como um explorador que visita diversas regiões e se dedica a recolher informações sobre os usos e os costumes dos nativos, tanto os do presente quanto os do passado (DREWS, 1973, p. 220).

Em 1980³⁰, François Hartog publicou *O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*, em que discute a retórica da alteridade presente em *História*. Hartog inaugura uma maneira nova de interpretar a obra de Heródoto. O autor não entra na discussão se os relatos que Heródoto apresenta são verdadeiros ou falsos, formulando antes a hipótese segundo a qual *História* exprime a concepção de mundo de Heródoto. Para Hartog, Heródoto elabora, antes e acima de tudo, uma retórica da alteridade, de maneira que sua representação do *Outro* encontrava-se condicionada pela sua bagagem cultural helênica (HARTOG, 2014, p. 243).

Em 1992, Francisco Rodríguez Adrados, em sua introdução à tradução de *História* publicada pela Gredos, aborda aspectos da vida de Heródoto, suas influências e a recepção de sua obra na Antiguidade. Segundo Adrados (1992, p.23), Heródoto insere-se na tradição dos viajantes jônicos, estudiosos da etnografia e do maravilhoso. O autor sai em defesa de Heródoto e salienta que a composição de *História* não é o resultado de uma anárquica acumulação de materiais, pois ela é justificável do ponto de vista das intenções do autor, enfatizando que “[...] a História de Heródoto foi realmente a única obra narrativa ampla sobre a Grécia arcaica e as Guerras

³⁰ Citamos a primeira edição somente para situar a obra dentro da historiografia, porém utilizamos a segunda edição da obra, datada de 2014.

Greco-Pérsicas, o que lhe assegurava automaticamente um posto de honra dentro da literatura grega” (ADRADOS, 1992, p. 61).

Outra obra que fornece uma interpretação distinta sobre *História é O discurso do particular*, de Catherine Darbo-Peschanski, publicado em 1998, em que a autora ressalta a diferença entre seu ponto de vista e o dos demais, pois não tem como objetivo abordar a investigação de *História* a partir de uma visão anacrônica³¹, mas de um conjunto de técnicas e operações.

No Brasil, temos verificado, nos últimos anos, um número crescente de estudos sobre a obra de Heródoto, a exemplo do trabalho de Cynthia Morais, *Maravilhas do Mundo Antigo* (2004), no qual a autora aborda a presença do “maravilhoso” (*thaumásius*) em Heródoto³². Morais trata o uso que Heródoto faz do exótico, do diferente e do maravilhoso como um mecanismo para descrever as diferentes comunidades não gregas que inclui em sua narrativa. Para a autora, o maravilhoso é um artifício retórico empregado para impressionar o “leitor” de *História* (MORAIS, 2004, p. 29).

Em 2011, Nathalia Monseff Junqueira publicou a tese intitulada *Imagens da mulher grega: Heródoto e as pinturas em contraste*, na qual analisa a concepção de Heródoto sobre as mulheres gregas. Junqueira parte da hipótese de que Heródoto possui um ideal de mulher grega e isso interfere no seu relato sobre as mulheres das comunidades não gregas. Para tanto, a autora faz uso da documentação arqueológica, mais precisamente de pinturas de vasos, confrontando-as com o relato herodotiano (JUNQUEIRA, 2011, p. 71).

³¹ Segundo a autora, as análises anteriores feitas sobre *História* são forjadas com o olhar do presente e fazem uma projeção anacrônica de uma disciplina que já se encontra integrada a um campo de conhecimento, muito distante da Grécia do século V a.C. (DARBO-PESCHANSKI, 1998, p. 17).

³² “De acordo com o dicionário etimológico de Chantraine, a palavra *tháuma*, que em Heródoto aparece como *thôma*, significa maravilha, objeto de espanto e de admiração” (MORAIS, 2004, p. 17).

Em 2016, ocorreu a publicação de *Heródoto e Tucídides: história e tradição*, coletânea organizada por Anderson Zalewski Vargas, Luiz Otávio de Magalhães e Maria Aparecida de Oliveira Silva. A obra trata de Heródoto como historiador, etnógrafo, geógrafo e mesmo arqueólogo. Os autores fazem um apanhado da obra e da vida do autor, sublinhando as características de Heródoto que o qualificam como um etnógrafo e retomando o debate acerca do caráter ficcional ou histórico da obra.

2.5 HERÓDOTO, ENTRE A HISTÓRIA E A ETNOGRAFIA

Heródoto apresenta-se como geógrafo, historiador e antropólogo, desdobrando-se para descrever a natureza, o território e os costumes de vários povos (THOMAS, 2000, p. 1). Para Momigliano (2004, p. 60), Heródoto começou sua “carreira” como geógrafo e posteriormente manifestou o desejo de elaborar uma narrativa sobre as Guerras Greco-Pérsicas.

Segundo Priestley (2014, p. 109), na Antiguidade não havia uma especialidade demarcada de geografia, uma vez que saberes como matemática, astronomia e geografia se mesclavam. A autora salienta que, embora Heródoto seja lembrado por seu lugar na história da historiografia, ele também ocupou um lugar importante na história da geografia.

Para Pollini (2016, p. 41), Heródoto possui diversas facetas: pai da História, da Etnografia e da Geografia. Ele é, por um lado, acusado de valorizar os povos não civilizados, de ser filo-bárbaro, ou seja, inimigo dos gregos, aquele que denegriu a imagens dos homens e das cidades gregas. Por outro lado, é tido como curioso, interessado pelos acontecimentos, pelos costumes e pelas práticas de distintos grupos, fossem eles gregos ou não.

Por mais que o objetivo central de *História* seja o conflito entre gregos e persas, Heródoto extrapola tal propósito. O autor não se contenta em fazer uma descrição do conflito, mas

também mostra interesse em descrever grande parte do mundo conhecido de sua época, assunto que constitui mais da metade de sua obra.

De acordo com Soares (2005, p. 100), o modo como Heródoto retrata as distintas etnias bárbaras confirmam sua percepção bipartida do mundo habitado no século V a.C., O autor já torna explícita essa visão desde o início de sua narrativa. Nesse sentido, observa Heródoto:

Desde então os persas passaram definitivamente a considerar o mundo grego como um inimigo. Na verdade, têm por sua propriedade a Ásia e os povos bárbaros que a habitam, ao passo que a Europa e o mundo grego julgam-nos uma região distinta (*Hist.*, I, 4).

Heródoto relata que os gregos percebem a região ocupada pelos persas como uma “região distinta”, definindo-a como uma região do *outro*, do diferente, uma *heterotopia*. Desse modo, Soares (2005, p. 101) salienta que Heródoto visualiza o bárbaro por meio dos processos de produção de identidade e alteridade, ou seja, *História* foi escrita para os gregos por um grego. Uma evidência que comprova essa afirmação é que o *logos* helênico não aparece na obra, pois Heródoto não se propõe a escrever sobre o espaço grego. Como o que o autor tem de conhecimento dos estrangeiros advém de sua bagagem cultural grega, sempre utiliza os gregos como ponto de comparação. A esse respeito, relata Heródoto:

Sei que os persas praticam os seguintes costumes: não faz parte da sua tradição erigir estátuas, templos e altares; consideram, pelo contrário, um desvario fazê-lo, porque, me parece, não concebem os deuses com forma humana — como sucede entre os gregos (*Hist.*, I, 131).

Não é, no entanto, em todos os casos que o autor esclarece se o ponto de comparação são os gregos. Em alguns casos, isso fica subentendido. Nesse sentido, a estrutura escolhida por Heródoto, ao elaborar sua narrativa sobre determinada região, obedece, quase sempre, à seguinte ordem: geografia, etnografia e história³³. O primeiro passo do autor é descrever as

³³ Em alguns casos, os relatos históricos vêm antes das descrições geográficas e etnográficas (POLLINI, 2016, p. 59).

características geográficas do território em questão. Em seguida, Heródoto inicia sua descrição sobre os costumes dos povos que ocupam esse espaço, finalizando com um relato histórico.

Desse modo, por mais que a narrativa não possua um esquema geral bem delimitado, identificamos a interação entre a Geografia, a Etnografia e a História, o que permeia toda a obra. Vale salientar que as descrições geográficas se restringem aos espaços ocupados pelos povos não gregos. Segundo Pollini (2016, p. 60), como Heródoto estava escrevendo para os gregos, “[...] o historiador não precisava descrever a geografia grega aos gregos, pois isso fazia parte do senso comum”.

Heródoto procura, no entanto, fazer a distinção entre diversos povos, escapando assim da oposição binária: gregos/bárbaros. Em suma, vemos um esforço por parte do autor em caracterizar os diversos povos bárbaros e os diferenciar (POLLINI, 2016, p. 53), contudo vale salientar que, ao caracterizar esses povos, o autor utiliza como contraponto os gregos, pois Heródoto estava impregnado com os costumes e valores helênicos. No próprio próêmio de *História*, o autor deixa bem claro que seu objetivo é relatar os feitos dos gregos e bárbaros, ou seja, o autor coloca ambos os grupos em oposição.

Essa característica da escrita de Heródoto é o que Hartog (2014, p. 243) chama de “retórica da alteridade”, pois o autor utiliza a diferença e a inversão para descrever os povos não gregos.

Sendo assim, Hartog explica:

Dizer o outro é enunciar-lo como deferente — é enunciar que há dois termos, *a* e *b*, e que *a* não é *b*. Por exemplo: existem gregos e não gregos. Mas a diferença não se torna interessante senão a partir do momento em que *a* e *b* entram num mesmo sistema [...] A partir da relação fundamental que a diferença significativa instaura entre os dois conjuntos, pode-se desenvolver uma retórica da alteridade própria das narrativas que falam sobretudo do outro, especificamente as narrativas de viagem, em sentido amplo. Um narrador, pertencente ao grupo *a*, contará *b* às pessoas de *a*: há o mundo em que se conta e o mundo que se conta [...] Esse é o problema do narrador. Ele confronta-se com um problema de tradução (HARTOG, 2014, p. 243).

Em *História*, Heródoto utiliza por diversas vezes esse recurso. Num primeiro momento, o autor evidencia a diferença e, em seguida, essa diferença é traduzida, colocando-se em ação o esquema de inversão: “Os egípcios vivem num clima *outro* (*héteros*), às margens de um rio *diferente* (*állos*) de todos os outros rios, e adotaram também, em quase todas as coisas, modos e costumes que são o *inverso* (*émpalin*) de todos os outros homens” (*Hist.*, II, 35).

A primeira referência de definição étnica que encontramos na obra de Heródoto está localizada já no final de *História*, na qual o autor define as características em comum que todos os gregos apresentam: “mesmo sangue, mesma língua, mesmo santuários, mesmos usos e costumes” (*Hist.*, VIII, 144). Dessa forma, o autor explicita o que define uma etnia e quais são seus atributos essenciais.

De acordo com Pollini (2016, p. 56), um dos termos que Heródoto utiliza para falar de costumes (*nómoi*) aparece em diversos trechos de *História*, possuindo distintos aspectos, tais como: “[...] alimentação, os hábitos vestuários, os caracteres corporais, a língua, as formas de casamento e a religião”. Em alguns casos, ao abordar os costumes de determinado povo, Heródoto introduz o assunto com a frase “passemos aos seus costumes” (*Hist.*, I, 216) e assim inicia a narrativa sobre as características da comunidade em questão.

Os termos utilizados nessas introduções podem ser *nómos*, *trópos* ou *éthos*. *Éthos* parece mais ligado ao sentido de habitual, das práticas correntes; sobretudo a partir da sua etimologia, *éthos* significa uma estadia habitual, em que dormem os animais e, por extrapolação, uma maneira de ser habitual. *Trópos* se refere à maneira de pensar e agir, por conseguinte os comportamentos e os sentimentos. Entretanto, o termo mais utilizado é certamente *nómos*, tanto na sua forma própria quanto na forma *nómoisi* (23 ocorrências) ou também como verbo, *nomízo* (74 ocorrências) a definição de *nómos* pode ser considerada como sendo aquilo que é atribuído em comum, aquilo que possuímos ou aquilo que utilizamos, por conseguinte, usos e costumes (POLLINI, 2016, p. 56-57).

Um trecho bem representativo de *História* que nos auxilia a entender melhor o significado de *nómos* para Heródoto está localizado no livro III (capítulo 38), no qual o autor compara os ritos

funerários dos calatinos ao dos gregos³⁴ e cita a seguinte frase: “o costume (*nómos*) é o rei do mundo”.

Entre os relatos etnográficos de Heródoto encontramos, principalmente nos livros III e IV, nos quais o autor descreve as regiões mais longínquas do mundo habitado, o recurso ao exótico, ao fantástico e ao maravilhoso. Com efeito, a maior parte das descrições de Heródoto a esse respeito privilegia a Etiópia, a Índia, a Arábia e a Cítia (POLLINI, 2016, p. 62-63). Nessa perspectiva, o autor relata que

Na direção em que o Sul se inclina para o Sol poente, a Etiópia é a mais remota das regiões habitada; lá existe muito ouro e há enormes elefantes, e todas as árvores silvestres, e ébano, e homens de elevada estatura e muito belos e de uma longevidade excepcional (*Hist.*, III, 114).

Sobre a Índia, por sua vez, Heródoto relata:

Outros indianos, chamados padaios, vivem mais para leste, são nômades e comem carne crua; a respeito de seus costumes se diz o seguinte: quando qualquer deles, seja mulher ou homem, contrai uma doença, se se trata de um homem os homens mais chegados a ele o matam, alegando que se a doença vier a consumi-lo suas carnes se estragarão; a vítima nega que esteja doente, mas os amigos se recusam a dar-lhe crédito e a matam, comendo-a em seguida (*Hist.*, III, 98).

Essas descrições das regiões longínquas, ou seja, dos “lugares outros” poderiam suscitar o interesse dos gregos pela obra de Heródoto, visto que seriam os lugares mais diferentes da Grécia. Como o objetivo do autor é relatar aquilo que os gregos ainda não conheciam, as narrativas sobre esses espaços fantásticos despertariam maior interesse da audiência.

Além dos casos citados, a descrição de Heródoto sobre a África do Norte, em especial a Líbia, também nos permite visualizar a narrativa do fabuloso, do exótico, que caracterizavam povos situados nos confins do mundo. Sendo assim, Pollini (2016, p. 68) explica:

Durante o relato das conquistas de Dario na região da Cirenaica, o historiador descreve os povos que habitavam as regiões a oeste de Cirene. É uma primeira descrição da

³⁴ Os calatinos são um grupo pertencentes aos indianos (*Hist.*, III, 38).

África do Norte antes da conquista romana. Dentre esses povos, há os lotófagos, ‘alimentam-se exclusivamente dos frutos do loto’ (IV, 177), mas segundo certos especialistas modernos, eles seriam simplesmente povos que comiam datas, ou seja, os frutos de um tipo de palmeira muito comum na região, em oposição aos povos que comem cereais. Em todo caso, esse povo legendário já era conhecido dos gregos desde a *Odisseia* de Homero.

Como Heródoto, nesta dissertação, é tratado não apenas como um historiador, mas como etnógrafo e geógrafo, analisaremos, na próxima seção, a expansão grega no Mediterrâneo, bem como a fundação de Cirene, na Líbia, a fim de visualizar a configuração espacial com a qual Heródoto se defronta e que ele representa para sua audiência.

3 INTEGRAÇÕES NO MEDITERRÂNEO ANTIGO E A FUNDAÇÃO DE CIRENE

Tendo em vista que a obra de Heródoto foi elaborada no século V a.C., mas o autor, em sua narrativa, se refere à fundação de Cirene, que se concretizou no século VII a.C., optamos por investigar, nesta seção, como era esse espaço de trocas, de migração e de integração, conhecido como Mar Mediterrâneo, a fim de identificar como era a Líbia com a qual o autor se defronta e, mais especificamente, identificar como foi o processo de apropriação do espaço líbio pelos gregos. Percebemos que uma das características de redação do trabalho de Heródoto é a relação que o autor estabelece entre as práticas culturais e o espaço ocupado. Portanto, para bem interpretar as práticas culturais dos líbios, precisamos também compreender a dinâmica espacial dessas comunidades e ainda analisar como a chegada dos gregos afetou a configuração espacial desse território, bem como as trocas e as interações entre líbios e gregos.

Para Harris (2005, p. 1), diversos historiadores, antropólogos, geógrafos e outros pesquisadores, ao se dedicarem ao estudo do Mediterrâneo, buscaram elaborar uma história linear para esse espaço. Por meio desses diversos estudos, criou-se o conceito de *mediterraneanismo* que, para o autor, é a doutrina sobre a existência de características que as culturas do Mediterrâneo têm ou tiveram em comum. Desse modo, o autor explica que o Mediterrâneo tem sido retratado ao longo dos anos como sinônimo de grego e romano, mas essa abordagem se apresenta um tanto reduzida, como veremos a seguir.

De acordo com Gottesman (2015, p. 81), a principal preocupação de Heródoto em questões espaciais não é com a divisão da Terra em (dois ou três) continentes ou com as oposições entre gregos e não gregos (bárbaros), mas concentra-se na posição do Mar Mediterrâneo no centro da Terra. Para a autora, o quadro geral é aquele que apresenta o litoral do Mediterrâneo como base dinâmica e frutífera para a interação entre grupos de povos diferentes. Embora Heródoto

esteja interessado em apontar as peculiaridades das terras e dos povos estrangeiros, ele de fato descreve as margens do Mediterrâneo como uma região, caracterizada por uma rede de apropriações culturais e influências sociais.

Gottesman (2015, p. 81) ainda ressalta que isso não quer dizer que Heródoto seja indiferente às relações entre gregos e bárbaros, ou que ele não os considere etnográfica e culturalmente distintos de um para o outro. Pelo contrário, as famosas linhas de abertura das Histórias estabeleceu a metanarrativa do livro: uma investigação que busca entender e trazer à tona as grandes ações dos gregos e dos bárbaros e as razões pelas quais eles travaram guerra, usando a fórmula de oposição literária (*‘μὲν-δὲ’ τὰ μὲν Ἑλλησι, τὰ δὲ βαρβάροισι* — “Alguns exibidos pelos helenos, outros pelos bárbaros”). Embora esses sejam realmente os objetivos de Heródoto, o modelo espacial que está na base de suas percepções espaciais é baseado em uma separação bipolar (isto é, gregos/bárbaros, ou Europa/Ásia), com modelo marítimo centrado no Mar Mediterrâneo.

Ainda para a autora, o Mar Mediterrâneo foi percebido pelos gregos como espaço marítimo, situado no centro da Terra, com a função de um espaço cultural mediador entre vários povos e lugares. De acordo com essa interpretação, a bacia do Mediterrâneo funcionava como o centro da atividade humana; foi percebida como uma manifestação do clima equilibrado da natureza e permitiu um alto nível de interações e influências (GOTTESMAN, 2015, p. 82).

Na concepção de Braudel (1985, p. 2), é uma tarefa árdua definir o que é o Mediterrâneo, pois, para o autor, esse espaço possui múltiplos significados e paisagens. O Mediterrâneo, nesse sentido, não seria apenas um mar, mas uma sucessão de mares, cercados por uma gama de civilizações que o atravessavam e que surgiram em suas costas e litorais. Por ali passaram homens, mulheres, mercadorias, animais, navios, religiões e culturas. Através do Mediterrâneo, técnicas, usos, costumes e ideias foram transportados do Ocidente ao Oriente e vice-versa, o

que nos permite visualizar diversas civilizações sobrepostas umas às outras. De acordo com Braudel (1985, p. 2), “[...] viajar pelo Mediterrâneo é encontrar o mundo romano no Líbano, a pré-história na Sardenha, as cidades gregas na Sicília, a presença árabe na Espanha [...]”. Por meio do mapa 4, podem-se visualizar as fronteiras espaciais do Mediterrâneo, de maneira a identificar seus limites.

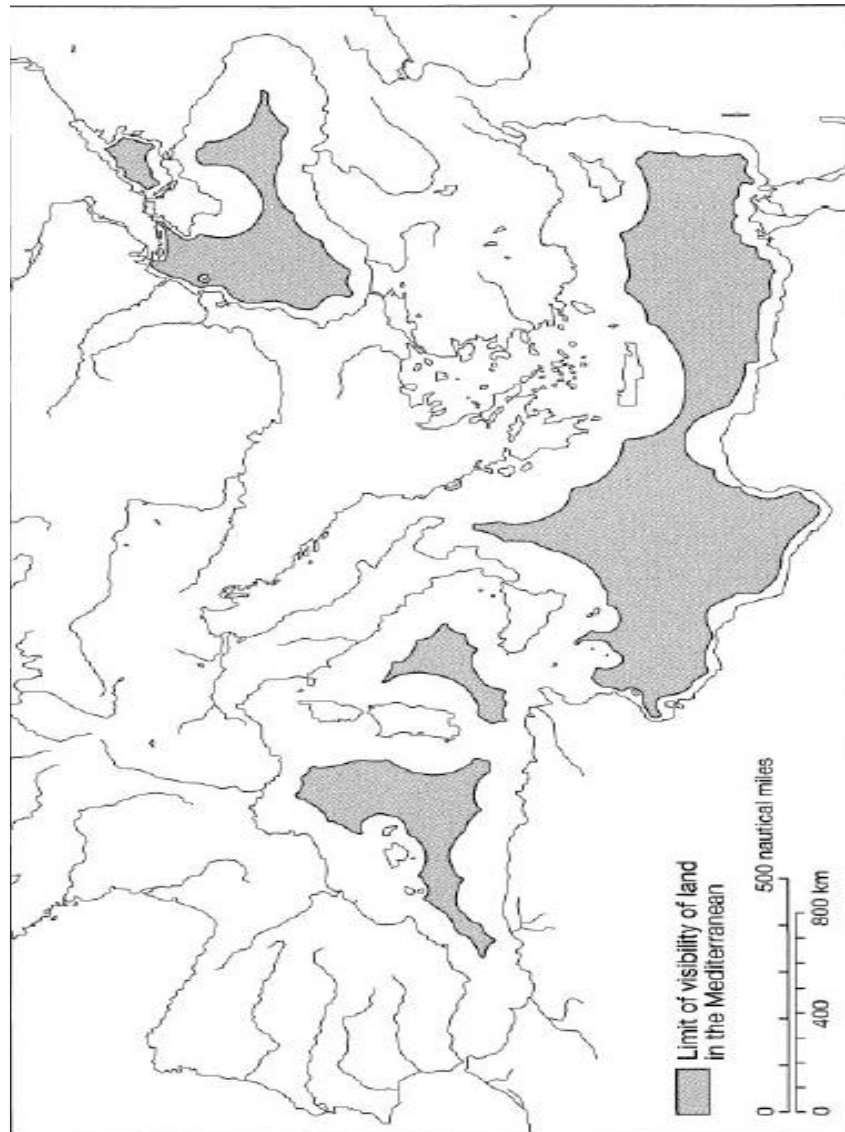
Para Harris (2005, p. 4), no plano ecológico, as coisas parecem um pouco menos complexas. O Mediterrâneo é obviamente uma construção, mas é uma construção com algo de uma base natural. A região é o berço histórico de exploração da vinha e da oliveira e parece ser constituída tanto por elementos de unidade quanto de heterogeneidade. Existe nela uma zona climática unificada e, além disso, relativamente fácil de ser navegada.

De acordo com McGrail (2009, p. 92), nos dias de boa visibilidade, um barco seguindo a rota norte poderia navegar pelo Mediterrâneo sem perder a visão da terra. Além disso, o Mediterrâneo poderia ser atravessado por um barco que permanecesse à vista da terra. Isso significa que grande parte das regiões costeiras do Mediterrâneo e ilhas era acessível por barco, usando-se métodos pouco sofisticados de navegação.

Faz-se necessário identificar as características geográficas e climáticas do Mediterrâneo a fim de compreender os elementos constituintes desse espaço. Braudel (1985, p. 7) explica:

No mapa-múndi, o Mediterrâneo é um simples corte na crosta terrestre, um fuso estreito que se alonga de Gibraltar ao Istmo de Suez e ao Mar Vermelho. Rupturas, falhas, desmoronamentos e pregas terciárias criaram fossas líquidas muito profundas, e, como consequência diante de seus abismos, intermináveis guirlandas de montanhas jovens, muito altas, de formas vivas.

Mapa 4 – Visibilidade do nível do mar a partir do Mediterrâneo



Fonte: McGrail (2009).

De acordo com Braudel (1985, p. 10), o Mar Mediterrâneo era cercado por montanhas em quase todos os lados, porém havia algumas interrupções, como a da costa do Languedoc até o delta do Ródano ou a costa baixa do Vêneto, junto ao Adriático. Para o autor, no entanto, a exceção mais notável se encontra na planície que se estende da Tunísia ao Egito. Sendo assim, Braudel (1985, p. 11) salienta:

O deserto é um universo estranho que faz com que as profundezas da África e as turbulências da vida nômade desemboquem nas próprias margens do mar. São tipos de vida que nada têm a ver com as das zonas montanhosas. É um outro Mediterrâneo que se opõe e, incansavelmente, reivindica seu lugar.

Podemos perceber, por meio dos apontamentos do autor, que o Mediterrâneo comporta diversas e distintas paisagens, com suas similitudes e diferenças, mas em constante contato umas com as outras. Sobre as características climáticas, McGrail (2009, p. 92) salienta que o clima da região mediterrânea é bem distinto dos demais. Segundo o autor, esse é um dos climas mais propícios à navegação, pois o verão é longo e com pouca chuva, ao passo que o inverno é ameno e curto.

Interessa-nos salientar que, por mais que o Mediterrâneo e suas regiões litorâneas tenham sido um espaço de locomoção, migração, mobilização, um espaço de movimento constante, ele nunca foi um território pacífico e de fácil adaptação. Segundo Braudel (1985, p. 15), “[...] ali foi preciso construir tudo, muitas vezes com mais dificuldades do que em qualquer outra parte”, o que se explica por conta do solo costeiro muitas vezes árido ou das chuvas intensas que bloqueavam o tráfego marítimo.

Braudel (1985, p. 22-23) assinala que essas dificuldades encontradas no Mediterrâneo favoreceram a permanência do nomadismo, tanto no norte da África e no Saara quanto na Península Balcânica e no litoral da Ásia Menor. De acordo com o autor, o regime de vida nômade assim se caracteriza:

Rebanhos, homens, mulheres e crianças deslocam-se juntos por enormes distâncias, transportando consigo todo o material de sua vida cotidiana. Temos milhares de imagens a esse respeito, de ontem e de hoje, que devemos aos viajantes e aos geógrafos [...] Na África do Norte, onde a intrusão dos camelos contorna os maciços montanhosos ocupados pelos camponeses berberes, os nômades, que são sobretudo árabes, insinuam-se pelas portas naturais que lhes são abertas pelos caminhos do Norte, principalmente em direção à Tunísia e à Orânia. Esses nômades, com seus rebanhos de carneiros, seus cavalos, seus dromedários, suas tendas negras erguidas a cada parada, iam, outrora, desde os confins saarianos do extremo sul até o próprio Mediterrâneo, à procura de pastagens. (BRAUDEL, 1985, p. 23).

Por mais que o Mediterrâneo comporte essa paisagem do nomadismo, que poderia estar ligada, em alguns momentos, ao desequilíbrio e ao precário, a região também possui paisagens de vida

sedentária. Conforme Braudel (1985, p. 25), por meio da tríade oliveira, trigo e vinha, o Mediterrâneo propicia o sustento das populações que dele dependem.

3.1 O MAR, UMA PAISAGEM CONFLITUOSA

O mar, na Antiguidade, comportava uma série de significados. Ao mesmo tempo que constituía uma barreira e um limite, também era responsável pelo fornecimento de víveres. Braudel (1985, p. 29) ressalta que, para o homem antigo, o mar representava um enigma devido à sua imensidão, pois, pelo padrão das embarcações antigas, o mar configurava um mundo onde a locomoção marítima se estendia por meses a fio.

Ainda segundo Braudel (1985, p. 30-31), o Mediterrâneo sofria do que o autor qualifica como “insuficiência biológica”, ou seja, de uma escassez da fauna e da flora, o que se explica pelos seguintes elementos:

Profundo demais já nas margens, não possui as plataformas pouco imersas indispensáveis à reprodução e à proliferação da fauna submarina. Além disso, o Mediterrâneo, mar muito antigo, estaria como que desgastado em seus princípios vitais pela sua longevidade. Seria por isso pouco rico em plâncton, esses animais e plantas microscópios que flutuam na superfície das águas marinhas e que são o alimento de base das espécies (BRAUDEL, 1985, p. 30).

Muito embora sejam muitas as espécies de peixe encontradas no Mediterrâneo, elas não são abundantes, contudo há nichos privilegiados, como o Bósforo, o lago Bizerta ou a laguna de Comacchio. De acordo com Braudel (1985, p. 34-35), “[...] a única pesca no Mediterrâneo que merece o qualitativo de abundante é a do atum [...] a pesca do atum é muito antiga, e, inclusive, os gregos conheciam-na”. Por sua vez, Harris (2005, p. 42) discorda dessa afirmação de Braudel, sustentando que o Mediterrâneo era rico em peixes. Na verdade, essa afirmação de Braudel seria um tanto anacrônica, visto que essa seria a realidade do mar nos últimos séculos e não na Antiguidade. A explicação de Harris nos parece mais plausível, em virtude da

variedade de representações na cultura material antiga que envolvem a prática da pescaria, retratada sempre em abundância, como vemos na Figura 5.

Figura 5 – Afresco de pescadores de Tera na Idade do Bronze



Fonte: Levi (1996).

O mar não é apenas uma reserva de víveres, mas é também um local de trânsito, mas, antes de se tornar um elo entre um espaço e outro, constituía um obstáculo, uma barreira. De modo geral, o mar causava estranhamento aos homens da Antiguidade por representar o desconhecido, fonte de perigo. Braudel (1985, p. 36) afirma:

Uma navegação digna desse nome só começou depois da segunda metade do terceiro milênio, com as navegações egípcias em direção a Biblos, ou melhor, com o desenvolvimento, no segundo milênio, dos veleiros das Cíclades, munidos de velas, remos, talha-mares e sobretudo quilhas, para enraizá-los de alguma forma na água do mar.

O autor acrescenta que os barcos são instrumentos aperfeiçoados de forma lenta e, nesse quesito, as embarcações gregas e romanas representaram um *turning point* no domínio sobre o mar. Por meio das evidências proporcionadas pela cultura material, conseguimos visualizar esse aperfeiçoamento das embarcações destacado por Braudel. Nas Figuras 6 e 7, há dois exemplos

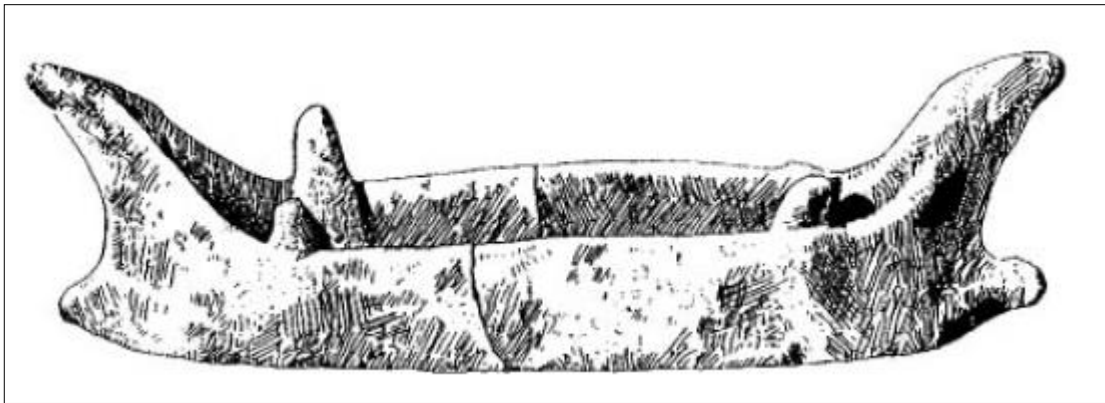
de embarcações datadas do Terceiro Milênio a.C. Conclui-se que, desde o início da Idade do Bronze, já havia um movimento de ocupação e exploração do Mediterrâneo pelas sociedades costeiras e insulares.

Figura 6 – Modelo de barco de terracota (Terceiro milênio a.C.) de Palaikastro, Grécia



Fonte: McGrail (2009).

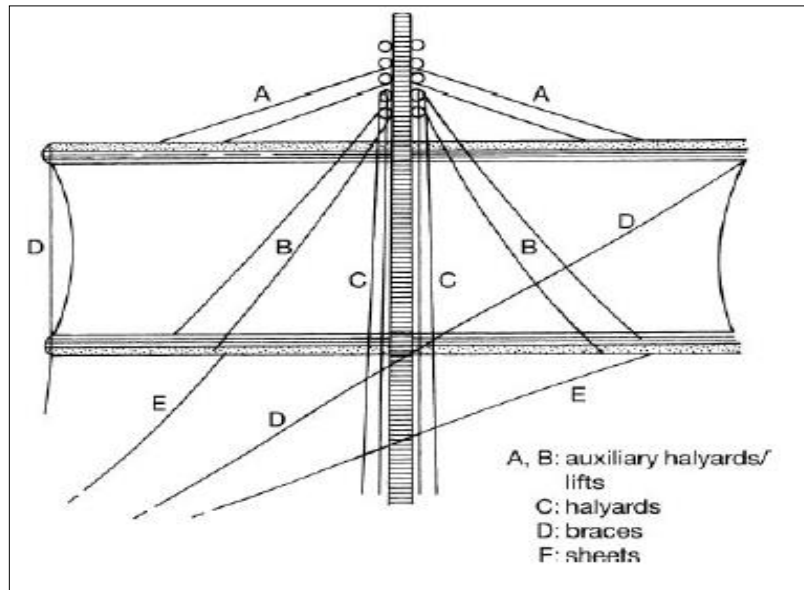
Figura 7 – Modelo de barco de terracota (Terceiro milênio a.C.) de Machlos, Creta



Fonte: McGrail (2009).

Essas representações de terracotas, datadas do Terceiro Milênio a.C., nos mostram como essas embarcações eram rústicas, exprimindo o nível das técnicas desse período, quando os homens ainda não tinham domínio mais aprofundado dos meios de navegação.

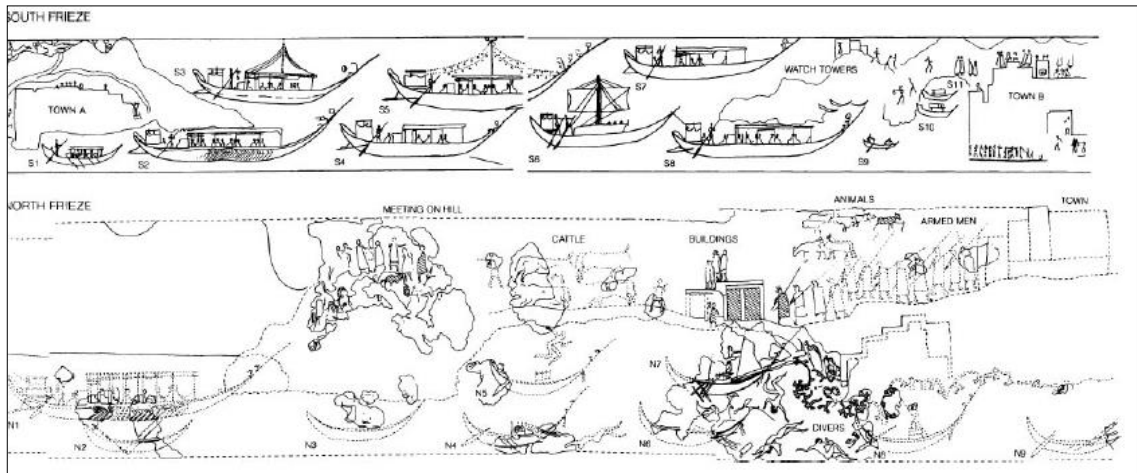
Figura 8 – Reconstrução do aparelhamento do veleiro de Tera



Fonte: McGrail (2009).

Já na Figura 8, é possível observar um avanço tecnológico na fabricação dos barcos. Trata-se da reconstrução de um veleiro do Segundo Milênio a.C. (2000-1500). McGrail (2009, p. 114-115) fornece um panorama acerca das técnicas de navegação dos tereus (grupo responsável pela fundação da *apoikia* de Cirene, na Líbia), que se mostra uma sociedade familiarizada com o mar. Na Figura 9, visualizamos uma representação do território de Tera, que tem boa parte de sua costa ocupada por embarcações, o que nos leva a deduzir que, nesse período, os tereus já dominavam a arte de fabricar embarcações. Nessa imagem, observamos a costa de Tera repleta de embarcações com homens em seu interior utilizando os remos. Os navios possuem estética e tamanho distintos, demonstrando que os tereus detinham conhecimento sobre navegação e familiaridade com o mar.

Figura 9 – Representação dos frisos sul e norte de Tera restaurados



Fonte: McGrail (2009).

Tendo em vista o exposto, concluímos que o Mediterrâneo antigo era cruzado em todas as direções pelos distintos povos, incluindo os gregos. De acordo com Braudel (1985, p. 49), o Mediterrâneo sempre comportou todo um sistema de circulação marítima. Nesse espaço, emergiram as primeiras sociedades e onde se processou o intercâmbio entre elas. Dessa forma, Braudel (1985, p. 61) explica:

Cria-se assim um fenômeno extraordinariamente novo, estabelece-se uma cultura cosmopolita, na qual as contribuições das diversas civilizações construídas à margem ou no meio do mar podem ser reconhecidas. Dessas civilizações, umas permanecem nos domínios dos impérios: o Egito, a Mesopotâmia, a Ásia Menor dos hititas; outras lançam-se ao mar e são sustentadas por cidades: a costa sírio-libanesa, Creta e mais tarde Micenas. Mas todas comunicam-se entre si a partir de então. Todas, até o Egito, normalmente tão fechado, voltam-se para fora com uma curiosidade apaixonada. É a época das viagens, das trocas de presentes, das correspondências diplomáticas e das princesas que são dadas a reis estrangeiros como caução dessas novas relações ‘internacionais’.

Por meio dessa passagem, percebe-se o Mediterrâneo não como um espaço único, mas como espaços múltiplos, nos quais sociedades emergem, se desenvolvem e se expandem, estabelecendo relações entre si. Do ponto de vista civilizatório, no entanto, é preciso reconhecer que as regiões a leste detiveram a primazia, como é possível depreender do Mapa 5, no qual podemos observar as distintas sociedades que se estabeleceram em torno do Mediterrâneo oriental, a exemplo da cretense, da fenícia, da micênica e outras.

Mapa 5 – O Mediterrâneo oriental e suas sociedades antigas



Fonte: Harris (2005).

Nessa perspectiva, a diversidade da paisagem mediterrânea exprime a desigualdade da ocupação espacial, pois o homem antigo, ao se apoderar do território, o explorou de acordo com as exigências da sua própria organização social, de maneira que a costa do Mediterrâneo se repartia em um conjunto de fronteiras que demarcavam a separação entre sedentários e nômades, mas que eram, a todo o momento, cruzadas por imigrantes. A esse respeito, Braudel (1985, p. 131) explica que “[...] nômades estabeleceram seus acampamentos de acordo com regras imutáveis. Sedentários fundaram uma cidade, sempre seguindo o mesmo roteiro. Assim fez a Grécia em seu domínio colonial, e depois no mundo helenístico”.

3.2 OS GREGOS E OS *OUTROS*: CONTATOS MEDITERRÂNICOS

Antes de tratarmos do processo de ocupação dos gregos no território da Líbia, acreditamos ser relevante discutir a problemática que envolveu a expansão grega no Mediterrâneo. Faremos, desde modo, uma série de questionamentos que pretendemos responder no decorrer da seção, tais como: quais termos os helenos utilizavam para se referirem aos assentamentos do ultramar? Quais e de quando são as fontes que nos permitem investigar esse contexto? As primeiras mobilidades dos gregos resultaram de escolhas individuais ou coletivas? Qual o termo mais adequado ao nos referirmos à expansão grega?

Esposito e Pollini (2018, p. 120) afirmam que, ao analisar-se os assentamentos gregos no Mediterrâneo, impõe-se de imediato um problema de terminologia, pois “[...] as palavras gregas usadas pelos autores antigos nem sempre são muito claras sobre as realidades que eles descrevem” e as fontes escritas são tardias. Os autores destacam que, além das epopeias de Homero e dos poemas de Hesíodo, há apenas alguns raros fragmentos de autores do período arcaico, como Arquíloco de Paros. De modo geral, esses textos têm informações parciais sobre os deslocamentos dos helenos para além do continente. As primeiras fontes que trazem mais detalhes sobre a expansão dos gregos pelo Mediterrâneo são datadas do século V a.C., como as narrativas de Heródoto e de Tucídides.

Sobre os vocábulos gregos que os autores antigos empregavam ao se referirem ao contexto expansionista, Esposito e Pollini (2018, p. 121) ressaltam:

Duas famílias lexicais se referem aos processos de fundação colonial, *ktizo* e *oikeo-oikizo*. Se a família de *ktizo/ktisis* é utilizada pela fontes mais antigas, a partir da época clássica, o termo *apoikía* passa a ser o mais usado para designar o estabelecimento colonial. A raiz *oikos* faz referência às propriedades familiares, apreendida de forma global, as terras, a habitação e todas os domínios da família. Assim, o termo *apoikía* pode ser traduzidos literalmente por ‘habitação separada’.

Trata-se de se instalar em outro lugar, e faz referência aos estabelecimentos gregos que são politicamente independentes de sua metrópole (literalmente, a cidade-mãe).³⁵

Ainda de acordo com os autores, a utilização dos termos “colônia” e “colonização” para caracterizar a expansão grega no período arcaico não é a mais apropriada. O termo atualmente mais utilizado por grande parte da literatura especializada é o de “diáspora”, “[...] cuja origem grega faz referência à dispersão, supostamente oferece uma solução para superar os problemas de um vocabulário percebido como anacrônico ou muito genérico (migração, mobilidade)” (ESPOSITO; POLLINI, 2018, p. 125).

Vale ressaltar que, ao nos referirmos à expansão territorial grega, não empregaremos o termo “colonização”, que pode nos induzir ao anacronismo³⁶. De acordo com Pollini (2018, p. 254), o abandono do termo “colonização” para o caso grego faz parte de estudos recentes que interpretam a mobilidade grega no Período Arcaico como uma questão de escolha individual ou de pequenos grupos, que a princípio conseguiram estabelecer um modo de vida pacífico com os nativos, de maneira que os helenos não se posicionaram sempre como conquistadores diante das comunidades locais. Segundo Finley (1963, p. 32), o fator principal que contribuiu para a expansão territorial grega foi o constante crescimento populacional da Hélade, somado à carência de terras férteis. Antes da fundação de assentamentos pelo litoral mediterrâneo, os gregos já haviam entrado em contato com outros povos e, a partir do século VIII a.C., esse contato se intensificou de maneira considerável.

³⁵ É importante ressaltar que as *apoikiai* são baseadas em um princípio de autonomia, são territórios políticos novos e independentes. Ao contrário de outras formas de apropriação de um novo território, como as clerúquias atenienses, onde as cidades estabelecem no território de uma outra um contingente de pessoas que permanecem cidadãos de sua cidade de origem, as colônias gregas são novas entidades politicamente independentes de sua metrópole. É evidente que as novas instalações mantêm, contudo, seus laços culturais (como o tipo de dialeto, muitas vezes a estrutura jurídica, alguns cultos ou divindades veneradas etc.), às vezes, preservam as alianças com as cidades de origem (ESPOSITO; POLLINI, 2018, p. 92).

³⁶ É preciso evitar anacronismo, pois o fenômeno em questão nada tem a ver com os empreendimentos das épocas moderna e contemporânea (LEFÈVRE, 2013, p. 106).

A fundação de *apoikíai* e de *empória* foi decorrente dessa necessidade que os helenos tinham de obter terras férteis, problema agravado pelo excedente populacional. De acordo com Finley (1963, p. 33-34), houve dois períodos de expansão grega. O primeiro deles, datado do século VIII a.C., “[...] dirigiu-se para o Ocidente: para as ilhas e costas do Mar Jônio, para a Sicília e sul da Itália e, finalmente para a Líbia e sul da França”. Já no século VII a.C., ocorreu o segundo período expansionista que, segundo Finley, foi dominado por duas cidades: “Mégara na própria Grécia e Mileto na Ásia Menor, ao passo que a colonização para o Ocidente foi largamente repartida”.

De acordo com Lefèvre (2013, p. 107-108), o processo de criação de assentamentos tinha um ritual próprio, no qual a pólis-mãe, com ou sem a colaboração de outras *póleis*, enviava um grupo de homens comandados pelo chefe de expedição (*arkhegétés*) e pelo fundador (*oikistés*, *ktíste*), que deveriam fundar a *apoikía* ou o *empóron*. Para o autor, a fundação das *póleis* ocorria da seguinte maneira:

A destinação é dada ou confirmada por um oráculo, especialmente o de Delfos, cujo papel seguramente foi amplificado por tradições tardias que reivindicam um patrocínio apolíneo, com a cumplicidade do clero pítico: o santuário, onde também podiam ser obtidas informações sobre a viagem, parece ter influenciado principalmente na colonização ocidental. Uma expedição de reconhecimento determinava o ponto de chegada e podia servir para tomar contato com os nativos (um bom exemplo disso são os tereus na Líbia), com os quais há testemunho de todos os tipos de relações, desde a acolhida amigável até a escravização brutal (LEFÈVRE, 2013, p. 109).

Lefèvre (2013, p. 109) também ressalta que, por diversas vezes, o *oikistés*, ao concretizar a fundação da *apoikía*, iniciava uma dinastia local, a exemplo de Batos e dos batíadas em Cirene.

A respeito da expansão grega no Mediterrâneo, Finley (1963, p. 15) afirma:

A Hélade estendia-se por uma vasta área, incluindo o litoral do Mar Negro a leste, as regiões costeiras da Ásia Menor, as Ilhas do Mar Egeu, a Grécia continental, o sul da Itália e grande parte da Sicília, prolongando-se a oeste em ambos os lados do Mediterrâneo até Cirene na Líbia e até Marselha e alguns pontos costeiros de Espanha. De certo modo, esta área poderia visualizar-se como uma elipse enorme, sendo o Mediterrâneo (e, por extensão, o Mar Negro) o seu comprido eixo; uma elipse muito plana, porque foi na orla do mar que a civilização grega se desenvolveu e floresceu, e não no interior.

por nativos, os gregos conseguiram manter uma autonomia considerável e ter um modo de vida totalmente grego, conservando, dessa forma, sua autoconsciência helênica³⁷.

Para Pollini (2018, p. 254), as novas abordagens sobre a diáspora grega já superaram, desde a década de 1960, a visão tradicional da helenização, que descrevia os gregos como invasores violentos que escravizavam, dominavam e subjogavam as comunidades nativas. De acordo com o autor, esse processo de renovação iniciou-se com os estudos italianos e franceses, que trabalharam para identificar os diversos tipos de interação entre gregos e nativos. Vale ressaltar que essa renovação foi possível por conta do uso do método antropológico, que forneceu uma série de novos conceitos para a interpretação dessas realidades. Por outro lado, Pollini (2018, p. 255) esclarece:

Esta generalização de um modo pacífico de contato ignora o fato de que, para o estabelecimento dos gregos em novos lugares, houve uma conquista real de terras, algumas das quais poderiam ter sido favorecidas ou mesmo diretamente fornecidas pela elite local. Portanto, mesmo que se reconheça a existência de alguns casos de alianças feitas por colonos e chefes locais, descritos por autores antigos mais recentes, por meio da construção de uma tradição inserida no passado, principalmente na forma de casamento misto, não se pode apagar completamente a provável maioria de casos de violência e conquista militar.³⁸

Nessa perspectiva, concluímos que a fundação das *apoikiai* gregas no Mediterrâneo foi um longo e amplo processo histórico que ocasionou diversas mudanças sociais, culturais e econômicas. Sendo essa temática múltipla e dinâmica, é preciso abordá-la sob distintos ângulos, recorrendo-se a fontes e documentos variados, como pretendemos demonstrar para o caso da Líbia.

³⁷ Nesse ponto, discordamos de Finley; por mais que observemos que os gregos transferem boa parte de suas características culturais para o território dos gregos, também observamos que, para a concretização da colonização, foi preciso, antes de tudo, que eles que adaptassem as características geográficas da Líbia e suas especificidades. Acreditamos que houve influências mútuas.

³⁸ O casamento aparece, de fato, como uma das formas preferidas da mestiçagem étnica: ele pôde facilitar os processos de mobilidade entre as elites. Esses contatos interculturais podiam, portanto, dar origem a fenômenos de integração ou de rejeição, mas os dois casos recobriam fenômenos mais complexos, como a apropriação e a ressemantização pelas elites indígenas de elementos materiais (e imateriais) gregos, servindo para sua própria ideologia, ou mesmo a integração, na cidade grega, de populações não gregas, originando situações linguísticas complexas. Os limites territoriais e étnicos não constituíram barreiras intransponíveis (ESPOSITO; POLLINI, 2018, p. 96).

3.3 A LÍBIA ANTIGA E A FUNDAÇÃO DE CIRENE

De acordo com Austin (2008, p. 187-189), era inevitável que, no decorrer da sua expansão, os gregos, mais cedo ou mais tarde, chegassem às partes férteis da Líbia, que seriam ocupadas pelos romanos no futuro, ficando conhecida como Cirenaica ou, nos tempos modernos, Jabal al Akhdar, a “Montanha Verde”, pois o platô líbio é fertilizado por chuvas mais abundantes do que em outros lugares do país e por numerosas fontes. A parte oriental da costa da Líbia é uma extensão natural do mundo Egeu, com fácil acesso a Creta: a viagem entre Líbia e Creta leva dois dias e duas noites. Foi no litoral da Líbia que, na narrativa de Heródoto (*Hist.*, IV, 151)³⁹, os colonos de Tera chegaram primeiro, guiados por um pescador cretense com conhecimento da costa africana. Devido ao território que, pelos padrões gregos, era extenso e fértil, a Líbia tinha muito a oferecer. A Líbia, é claro, não era um território vazio esperando para ser ocupado, pois havia muito tempo abrigava uma multiplicidade de tribos conhecidas principalmente por suas relações com os egípcios nos séculos anteriores.

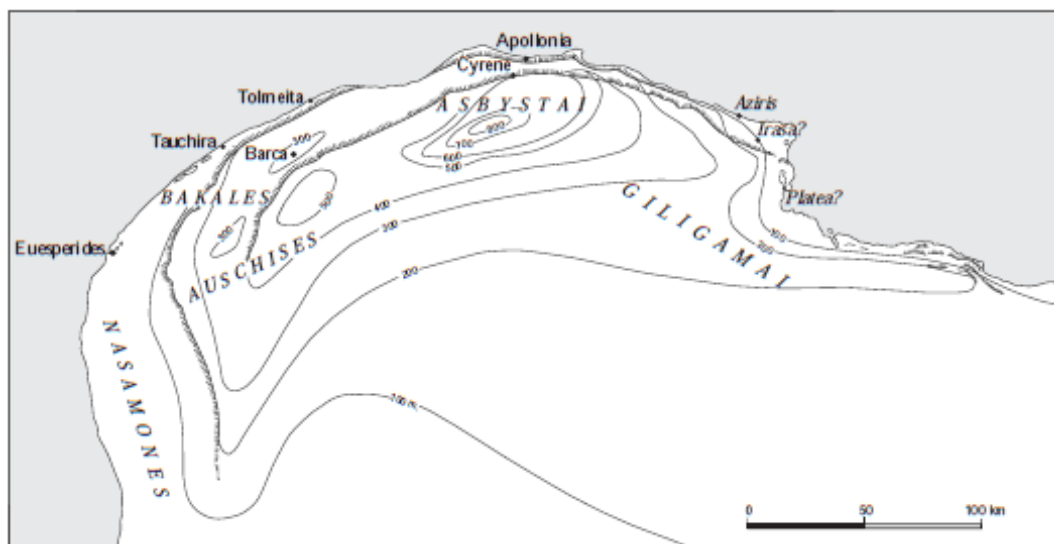
Austin (2008, p. 192-193) salienta que os gregos, ao se referirem aos grupos que ali habitavam, os nomeavam coletivamente como “líbios”. Tal nomenclatura talvez fosse derivada do idioma egípcio e chegou até os gregos indiretamente, por meio dos fenícios. As tribos da Líbia praticavam a agricultura e a criação de animais, mas careciam de uma unidade política e eram nômades, o que facilitou o estabelecimento dos gregos na região. Não apenas na Líbia, como em outras regiões, o maior impedimento ao estabelecimento dos assentamentos gregos foi a presença dos nativos (AUSTIN, 2008, p. 192-193).

O território da Líbia localiza-se na África de Norte, a leste do Egito, ocupando uma parte do litoral mediterrânico e grande parte do deserto do Saara (Mapa 7). No Mapa 8, podemos

³⁹ Na narrativa de Heródoto, que ainda vamos analisar, os tereus são guiados por um pescador. Para Bonacasa e Ensoli (2000, p. 37), eles são guiados por um comerciante.

observar que Cirene se situava no litoral da Líbia, contudo importa aqui que expliquemos a diferença entre o termo Cirenaica e o termo Cirene. De acordo com Puccini (2008, p. 16), a nomenclatura Cirenaica é usada para identificar o território que compreende boa parte do leste da Líbia e somente foi empregada em época romana para designar a província, enquanto Cirene se refere à *apoikía* grega na Líbia. Na presente dissertação, tratamos apenas da cidade de Cirene, e não da Cirenaica.

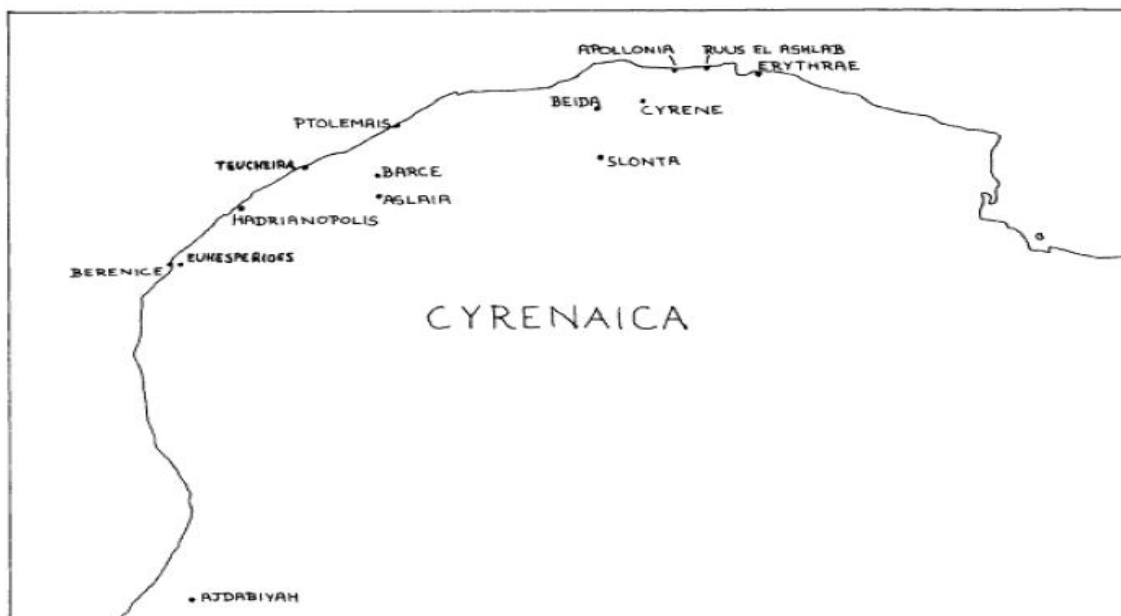
Mapa 7 – A Líbia grega



Fonte: Austin (2008).

Segundo Puccini (2008, p. 17-18), os primeiros gregos chegaram à Líbia na segunda metade do século VII a.C., quando os helenos ocuparam essa região. Na Antiguidade, os limites geográficos eram bem mais fluidos que em épocas posteriores. O território da Líbia era delimitado ao norte pelo Mar Mediterrâneo, a oeste pela Sirte Maior e a leste pelo Golfo de Bomba. O limite sul até hoje é discutido pelos especialistas, pois é difícil estabelecer uma fronteira entre o espaço dos gregos e o espaço dos berberes.

Mapa 8 – A região da Cirenaica na Antiguidade



Fonte: Humphrey (1980).

Segundo a narrativa mítica contida em Heródoto, a fundação de uma colônia grega na Líbia ocorre por ordem do oráculo de Delfos, quando Batos se dirige ao oráculo a fim de encontrar uma solução para sua gagueira. Desse modo, a Pítia responde: “Vens pela voz, Batos, porém Apolo Rei manda-te viver na Líbia rica em rebanho” (*Hist.*, IV, 155). Batos fica sem entender, a princípio, o significado do oráculo, todavia Tera, sua pólis natal, começa a sofrer com uma constante seca que assola o território por sete longos anos, o que leva os tereus a novamente recorrerem ao oráculo a fim de encontrar solução para o seu problema. A Pítia lhes informa que a única solução seria a fundação de uma *apoikía* na Líbia, como já havia dito antes. Segundo o relato de Heródoto, a Pítia

[...] declarou que se eles fundassem Cirene, na Líbia, juntamente com Batos, veriam sua situação melhorar. Diante disso os tereus mandaram Batos partir com duas naus de cinquenta remos; os colonos rumaram para a Líbia, mas não sabendo o que fazer depois, navegaram de volta para Tera. Quando eles iam desembarcar, os tereus os apedrejaram e não lhes permitiram ancorar as naus, obrigando-os a retornar ao lugar de onde tinham vindo. Compelidos dessa maneira, eles empreenderam nova viagem e colonizaram uma ilha no litoral da Líbia, cujo nome, como mencionamos anteriormente, é Platea. Dizem que essa ilha tem a mesma extensão da atual cidade de Cirene (*Hist.*, IV, 156).

Os fundadores tereus conseguem alcançar o território líbio por meio do auxílio de um pescador que conhecia a região, tendo permanecido na ilha de Platea por dois anos. Como não viam resultado algum no empreendimento, resolveram deixar um dos homens na ilha e se dirigiram a Delfos a fim de fazer uma nova consulta ao oráculo. Em resposta ao questionamento deles, a Pítia declara: “[...] se tens melhor conhecimento do que eu, tu, que não foste lá, melhor que eu da Líbia e seus rebanhos, muito admiro o teu saber” (*Hist.*, IV, 157). Diante da resposta da Pítia, os tereus compreenderam que ainda não haviam adentrado propriamente o território da Líbia e que, portanto, deveriam concretizar a fundação da *apoikía* para que o oráculo se cumprisse. A narrativa da fundação de Cirene, segundo Heródoto, é a seguinte:

Ouvindo essa resposta, Batos e seus companheiros navegaram de volta, pois o deus não os consideraria quites da fundação da colônia enquanto não tivessem estado na própria Líbia. Chegando à ilha, levaram com eles os colonos que haviam deixado lá e foram instalar-se na própria Líbia, em um lugar situado em frente à ilha, chamado Azíris, cercado de belos vales cheios de bosques por dois lados e banhado por um rio pelo outro lado. Eles moraram naquele lugar durante seis anos; no sétimo ano foram persuadidos pelos líbios a sair daquele lugar mediante a promessa de ser levados para outro melhor. Os líbios, saindo com eles de Azíris, levaram-nos na direção do poente, e para evitar que os helenos, atravessando o lugar mais belo, pudessem notá-lo, calcularam as horas diárias de marcha de maneira a passar por aquele lugar à noite, tal lugar se chama Írasa. Eles conduziram os helenos a uma fonte chamada ‘Fonte de Apolo’ e lhes disseram: ‘é aqui que vos convém morar, helenos, pois neste lugar o céu é furado’ (*Hist.*, IV, 157-158).⁴⁰

Austin (2008, p. 183) argumenta que o papel de Tera na fundação original de Cirene não poderia ser facilmente deduzido apenas mediante a consulta à evidência arqueológica, embora tal fato não seja incompatível com ela. Em particular, a grafia usada nos primeiros exemplos de uso da escrita em Cirene revela semelhanças com os textos arcaicos de Tera. Em todo caso, a origem terana de Cirene era aceita sem reservas pelos gregos antigos, tendo sido repetida como um fato por muitos escritores, de Píndaro a Calímaco. Tera, no entanto, foi apenas um ponto de partida para a ocupação da Líbia, pois várias regiões do mundo grego participaram da fundação inicial ou de sua subsequente expansão, mantendo vínculos com Cirene pelos séculos seguintes. Nas

⁴⁰ De acordo com Kury (1985, p. 507), “céu furado” significa que nesse lugar chove abundantemente, o que seria uma vantagem, tratando-se do norte da África.

origens, Tera teria uma conexão com Esparta, que continuou vigente no período histórico. A reivindicação espartana à Líbia foi muito divulgada por um longo período.

De acordo com Puccini (2008, p. 19), Cirene localiza-se a aproximadamente 600 metros de altitude. A área onde estava situada foi denominada Djebel Akhdar pelos árabes, que significa “Montanha Verde” (Figura 10). A autora ainda explica que “[...] esse nome se deve ao fato de que nesse ponto, quando os ventos que vêm do mar carregados de umidade atingem o platô cireneu, precipitam-se as chuvas (Figura 11)⁴¹.

Figura 10 – Vista de Djebel Akhdar, com a planície costeira ao fundo



Fonte: Puccini (2008).

⁴¹ “Quando os primeiros gregos chegaram à Líbia, se instalaram sobre um grande platô de calcário que se ergue em três degraus — a partir da planície costeira em direção ao sul —, chegando a atingir, no seu ponto mais alto, 868 metros de altitude. Depois desse ponto, o platô começa então a declinar mais suavemente, até alcançar as estepes pré-desérticas” (PUCCINI, 2008, p. 18).

Figura 11 – Vista panorâmica sobre o primeiro degrau do platô



Fonte: Puccini (2008).

Para Florenzano (2009, p. 95), antes de dar início ao processo de ocupação do interior do continente, era necessário que os fundadores de *apoikiai* conhecessem o novo território, as características, os limites e as possibilidades. Desse modo, era preciso definir o tamanho do território a ser ocupado a fim de satisfazer as necessidades dos diversos grupos, pensar e cuidar da defesa desse espaço, calcular como seria a divisão das terras entre os novos habitantes e tomar decisões quanto à integração dos recém-chegados com os nativos. Para concretizar a ocupação do novo espaço, havia uma série de medidas que os fundadores precisavam observar.

Segundo Florenzano (2009, p. 93), a maioria das *póleis* ocidentais possuía malhas urbanas bem definidas, com espaços destinados a abrigar a ágora, isso já no século VII a.C., contudo a autora chama a atenção para o fato de que esse desenvolvimento urbano se iniciou nas *apokiai* e não na Grécia Continental⁴².

Demo-no conta também, por meio do levantamento dos dados, que não apenas o formato da ágora e de suas edificações e acessos, mas também sua inserção na grade urbana e sua articulação com essa grade já desde o período arcaico indicavam

⁴² Para a autora, o movimento de organização espacial das *póleis* se iniciou nas *apoikiai* e posteriormente foi implementada na Grécia Continental, e não o contrário.

elementos de originalidade que mais tarde foram aplicados nas malhas urbanas da Grécia continental e das cidades gregas da Ásia Menor (FLORENZANO, 2009, p. 93).

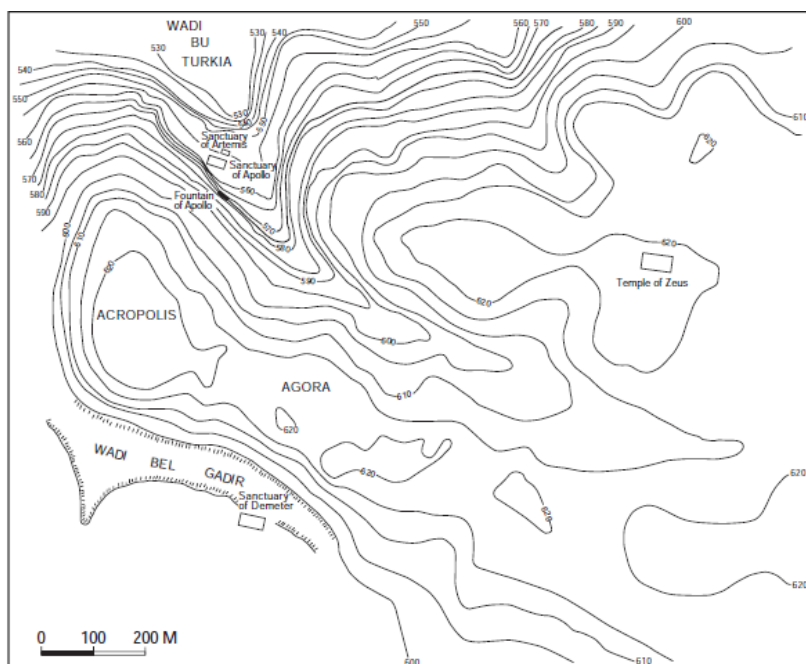
Se, por um lado, os fundadores levaram consigo sua bagagem cultural específica, por outro depararam com esses espaços novos, com condições diferentes que exigiram soluções distintas, ocasionando uma nova configuração espacial, que não era possível na Grécia continental; toda essa configuração foi absorvida pela helenidade como um todo (FLORENZANO, 2009, p. 95).

Florenzano (2009, p. 95) defende que os gregos fundadores das *apoikiai* já tinham uma concepção clara da tripartição do espaço em recinto público, privado e religioso:

Distinguiam habitação de necrópole, promoviam o aproveitamento do território (*khóra*) para o cultivo, a criação e a retirada de madeira, colocavam esse território sob a proteção de entidades divinas, adotavam a propriedade privada, individual, dividindo a terra em *klêroi* e fundavam a cidadania na posse de terras.

Sobre a organização espacial das *apoikiai*, a autora também ressalta que havia uma valorização dos locais destinados ao sagrado no território como um todo. De fato, ao analisar os relatórios arqueológicos de Cirene, constatamos que aí havia uma quantidade significativa desses espaços, como é possível constatar na Figura 12.

Figura 12 – Planta de Cirene



Fonte: Austin (2008).

A Figura 12 corrobora a informação de Florenzano a respeito do grande número de espaços destinados ao sagrado nas *apoikiai*, pois nela conseguimos identificar o Santuário de Deméter, o Santuário de Apolo, o Templo de Zeus e o Santuário de Ártemis. Além dessas edificações, todas de caráter religioso, também observamos o recinto destinado à ágora e à acrópole. Do ponto de vista da configuração espacial, Cirene segue o padrão das *póleis* do período arcaico. Florenzano (2009, p. 96) destaca:

A estruturação do espaço público é também reveladora da necessidade de controle das novas condições impostas pela colonização de um território estrangeiro e de união entre os colonos (independentemente de suas origens diferentes na Grécia balcânica). As plantas que examinamos demonstram que as vias/ruas eram traçadas desde o início, estipulando nos quarteirões a parte privada que cabia a cada membro da comunidade, a que cabia a todos na circulação e a que cabia a todos para as reuniões e a tomada de decisões políticas. Nesse sentido, na maioria das plantas o espaço reservado à ágora é identificado: espaço no início vazio, como fica claro pelo testemunho dado pelas escavações de Mégara Hibleia ou de Selinonte ou de Cirene, por exemplo, que vai sendo aos poucos cercado, organizado, preenchido com *stoai*, altares, buletérios, exlesiastérios.

Nesse sentido, a ágora era pensada e organizada de modo a garantir o trânsito de pessoas e de maneira a se comunicar com outros espaços da pólis, principalmente os espaços públicos. No

caso de Cirene, constatamos que a ágora se comunicava também com os espaços sagrados, uma vez que era cercada por santuários e templos. Vejamos as características e funções dos principais edifícios de Cirene.

3.4 A ÁGORA

Segundo Bonacasa e Ensoli (2000, p. 59), a ágora de Cirene é composta de dois complexos monumentais, o Terraço Inferior (Figura 13) e o Terraço Superior, construído no Período Clássico. Este último, mesmo que ligeiramente elevado em comparação ao Terraço Inferior, tem uma fisionomia particular, pois foi usado na zona norte como rota terrestre e já, no século V a.C., era apoiado por uma parede divisória⁴³.

A respeito da organização espacial da ágora nos Período Arcaico e Clássico (Figura 14), as autoras enfatizam que, na fase imediatamente posterior à fundação da *apoikia*, dois santuários foram erguidos na vasta área nos sentidos leste-oeste e norte-sul: um no ângulo sudeste e outro perto do ângulo sudoeste. Em ambas as fases, foram encontradas as inscrições em vasos de cerâmica gravadas e as ofertas votivas. O primeiro santuário consistia de uma pequena capela e era dedicado a Ofeles; o segundo, formado por um recinto fechado e retangular, era consagrado a Apolo (BONACASA; ENSOLI, 2000, p. 59).

Os dois monumentos, ambos orientados com fundo para a rua e voltados para o norte, marcavam os limites opostos dos dois lados da área (norte-sul). Enquanto isso, no terraço de Myrtousa, perto do Wadi Bu Turquia, havia sido erguido o Santuário de Apolo. Já na encosta do Wadi Bel Gadir havia sido elevado o santuário extraurbano de Deméter. Um pouco depois,

⁴³ O Terraço Inferior é uma construção simples, sem muitas divisões espaciais, datado do Período Arcaico e o Terraço Superior, datado do Período Clássico, é uma construção mais sofisticada que facilitava o trânsito de pessoas, com parede divisória.

durante o primeiro quartel do século VI a.C., na margem leste, ao norte do *Oikos* de Ofeles, foi erguida a tumba de Batos, o *oícista* (Figura 15), que foi venerado em Cirene como herói e recebeu um culto público na ágora (BONACASA; ENSOLI, 2000 , p. 59-61).

Figura 13 – Terraço Inferior da ágora



Fonte: Bonacasa e Ensoli (2000).

Figura 14 – Plano geral da região da ágora de Cirene

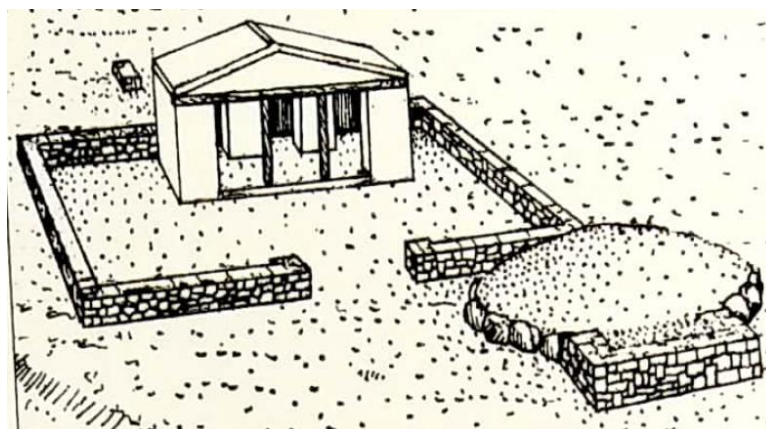


Fonte: : Bonacasa e Ensoli (2000).

*Em negrito. os edifícios do Terraço Inferior, a fachada do Terraço Superior e, no limite oeste, a Casa das Propileias.

O fundador da dinastia dos Batíada, Batos, portanto, organizou o espaço público de Cirene como uma reprodução de Tera, reservando para as reuniões dos habitantes e as trocas comerciais uma área próxima à rota que conduzia às planícies de Myrtousa e Gebel. No terceiro quartel do século VI a.C., construiu-se a *Grande Ágora* de Cirene, situada a leste da primeira e já planejada, em suas linhas essenciais, como uma praça contendo monumentos públicos e uma área central pronta para receber altares e pequenas oferendas⁴⁴. Essa modificação espacial, que implicou na organização do espaço público em moldes distintos do espaço doméstico, também dizia respeito à introdução, na cidade, de novos cultos ligados aos diferentes grupos étnicos que compunham a população, visto que, os cirenaicos permitiam que os líbios que residiam em Cirene cultuassem suas próprias divindades (BONACASA; ENSOLI, 2000, p. 61).

Figura 15 – Reconstrução dos *oïkos* de Ofeles e da tumba de Batos



Fonte: Bonacasa e Ensoli (2000).

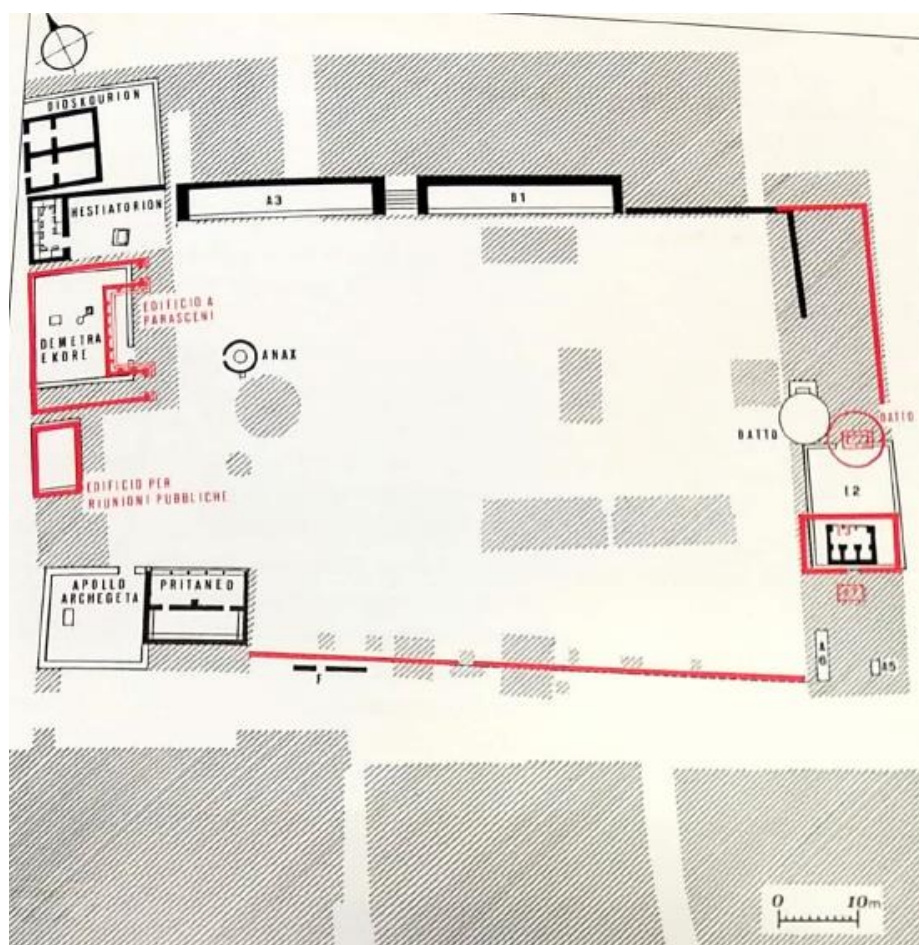
*Erguida entre o final do século VII e o início do século VI a.C. no lado leste do Terraço Inferior.

No final do século VI a.C., o santuário de Deméter e Koré foi ampliado e orientado para o leste, isto é, para o centro do Terraço Inferior; na ocasião foi erigido um terceiro pórtico, com nave dupla. Entre o final do VI e as primeiras décadas do século V a.C. foram realizadas duas intervenções urbanísticas, que determinaram uma configuração coerente entre os lados norte e

⁴⁴ A primeira ágora continha uma configuração espacial simples e foi fundada logo depois da fundação do assentamento grego na Líbia. A segunda ágora, conhecida como *Grande Ágora*, possuía uma configuração espacial mais complexa e mais bem delimitada.

oeste da ágora: foi erguida a primeira estrutura murária que selava o limite sul da *Grande Ágora* e a região norte do santuários de Deméter e Koré (BONACASA; ENSOLI, 2000, p. 61-62). Tendo em vista as intervenções na ágora de Cirene, segue a Figura 16, que apresenta a configuração da área no século V a.C.

Figura 16 – A ágora de Cirene no século V a.C.



Fonte: Bonacasa e Ensoli (2000).

3.5 TOPOGRAFIA E URBANIZAÇÃO

De acordo com Austin (2008, p. 198-199), o sítio de Cirene foi extensivamente escavado, embora pouco sobreviva do período inicial de fundação. A maioria dos vestígios é datada de épocas posteriores, remontando ao período helenístico e romano. Não há conhecimento se a

acrópole foi usada como residência pelos Batíada, mas sabemos que, quando da sua construção, no século VI a.C., ela não contava ainda com edifícios públicos, que foram edificados apenas a partir do final do período helenístico. Nessa ocasião foi aberta uma via de acesso entre a acrópole e o Santuário de Apolo. A ágora foi amplamente remodelada nas épocas clássica e helenística, mas pouco se sabe sobre ela nos períodos iniciais. Um dos primeiros santuários, datado do último quartel do século VII a.C., foi consagrado ao deus Ofeles. Batos, o fundador, era reconhecido como um herói na ágora, onde recebeu um culto, mas sua localização não pôde ser definida, uma vez que, na Grécia, o túmulo dos heróis fundadores era mantido em segredo a fim de preservar a sua potência sobrenatural.

Bonacasa e Ensoli (2000, p. 37) explicam que não sabemos exatamente qual seria o teor das relações iniciais mantidas por Cirene com as populações nativas, como ocorria em quase todas as *apoikíai*. É possível que tenha sido adotada uma política cuidadosa de contato com as sociedades costeiras, buscando-se estabelecer uma política de boa vizinhança com as tribos líbias guerreiras que habitavam o deserto. A respeito do território onde Cirene foi fundada, as autoras enfatizam:

O local era conhecido e frequentado, para fins comerciais, desde o século XIV a.C. das populações do mar Egeu, e certamente não é coincidência que um nativo de Creta, um marinheiro e talvez um comerciante de púrpura, tenha sido Corobio de Itanos que levou os migrantes de Tera para a Cirenaica. Neste ponto, não podemos permanecer calados quanto à memória, que está na Crônica de Eusébio, da mais antiga data de fundação, chamada pré-colonial, de Cirene, colocada em 1336 a.C., ou seja, no final do período minoico, bem como da coincidência cronológica dos materiais importados e encontrados em Cirene, localizado entre 1375 e 1200 a.C. (BONACASA; ENSOLI, 2000, p. 37).

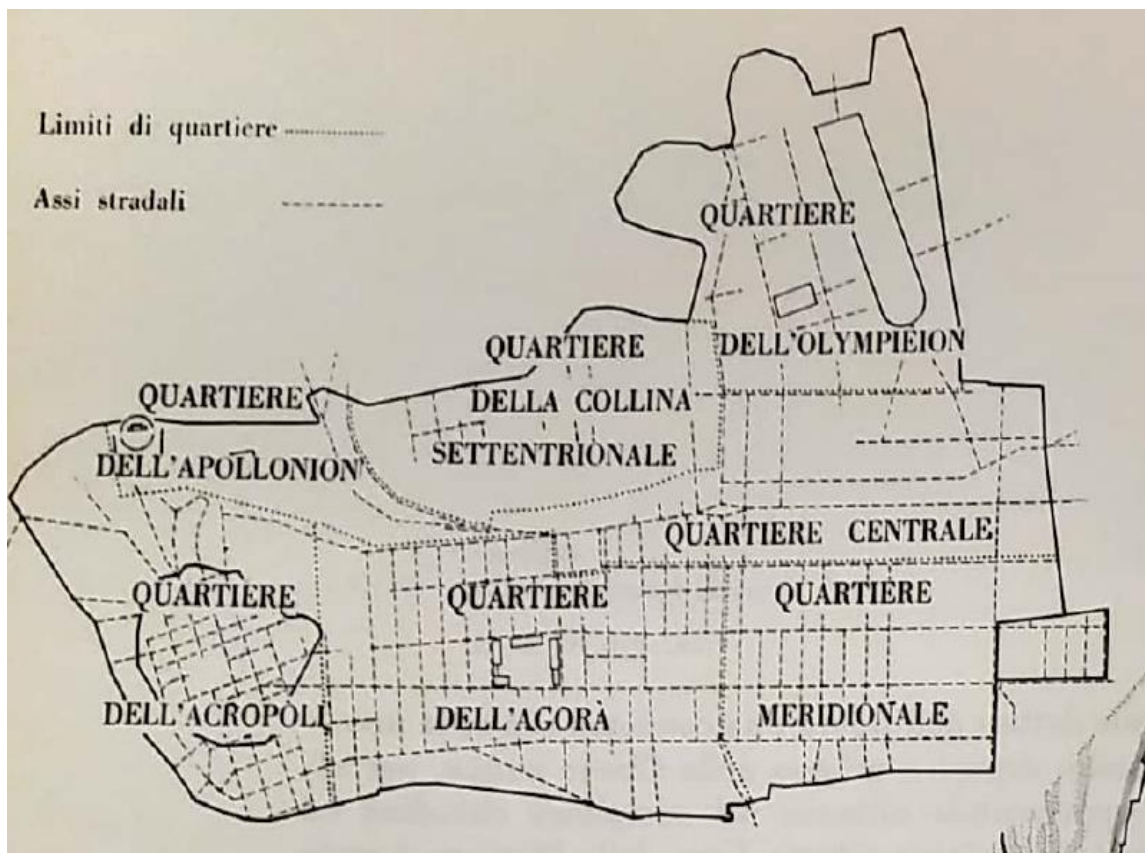
Na concepção das autoras, antes mesmo da fundação de Cirene pelos tereus, os gregos já mantinham contato com os líbios e inclusive comercializavam com eles, uma vez que teria sido um comerciante quem levou os tereus até o sítio de Cirene.

De acordo com Bonacasa e Ensoli (2000, p. 37), a análise das áreas urbanas escavadas e o exame das fotografias aéreas permitiram reconstruir quase completamente o plano urbanístico da cidade. Os pontos de referência topográficos são muito antigos e envolvem a ocupação de quatro colinas:

A oeste (Acrópole), a norte (Santuário de Apolo), a leste (Olympieion) e a sul (Templo de Deméter). Graças à diferente orientação das estradas, foi possível identificar o núcleo urbano primitivo em Acrópole, uma primeira ampliação na área plana a leste — o bairro da ágora, forçado entre o vale ao norte e o Skyrotà ao sul, cuja praça é delimitada por edifícios muito arcaicos — e um segundo, constituindo a maior praça da era helenística, com os limites dos distritos norte e sul da cidade em sete distritos, convocados por convenção: da Acrópole a sudoeste, do Apolônio ao norte-oeste, da colina norte ao norte, do ágora ao sul, do Olympieion ao nordeste, do bairro central ao leste e do sul [Figura 17] (BONACASA; ENSOLI, 2000, p. 37).

A via que fazia a ligação entre esses diversos pontos mencionados era a Via de Batos (Figura 18). As necrópoles localizavam-se na região exterior da cidade murada e os túmulos monumentais helenísticos ocupavam grandes espaços nas encostas. A Necrópole do Norte seguia a encosta da antiga estrada para o Santuário de Apolo (Figura 19), ao passo que a Necrópole Oriental serpenteava através da planície entre Cirene e Bede. Já a Necrópole do Sul se estendia além das ruínas da cidade antiga, em direção a Balagrae. Por fim, a Necrópole Ocidental ocupava as ruínas dos dois lados do Wadi Bel Gadir (BONACASA; ENSOLI, 2000, p. 37).

Figura 17 – Organização urbanística de Cirene



Fonte: Stucchi (1967).

Do ponto de vista da escolha topográfica, a fundação de Cirene é uma verdadeira repetição da “escola grega”, centrada na viabilidade fundacional. Em Tera, temos a adoção de um plano urbanístico segundo o qual a cidade localizava-se em uma colina montanhosa, marcada e dividida por uma estrada mediana que desempenhava a função de artéria principal, ao longo da qual as estruturas se alinhavam, de acordo com o sistema arcaico de ocupação territorial verificado em poucas localidades, entre as quais Cirene. Os colonos de Tera fundaram Cirene na costa da África, implementando esse planejamento urbano das *póleis* do continente, que é implantado numa paisagem diferente, mas sem que isso tenha resultado em qualquer inadaptação. Pelo contrário, observamos que, em Cirene, a malha urbana era mais ampla e mais bem delimitada do que em Tera. O princípio da grande via de conexão entre as diferentes zonas

do perímetro urbano é idêntico ao de Tera e essa estrada monumental é a principal característica da planta urbana de Cirene (BONACASA; ENSOLI, 2000, p. 39)⁴⁵.

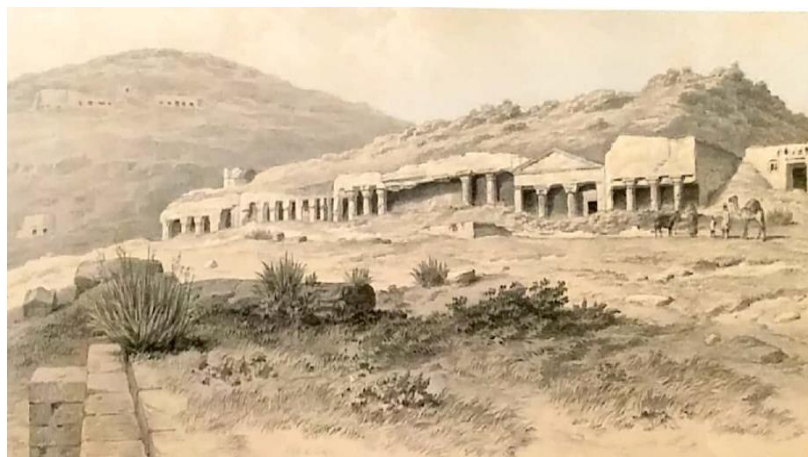
Figura 18 – A Via de Batos



Fonte: Bonacasa e Ensoli (2000).

*Iniciava-se na acrópole, alcançava a ágora e descia rumo ao Santuário de Apolo. O último trecho, esculpido na margem rochosa, levava ao terraço superior do santuário.

Figura 19 – Série de túmulos de Cirene



Fonte: Luni (2006).

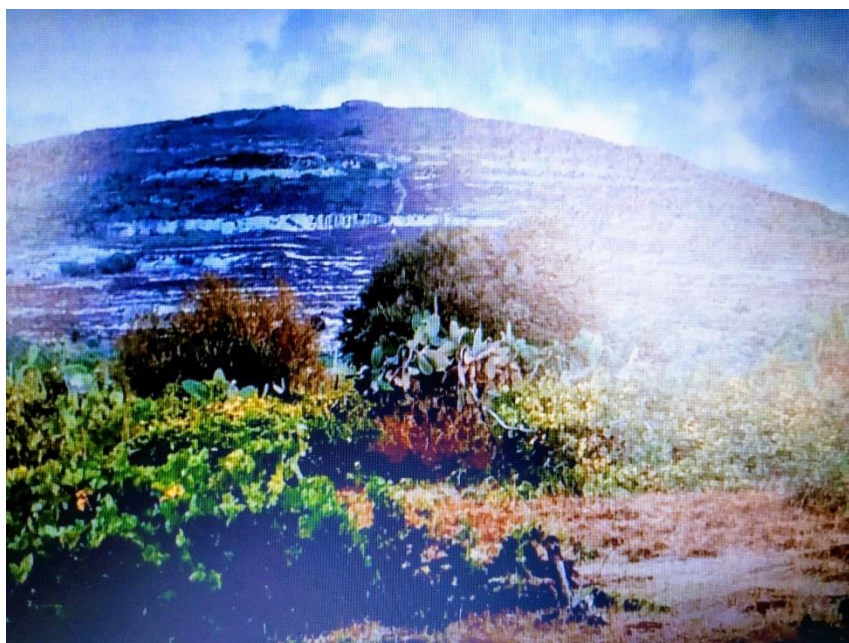
*Esculpidos na parede de pedra ao longo da antiga estrada que ligava Cirene ao porto de Apolônia.

⁴⁵ As autoras explicam como era a configuração espacial de Tera, que possuía um ordenamento espacial não muito difundido nas outras *pólis* e ressaltam que os fundadores de Cirene adotaram esse modelo.

3.6 A ACRÓPOLE

A acrópole foi construída no último quartel do século VII a.C. e era a área habitada dos primeiros fundadores de Cirene. Assim como nas *póleis* da Grécia continental, ela situava-se numa colina (Figura 20), tanto como uma forma de defesa quanto a fim de proporcionar uma visão privilegiada, pois da acrópole era possível visualizar o restante do território. Sendo assim, a acrópole de Cirene estava ligada à tradição urbanística e organizacional das *póleis* gregas. Esse espaço era cercado por muros que visavam à proteção (Figura 21). Na Figura 17, podemos visualizar as fronteiras da acrópole de Cirene, que mantinha proximidade com a ágora e o Santuário de Apolo (BONACASA; ENSOLI, 2000, p. 53).

Figura 20 - A colina da acrópole, vista do Norte-Oeste



Fonte: Bonacasa e Ensoli (2000).

Figura 21 – Seção das muralhas de Cirene



Fonte: Bonacasa e Ensoli (2000).

3.7 O SANTUÁRIO DE APOLO

O Santuário de Apolo erguia-se numa encosta natural a norte da acrópole (Figura 22). Com suas fontes sagradas, esse monumento é considerado um marco na fundação de Cirene, por ser a primeira intervenção arquitetônica dos tereus em solo líbio. Com a fundação da *apoikía*, o platô de Myrtousa foi dedicado a Apolo, na área do Terraço Inferior. Após essa fase inicial de ocupação, durante a qual provavelmente o culto a Apolo estava unido ao de Ártemis, no século V a.C., Apolo e Ártemis eram cultuados em um novo edifício, o Apolonion, erguido a sul do antigo santuário.

Figura 22 – Vestígios do Santuário de Apolo



Fonte: Luni (2006).

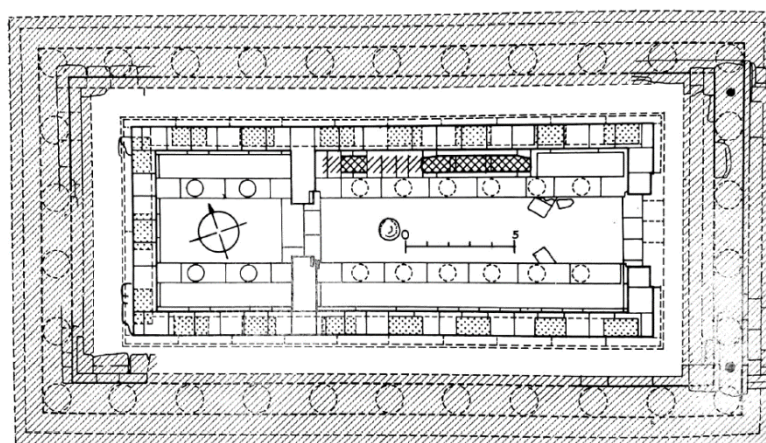
Segundo Stucchi (1967, p. 8), o Santuário de Apolo, em Cirene, estava localizado a noroeste da cidade. Nesse local, segundo o mito, Apolo teria dormido com a ninfa Cirene, com cujo nome ele, Apolo, nomeou a cidade. Ao sul, ficava a acrópole, local da fonte sagrada, conhecida como a Fonte de Apolo, que corria pelo santuário.

O primeiro santuário neste local data do século VII a.C. Durante o século VI, foi reconstruída — o novo templo, em grande parte dórico [Figuras 23 e 24], incluía uma adega grande, mas não tinha *pronaos* (varanda da frente) ou *opisthodomos* (varanda dos fundos). Em vez do último, havia um *adítion* na parte de trás do *cella*, que se acredita ter sido usado como um tesouro. Era um pouco mais curto que o templo padrão; apenas 11 colunas em comparação com o padrão 13. As partes superiores do edifício foram construídas com tijolos de barro. Dentro de colunas superimpostas, criaram duas camadas. No final do século, o templo foi aprimorado para incluir uma colunata externa e um friso decorado (STUCCHI, 1967, p. 8).

Em frente ao edifício, foi erguido um altar longo e estreito constituído, segundo a antiga tradição peloponesiana, vigente em Nemea, Istmo e Esparta, por uma mesa retilínea na qual ocorria o sacrifício. A datação do altar e do templo, fixada em meados do século VI a.C.,

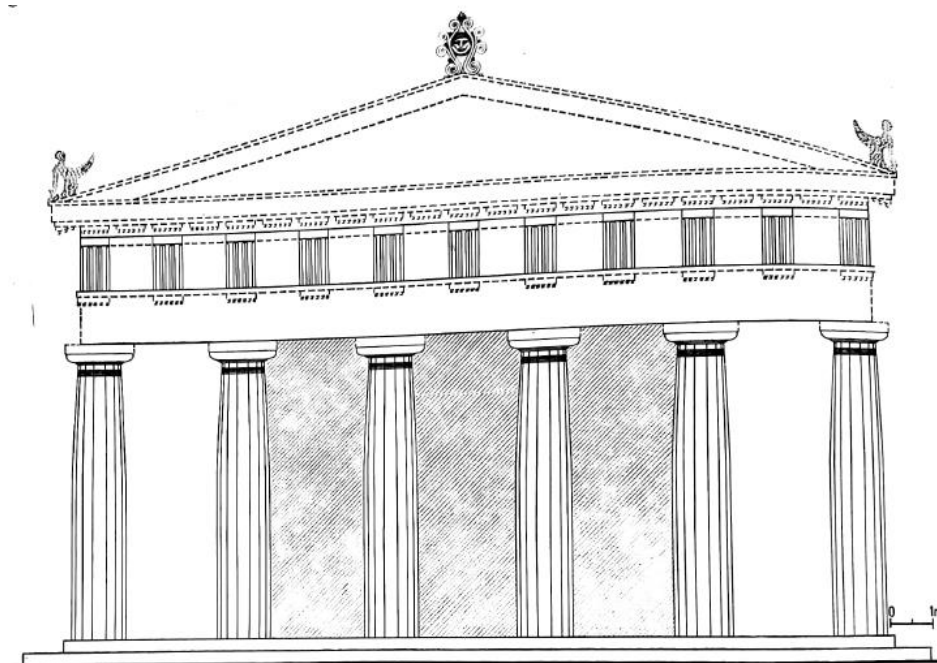
coincidiu com um projeto unitário de monumentalização do espaço sagrado⁴⁶. Na Figura 25, pode-se visualizar a configuração espacial do santuário.

Figura 23 – Planta do Templo de Apolo



Fonte: Stucchi (1967, p. 16).

Figura 24 – Reconstrução ideal do Templo de Apolo

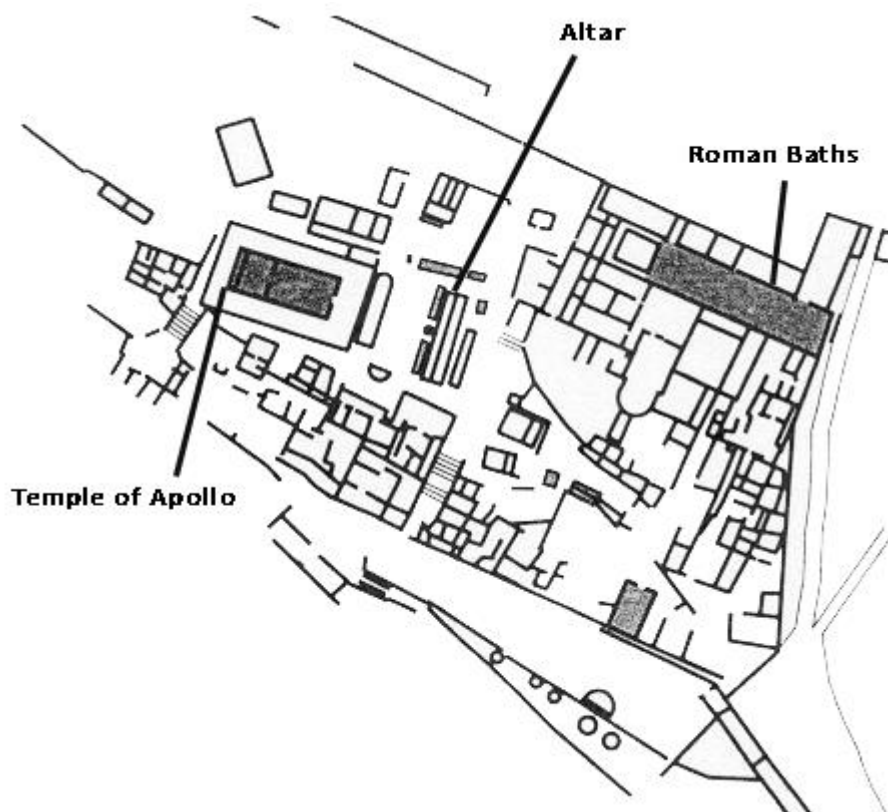


Fonte: Stucchi (1975).

⁴⁶ Ao se referir a um “projeto unitário de monumentalização do espaço sagrado”, Stucchi (1967, p. 8) explica que, em Cirene, houve uma sacralização espacial, por meio da construção de monumentos, que ocorreu num mesmo período.

Stucchi (1967, p. 9) explica que o epíteto de Apolo adorado no santuário era Karneios, o deus carneiro. Um monumento específico foi erguido no santuário para a divindade no final do século IV a.C. (Figura 26). Apolo era um deus importante para a cidade, pois as duas versões da fundação davam a ele o crédito pela criação de Cirene⁴⁷. No interior do santuário, foram descobertos altares de Ísis, Perséfone, Hades e Hécate. Havia também um pequeno templo de Ártemis. Uma vez que ela e Apolo eram deuses gêmeos, a adoração de ambos no mesmo santuário é uma hipótese bastante plausível.

Figura 25 — Planta do Santuário de Apolo



Fonte: Warwick.ac.uk/fac/arts/classics/atutents/modules/greekreligion/database/clunav/

⁴⁷ A versão de Heródoto e a versão mítica.

Figura 26 – Monumento a Apolo



Fonte: Warwick.ac.uk/fac/arts/classics/atutents/modules/greekreligion/database/clunav/

De acordo com Austin (2008, p. 195), a dinastia Batíada iniciou a promoção ao culto de Apolo a fim de associar-se a ele. O culto a Apolo em Cirene era muito proeminente e Cirene mantinha numerosos elos com Delfos, ilustrados pela participação regular de atletas de Cirene nos Jogos Píticos em homenagem a Apolo.

3.8 INTERAÇÃO ENTRE GREGOS E LÍBIOS

De acordo com Austin (2008, p. 205-207), o nível de interação entre os gregos e os nativos constitui uma pergunta intrigante, mas de difícil resposta, na história da ocupação grega da Líbia. Uma questão particularmente relevante é que gregos e líbios possuíam organizações sociais distintas, pois, enquanto os homens da Hélade eram sedentários, a maioria dos líbios era nômade, ainda que houvesse uma parcela reduzida de líbios que praticava a agricultura em comunidades sedentárias. Sabemos que gregos e líbios coexistiram no mesmo território, o que poderia, a princípio, levá-los tanto à cooperação quanto ao conflito. Já para Puccini (2008, p. 37), alerta:

Um problema óbvio é o das fontes disponíveis, que são quase exclusivamente gregas e, portanto, inevitavelmente unilateral. Para os gregos colonos, a Líbia era principalmente uma terra atraente, aberta a seus empreendimentos, como mostra o

relato de Heródoto e outras fontes. Um estereótipo grego era o da Líbia como uma terra que era vazia ou atrasada até a chegada dos gregos. Os líbios em área do assentamento grego não usaram a escrita e não deixaram nenhum registro deles mesmos. Pouco se sabe deles arqueologicamente, e não surpreendentemente o interesse se concentrou principalmente nos assentamentos gregos, que eles mesmos produziram, com poucos sinais óbvios de presença ou influência líbia. Não é possível formar uma ideia de uma pergunta tão básica como o tamanho da população líbia em relação aos imigrantes gregos.

Bonacasa e Ensoli (2000, o. 37), por outro lado, ressaltam que, pelas evidências arqueológicas e pela epigrafia, o cenário entre gregos e líbios parecia mais ser de alianças e casamentos entre os dois grupos, já que os gregos não teriam levado mulheres para a empreitada de fundação da *apoikía*.

A respeito do espaço ocupado pelos diversos grupos líbios, a narrativa de Heródoto fornece algumas informações sobre esses distintos grupos e seus respectivos *habitats*, como observado no Quadro 2:

Quadro 2 – A ocupação dos territórios da Líbia segundo Heródoto

Indicação	Grupo Líbio	Tipo de ocupação	Localização
<i>Hist.</i> , IV, 168	Adirmaquidas	Nômade (orla marítima)	A partir do Egito são os primeiros habitantes líbios
<i>Hist.</i> , IV, 169	Giligamas	Nômade (orla marítima)	Entre o território dos adirmaquidas e a ilha e Afrodísias
<i>Hist.</i> , IV, 170	Asbistas	Nômade (orla marítima)	Habitantes do interior da região de Cirene
<i>Hist.</i> , IV, 171	Ausquisas	Nômade (orla marítima)	Habitantes do interior da região de Barce
<i>Hist.</i> , IV, 171	Bácalos	Nômade (orla marítima)	Vivem no centro do território dos ausquisas, suas terras chegam até o mar nos arredores de Taúqueira
<i>Hist.</i> , IV, 172	Nasamones	Nômade (orla marítima)	Habitam a região próxima à dos ausquisas, na direção do poente.
<i>Hist.</i> , IV, 173	Psilos	Nômade (orla marítima)	Vizinhos dos nasamones
<i>Hist.</i> , IV, 174	Garamantes	Nômade (orla marítima)	Vivem na região acima dos nasamones, indo para o sul, na região dos animais selvagens
<i>Hist.</i> , IV, 175	Macas	Nômade (orla marítima)	Habitam a região acima dos nasamones. Ao

			longo do mar, na direção do poente
<i>Hist.</i> , IV, 176	Gindanes	Nômade (orla marítima)	Vizinhos dos macas
<i>Hist.</i> , IV, 177	Lotófagos	Nômade (orla marítima)	Vivem em uma ponta de terra penetrando pelo mar diante do território dos gindanes
<i>Hist.</i> , IV, 178	Máclios	Nômade (orla marítima)	Vizinhos dos lotófagos, ao longo do mar
<i>Hist.</i> , IV, 180	Áusees	Nômade (orla marítima)	Habitam a região ao em torno do lago Tritonis
<i>Hist.</i> , IV, 181	Amônios	Nômade (dunas)	Vivem numa região a dez dias de marcha de Tebas
<i>Hist.</i> , IV, 182		Nômade (dunas)	Seguindo as dunas e a uma distância equivalente a outros dez dias de marcha, há uma colina de sal semelhante à dos amônios e água, em torno dessa colina habitam homens, esse lugar se chama Áugila
<i>Hist.</i> , IV, 187		Sedentária	Na direção do poente além do lago Tritonis

Fonte: Elaboração da autora (2020).

Por meio da análise das informações fornecidas no Quadro 2, constatamos uma grande heterogeneidade de povos líbios, cada um com espaço próprio e práticas culturais características, mas que, contudo, mantiveram laços entre si, como vemos nas seguintes passagens:

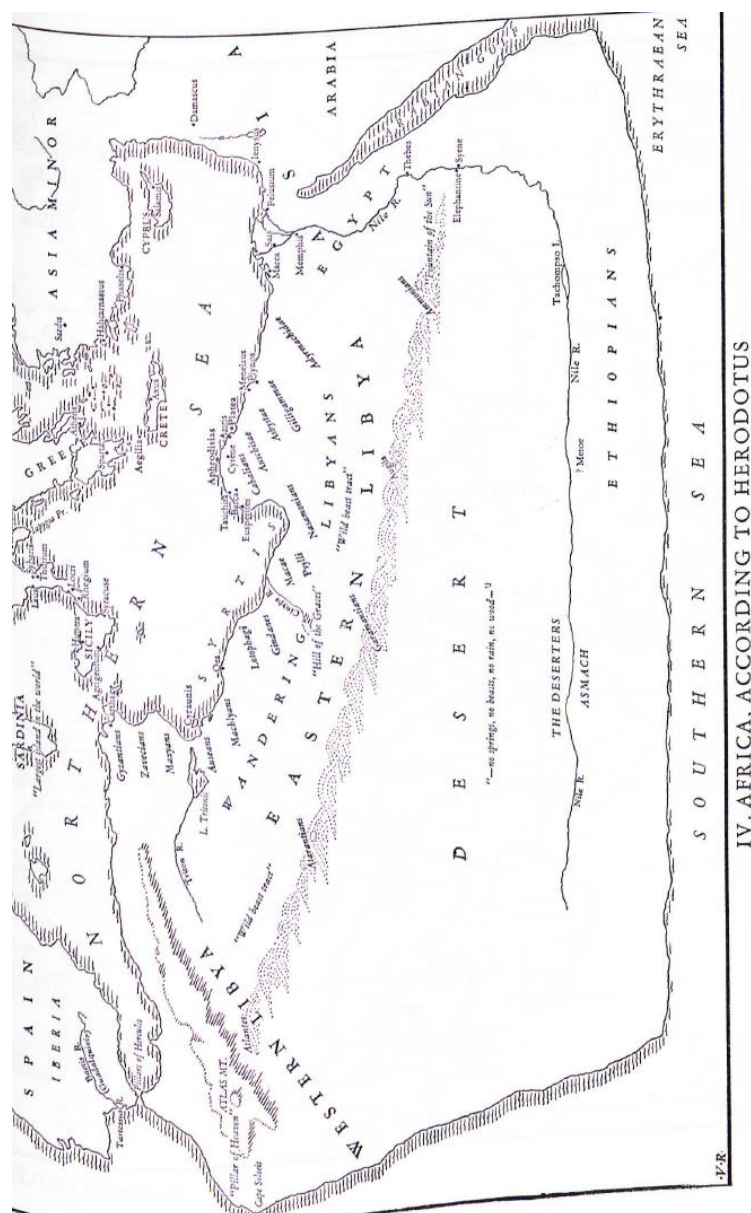
Os adirmaquidas são os primeiros habitantes líbios; eles seguem preponderantemente os costumes egípcios, mas vestem as mesmas roupas dos outros líbios (*Hist.*, IV, 168).

Os asbistas [...] não são os menos hábeis entre os líbios – ao contrário, são os mais hábeis – no manejo de carros puxados por quatro cavalos, e se esforçam por imitar os cirenaicos em seus costumes (*Hist.*, IV, 170).

Por meio dessas duas passagens de Heródoto, percebemos que o autor informa-nos sobre os distintos contatos entre líbios, cirenaicos e egípcios, demonstrando, dessa forma, os empréstimos culturais entre um grupo e outro. Cada um desses povos possui uma prática cultural peculiar que, ao nosso ver, relaciona-se ao espaço habitado pelo respectivo grupo/comunidade, como detalhamos melhor na próxima seção. No Mapa 9, é possível

visualizar a localização territorial de diversos grupos líbios mencionados por Heródoto. Na seção seguinte, analisaremos a narrativa de Heródoto sobre a Líbia, bem como a relação entre esses espaços ocupados pelos grupos líbios e suas respectivas práticas culturais

Mapa 9 – Os grupos líbios na Antiguidade



Fonte: Godley (1921).

4 A LÍBIA, OS LÍBIOS E A DINÂMICA DAS HETEROTOPIAS

Como exposto anteriormente, os tereus fundaram uma *apoikía* na Líbia, por volta do século VII a.C., Cirene. Nesse espaço, residiam líbios sedentários, nômades e seminômades, que passaram a conviver com os cirenaicos. A Líbia constituía um amplo território repleto de heterogeneidade étnica e de múltiplas características espaciais. Nela, cada grupo passou a ocupar determinado espaço que influenciou, de forma direta, na maneira pela qual esses povos se relacionavam com o meio ambiente e dele se apropriavam, de modo que as divisões e as características espaciais influíram na dinâmica de interação entre esses distintos grupos. Essas informações se encontram presentes em Heródoto, cuja obra nos permite analisar a relação entre práticas culturais e espaço, bem como a relação entre gregos e líbios.

Em *História*, Heródoto elabora uma narrativa baseada na “barbárie” líbia, que se contrapõe à “civildade” grega. No decorrer da obra, observamos que o autor opta por descrever os hábitos mais exóticos dos líbios, muitas vezes relacionados à selvageria, o que nos transmite uma imagem *heterotópica* desses grupos, na qual a relação entre tereus e líbios apresenta somente uma via, a dos líbios aculturados segundo os padrões gregos. No entanto, acreditamos que as interações humanas acontecem em via de mão dupla, assim como Bühner-Thierry (2012, p. 204), para quem a fronteira é uma zona de interações culturais, “[...] um espaço de acordo – *middle ground* – um lugar intermediário – *a place in between* – entre culturas, entre os povos, entre os impérios”. É preciso considerar a fronteira não se constitui apenas como um lugar de enfrentamento, de conflito, mas também como um lugar de interpenetração de técnicas, valores e cosmovisões distintas, ou seja, um lugar de fusão entre culturas.

Vale salientar que nosso objetivo, nesta dissertação, não é tachar Heródoto como mentiroso, nem rebaixar a importância de sua obra, mas mostrar como um grego do século V a.C.

representava os povos não gregos, principalmente os da África do Norte. Iniciemos então a exploração da fonte, mas antes de examinarmos o relato do autor sobre as características culturais dos líbios, é necessário elucidar como ocorreram os primeiros contatos entre gregos e líbios e como surgiu a iniciativa de fundação de Cirene.

De acordo com Heródoto, os fundadores tereus eram descendentes dos *mínios*, que, após serem expulsos do local onde habitavam, Lemnos, se instalaram na Lacedemônia.

Eles [os mínios] responderam à pergunta do mensageiro dizendo que eram mínios descendentes dos heróis tripulantes da *Argó* [...] Eles explicaram que haviam sido expulsos pelos pêlasgos e tinham vindo para a terra de seus pais; isso era justo e pediam para morar juntamente com os lacedemônios, partilhando seus direitos e recebendo um quinhão de suas terras (*Hist.*, IV, 145).

Segundo o relato, os lacedemônios receberam os mínios tal como estes lhes haviam solicitado.

Logo os mínios expandiram seus laços por meio de matrimônio, casando suas mulheres com os lacedemônios, ao mesmo tempo que desposaram as lacedemônias, todavia “[...] não muito tempo depois os mínios passaram a mostrar-se insolentes, reclamando participação no poder e cometendo atos ímpios” (*Hist.*, IV, 146). Desse modo, os lacedemônios decidiram aprisionar os mínios e condená-los à morte, mas eles teriam escapado desse destino trágico de maneira criativa, como expõe Heródoto:

Na Lacedemônia os condenados à morte são executados à noite, e nunca durante o dia. Já estavam em andamento os preparativos para a execução dos mínios quando suas mulheres, que eram cidadãs e filhas dos espartanos mais proeminentes, pediram consentimento para entrar na prisão e cada uma delas falar com o respectivo marido. Elas tiveram consentimento para entrar, pois ninguém suspeitava de um artil de sua parte. Mas depois de entrar elas fizeram o seguinte: entregaram aos maridos todas as roupas que trajavam, e elas mesmas vestiram as roupas dos homens. Os mínios, usando roupas femininas e passando por mulheres, saíram da prisão e, fugindo dessa maneira, foram acampar novamente no Taígeton (*Hist.*, IV, 146).

É nesse contexto que os mínios encontram um homem chamado Teras, que estava se preparando para partir da Lacedemônia e fundar uma *apoikía* na ilha que ficou conhecida, mais tarde, como Tera, em sua homenagem. Ainda segundo Heródoto, anteriormente essa ilha era denominada

Caliste, localizada do Egeu (*Hist*, IV, 147). Nessa perspectiva, Heródoto enfatiza que, até esse momento do seu relato, lacedemônios e tereus estão de acordo sobre o seu passado, porém, desse ponto em diante, sua narrativa se baseia somente nas informações obtidas com os tereus.

A partir do encontro com Teras, os mínios migram da Lacedemônia para Caliste, mas o que os teria motivado a fundar uma *apoikía* na Líbia? Como mencionado nas seções anteriores, a fundação de Cirene ocorre por ordem da Pítia, sacerdotisa do oráculo de Delfos, como vemos na passagem a seguir:

Grinos filho de Aisânios, rei de Tera e descendente desse mesmo Teras, chegou a Delfos trazendo uma hecatombe de sua cidade; alguns cidadãos o acompanhavam — entre outros Batos filho de Polímnestos, da raça de Êufemos, um dos mínios. Quando Grinos, rei de Tera, consultou o oráculo sobre outros assuntos, a Pítia lhe respondeu dizendo-lhe para fundar uma cidade na Líbia. Ele replicou com as seguintes palavras: ‘Já sou bastante idoso, Senhor, muito lerdo para locomover-me; dá essa ordem, portanto, a algum desses jovens’ (dizendo isso ele apontava para Batos). No momento aquilo foi tudo, e após a sua partida eles deixaram de pensar no oráculo, pois não sabiam em que parte da terra ficava a Líbia, e não ousavam mandar colonos em uma missão incerta (*Hist.*, IV, 150).

Ao desobedecer às orientações do oráculo, Tera passa a sofrer com uma seca prolongada que chega a durar sete anos. Em razão desse fato, os tereus decidem, enfim, seguir o oráculo e fundar uma *apoikía* no norte da África. O desenrolar da fundação de Cirene pelos tereus já foi explicado na seção anterior, de modo que não julgamos necessário retomá-lo aqui.

O contato inicial entre cirenaicos e líbios teria transcorrido de forma pacífica e amigável, porém o grande contingente de gregos que chegavam de tempos em tempos a terras líbias incomodou os nativos, o que gerou um conflito entre cirenaicos e líbios que acabou envolvendo os egípcios, vizinhos mais próximos dos líbios, que com eles mantinham uma relação estreita (*Hist.*, IV, 159).

4.1 A RELAÇÃO ENTRE EGÍPCIOS E LÍBIOS

De acordo com Heródoto (*Hist.*, IV, 159), durante os primeiros cinquenta anos da fundação de Cirene, o contingente populacional da *apoikía* permaneceu estável. No entanto, em razão de um súbito afluxo de novos imigrantes da Hélade, houve certo desequilíbrio, o que assinalou o início das hostilidades entre os homens de Cirene e os egípcios, como Heródoto conta na narrativa a seguir:

Durante o tempo de vida de Batos, o fundador da colônia, cujo reinado se prolongou por quarenta anos, e de seu filho Arcesilau, rei durante dezesseis anos, o número de habitantes de Cirene permaneceu igual ao dos colonos enviados inicialmente. Mas sob o terceiro rei, Batos, chamado O Feliz, a Pítia conclamou todos helenos através de um oráculo a embarcarem para ir morar juntamente com os cirenaicos na Líbia, pois os cirenaicos os convidavam, prometendo partilhar suas terras com eles; o oráculo era o seguinte: ‘Quem for morar na Líbia amável quando a terra estiver dividida se arrependerá’. Então uma grande multidão afluíu a Cirene. Mas os Líbios dos arredores e seu rei, chamado Adicran, vendo-se privados de boa parte de suas terras, consideravam-se espoliados do que era seu, e tratados rudemente pelos cirenaicos enviaram mensageiros ao Egito e se entregaram a Apries, rei do Egito. Apries reuniu um grande exército de egípcios e o mandou contra Cirene.

Heródoto prossegue a narrativa, esclarecendo que os cirenaicos saem vitoriosos desse conflito, massacrando os egípcios de tal forma que poucos deles sobrevivem, o que ocasiona uma revolta da população egípcia contra o rei Apries, pois o responsabilizam pelo massacre de seus soldados.

Segundo o relato de Heródoto, Líbia e Egito possuem uma relação próxima, visto que é aos egípcios que os líbios recorrem em momentos de aflição, sendo atendido por eles. De acordo com Zayed e Devisse (2010, p. 101), desde a Pré-História os egípcios e seus vizinhos líbios tiveram frequente intercâmbio, inclusive por intermédio do Saara, sobre o qual os egípcios chegaram a exercer certa influência. Para esses autores “os saarianos eram principalmente os líbios, que paulatinamente se concentravam no Norte de um dos desertos mais vastos e inóspitos do mundo”.

Ainda segundo Zayed e Devisse (2010, p. 101), no período Neolítico, devido à rápida expansão do deserto, os líbios se viram forçados a migrar e, em algumas ocasiões, com intuito de fugir da fome, recorreram ao “paraíso nilótico”⁴⁸, cujo acesso lhes era proibido. Essa migração de parte dos líbios para as margens do Nilo gerou conflito com os egípcios, que rapidamente agiram para defender suas fronteiras.

A relação entre líbios e egípcios, no entanto, nem sempre foi conflituosa. Segundo Zayed e Devisse (2010, p. 102), com o passar do tempo o Egito começou a empregar os líbios como soldados e pastores,

Os cativos líbios, identificáveis pela pluma que usavam sobre a cabeça, tinham boa reputação como soldados, principalmente como aurigas. Frequentemente marcados a ferro, não eram utilizados nas grandes operações coletivas nem no trabalho doméstico. Eram arregimentados pelo exército, onde sua proporção aumentava com o passar dos séculos e onde encontravam outros imigrantes, os núbios. Como criadores de gado, forneciam animais para o consumo dos egípcios; esses animais eram recolhidos sob a forma de tributo, ou tomados durante as razias. Os líbios desempenhavam, assim, um papel econômico comparável aos dos núbios.

Nos episódios de invasão líbia, os egípcios agiam de forma severa na repressão desses movimentos. Zayed e Devisse (2010, p. 102) salientam que, entre os séculos XIII e XII a.C., os líbios tentaram por diversas vezes penetrar no Egito, de forma que os egípcios se viram obrigados a construir fortificações contra os invasores, aprisionando aqueles que insistissem em entrar no país.

Após duas tentativas frustradas de retomar à parte ocidental do Delta, de onde tinham sido afugentados, os líbios obtiveram de Ramsés III, no século XII antes da Era Cristã, permissão para se fixar naquela região. Em troca, passaram a ter maior participação na defesa militar do Egito. No século X, e por quase dois séculos, os líbios governaram o Egito sob a XXII e a XXIII dinastias. Essa nova situação provocou fortes reações no Alto Egito, onde se fizeram tentativas de destituir os governantes líbios com o apoio do reino de Napata. A rivalidade entre guerreiros e políticos negros e brancos deu início a uma situação que se prolongaria por muito tempo na vida do Egito (ZAYED; DEVISSE, 2010, p. 102).

⁴⁸ Maneira a qual os autores se referem às margens do rio Nilo por conta de sua fertilidade (ZAYED; DEVISSE, 2010, p. 101-102).

Constatamos, desse modo, que a relação entre Líbia e Egito era antiga, o que justificava a intrusão dos egípcios em conflitos ocorridos em território líbio, contudo, os autores também enfatizam a fluidez das fronteiras entre os dois territórios, pois vemos líbios interferindo no espaço egípcio e egípcios interferindo no espaço líbio, muito embora esse intercâmbio não ocorra de forma aleatória. É na região saariana que o Egito intervém sobretudo, já que não lhes interessa o litoral. Em contraponto, o interesse dos líbios no Egito se restringe à margem ocidental do Nilo devido à sua grande fertilidade, ou seja, os contatos entre líbios e egípcios ocorrem em espaços bem circunscritos.

Vale salientar que as informações sobre os contatos entre a Líbia e o Egito são abundantes nas fontes egípcias. De acordo com Desanges (2010, p. 458), “[...] as fontes da história da Líbia — inscrições e representações — são essencialmente egípcias e dizem respeito às populações líbias em contato com o Egito”. Devido à escassez de fontes líbias, a história desse território é contada de modo unilateral, por meio de um olhar externo, o que configura uma limitação documental.

Segundo Heródoto (*Hist.*, IV, 160), para além dos conflitos envolvendo líbios, cirenaicos e egípcios, houve inúmeros conflitos internos entre os próprios governantes de Cirene. Os primórdios da dinastia Batíada teriam sido pacíficos, entretanto, nos primeiros anos do reinado de Arcesilau, quarto rei, filho de Batos, o Feliz, “[...] ele teve desavenças com os próprios irmãos, até eles deixarem Cirene e partirem para outro lugar da Líbia, onde fundaram para si mesmos uma cidade chamada Barce”. Dessa forma, os líbios se aproveitam da fragilidade política de Cirene para iniciarem um conflito, do qual saem vitoriosos, conseguindo, dessa forma, frear o avanço dos cirenaicos. O autor relata que a vitória dos líbios sobre os cirenaicos é tão completa que sete mil hoplitas de Cirene tombam no local. Após a derrota, Arcesilau é estrangulado por seu irmão, Lêarcos.

Arcesilau é sucedido por seu filho, Batos, quinto rei, que, diante do caos sucessório e com problemas para estabelecer um regime político, envia emissários a Delfos a fim de obter orientações sobre qual *politéia* deveria adotar. Heródoto (*Hist.*, IV, 161) explica:

A Pítia exortou a mandarem vir um reformador de Mantinea, na Arcádia. Os cirenaicos fizeram o pedido e os mantineus lhes cederam o mais eminente de seus concidadãos, chamado Demônax. Esse homem, chegando a Cirene e tomando conhecimento de tudo, criou três tribos e distribuiu os habitantes da seguinte maneira: com os tereus e os periecos ele formou um dos grupos, outro foi formado com os peloponésios e os cretenses, e o terceiro com os ilhéus, por outro lado ele reservou para Batos algumas propriedades dominiais e funções sacerdotais, e transformou em bens comuns a todo o povo o resto das terras pertencentes anteriormente aos reis.

Sob o reinado de Batos, filho de Arcesilau, as mudanças implementadas por Demônax são respeitadas, todavia há algumas insatisfações em relação aos direitos da realeza no reinado de seu filho, Arcesilau, pois o soberano reivindica o regime dos seus antepassados. Desse modo, Arcesilau, sexto sucessor de sua dinastia, fomenta uma revolta da qual sai derrotado e se vê obrigado a se refugiar em Samos, local onde recruta soldados para retornar com ele a Cirene. Em seu retorno, porém, é assassinado pelos barceus⁴⁹. Sua mãe, para vingar sua morte, pede asilo aos egípcios, convencendo-os a invadir Barce. Para Heródoto (*Hist.*, IV, 167), a expedição é mandada para conquistar a Líbia, contudo os persas, que então controlavam o reino do Egito, não obtiveram sucesso, devido à grande heterogeneidade de povos da Líbia e à dispersão territorial.

Na opinião de Heródoto, as características do território da Líbia, com sua falta de coesão política e espacial, o que resultava numa heterogeneidade de povos com práticas culturais distintas, constituem um fator decisivo para o malogro dos persas que, embora senhores do Egito, não conseguem conquistar a Líbia. Mesmo que o intuito da expedição seja a conquista do território, como a unidade líbia é muito frágil, para não dizer inexistente, os líbios não se

⁴⁹ Tereus pertencentes à dinastia Batfada, que, por motivos políticos, fundam uma nova cidade chamada Barce. Os residentes dessa cidades são chamados por Heródoto de barceus (*Hist.*, IV, 167).

organizaram para defender o território, optando por evitar o confronto e mantendo-se isolados em suas regiões. Na realidade, como grande maioria dos líbios é nômade, caso a Líbia fosse conquistada, seria fácil para os líbios migrarem pra outra região, isso na visão de Heródoto. Por outro lado, esse fator dificultou a ação dos persas.

Segundo Guarinello (2010, p. 121), o conceito de fronteira vai além de uma delimitação espacial, pois a própria sociedade possui suas fronteiras internas, sendo uma delas a política. As disputas políticas pelo governo em Cirene não se caracterizam como um caso isolado. Riad e Devisse (2010, p. 183) explicam que a *stásis* verificada em Cirene era apenas mais um episódio de todo um movimento político que estava em andamento em outras regiões da Grécia.

Através da Cirenaica (a parte oriental da Líbia), certos aspectos da civilização helênica passaram do Egito à África do Norte. Não era a primeira vez que a civilização grega aparecia na Cirenaica: sabemos que os gregos saídos da ilha dórica de Thera emigraram para aquela região, onde fundaram Cirene, sua primeira colônia, em -631. A esta seguiram-se outras quatro: o porto de Cirene (mais tarde Apolônia), Tauchira, Barca (atualmente Al-Marj) e Euhespérides. Essas colônias, em especial Cirene, eram produtos da civilização grega, sofrendo, por conseguinte, as transformações políticas que normalmente ocorriam em qualquer cidade grega. Com a fundação de Cirene, inaugurou-se a dinastia Batíada, cujo término se deveu a lutas internas por volta de -440. Seguiu-se o conflito tradicional entre a aristocracia e a democracia, que converteu Cirene numa terra de desordens e disputas (RIAD; DEVISSE, 2010, p. 183).

Essa explicação de Riad e Devisse corrobora o relato de Heródoto a respeito dos conflitos sucessórios em Cirene, mas também destaca que Cirene era atingida por transformações políticas que ocorriam em todo o mundo grego e refletem a polarização entre ricos e pobres e entre oligarquia e democracia. Dito isso, passaremos agora a tratar da narrativa de Heródoto sobre os líbios, iniciando pelo que Liverani (2000, p. 496) denomina “caravana de Heródoto”, ou seja, a jornada do autor pelo Saara, no decorrer da qual vai descrevendo as características topográficas das diversas regiões e os costumes dos povos que aí habitam.

4.2 A CARAVANA DE HERÓDOTO: PAISAGENS SAARIANAS

No processo de confecção de sua obra, Heródoto percorreu diversas regiões do mundo antigo, sendo uma delas a Líbia. O autor inicia sua narrativa sobre o território dos líbios com a descrição dos povos nômades, passando pela região do Saara e finalizando com um breve relato do espaço ocupado pelos povos sedentários. Neste tópico, analisaremos especificamente a descrição dos “habitantes das dunas”, classificados por Heródoto como seminômades, os residentes do Saara, a fim de demonstrar a representação de Heródoto sobre esses homens, seu espaço e seu sistema econômico. Importa acrescentar que o percurso descrito por Heródoto, a partir da região de Tebas, no Alto Egito, inclui os povos e as culturas que ele localizava na Líbia. Esse itinerário ficou conhecido como “Caravana de Heródoto”.

Segundo Heródoto (*Hist.*, IV, 181), os líbios nômades habitavam a região litorânea do Mediterrâneo. Adentrando o interior, encontramos a Líbia dos animais selvagens. Além da terra desses animais selvagens, existe ao longo de todo território líbio, uma cordilheira de areia que se estende de Tebas, no Alto Egito, até as Colunas de Hércules, no sentido do litoral mediterrânico. A intervalos regulares, ao longo dessa cordilheira, existiam grandes colinas de sal. No topo de cada colina, brotava do meio do sal uma fonte de água doce e fria, em torno da qual os homens habitavam.

O primeiro povo saindo de Tebas, a dez dias de viagem, são os amônios, adoradores do Zeus tebano, com cabeça de carneiro. Além de uma fonte de água fria, os amônios possuíam outra, que era quente ao amanhecer, mais fresca na hora do maior movimento do comércio e muito fria ao meio-dia, horário em que costumavam regar seus jardins. À medida que o Sol se punha, a temperatura da água subia, tornando-se cada vez mais quente até meia-noite, quando entrava

em ebulição. Depois da meia-noite, ficava cada vez mais fria, permanecendo assim até o amanhecer. Esta fonte é chamada Fonte do Sol (*Hist.*, IV, 181).

A uma distância de dez dias de viagem dos amônios, ao longo da cordilheira, havia um monte de sal como o deles, com fontes de água. Este lugar é chamado Áugila, local onde os nasamones, outra etnia líbia nômade, costumavam colher tâmaras (*Hist.*, IV, 182).

Segundo Heródoto (*Hist.*, IV, 183), depois de dez dias de viagem a partir de Áugila, há mais uma colina de sal, fontes de água e muitas palmeiras frutíferas, como nos outros lugares, habitada por homens chamados garamantes, local extremamente populoso, onde as pessoas conseguiam semear a terra, que colocavam por cima das dunas de sal. Entre os garamantes, havia bois que retrocediam quando pastavam, consequência de seus chifres, inclinados para frente, o que os obrigava a pastar caminhando para trás. Em todo o resto, eram como os outros bois, exceto pela pele, mais grossa e resistente.

Os garamantes andavam em carros de quatro cavalos, nos quais perseguiram os trogloditas, habitantes das cavernas etíopes que eram mais velozes do que qualquer homem. Os trogloditas se alimentavam de cobras, lagartos e outros animais rastejantes. Seu idioma era diferente de todos os demais, parecendo um chiado dos morcegos (*Hist.*, IV, 183).

Heródoto representa os trogloditas etíopes como animais. Por mais que fossem os homens mais velozes do mundo, possuíam características claramente animais, alimentando-se de serpentes e lagartos. Heródoto faz questão de frisar sua dificuldade de comunicação, visto que a linguagem reproduzia o chiado dos morcegos. No relato do autor, os trogloditas eram caçados como animais pelos garamantes, ao que tudo indica para serem utilizados como força de tração no manejo dos carros, o que mais uma vez os aproximava da condição animal.

De acordo com Heródoto (*Hist.*, IV, 184), após mais dez dias de viagem da região dos garamantes, havia outra colina de sal com uma fonte de água, local onde residiam os atarantes, os únicos homens que não possuíam nomes próprios, pois todos eram tratados no coletivo: atarantes. Esse povo costumava rejeitar o Sol, pois seu calor ardente fustigava a região.

Depois de mais dez dias de viagem, havia outra colina de sal e com fonte de água, perto da qual havia uma montanha chamada Atlas, cuja forma era delgada e tão alta que seu cume não podia ser visto, pois as nuvens o encobriam tanto no inverno quanto no verão. O povo desse local, os atlantes, chamavam a montanha de pilar do céu. Segundo Heródoto, os atlantes não comiam criatura viva e não sonhavam enquanto dormiam.

Heródoto (*Hist.*, IV, 185) afirma ter conhecimento de todos os povos que habitavam a região da cordilheira até chegar no território dos atlantes, mas não além disso. As dunas de sal estendem-se até as Colunas de Hércules, havendo uma mina de sal a cada dez dias de jornada. As casas dos homens que aí habitavam seriam construídas com blocos de sal. Nessas regiões da Líbia, não ocorriam chuvas, pois, se chovesse, as residências de sal não resistiriam. O sal é branco e roxo. Além desta cordilheira, ao sul e mais para o interior da Líbia, as regiões eram desertas e sem água, não existiam animais selvagens, nem chuva, nem florestas, pois não havia umidade.

De acordo com Liverani (2000, p. 497), parece claro que uma lista de regiões da caravana de Heródoto foi transformada em uma lista de povos, de acordo com a abordagem etnográfica do autor. Se esse for realmente o caso, como buscamos demonstrar, estamos lidando não apenas com a descrição mais antiga dos povos da Líbia (como já bem conhecido), mas também com a descrição mais antiga da rota transaariana de comércio.

Segundo Liverani (2000, p. 498), a credibilidade das indicações topográficas do inventário de Heródoto e a possibilidade de situar os nomes em um mapa costumam ser ignorados pela maioria dos autores modernos que mantêm, com Heródoto, uma postura hipercrítica. No entanto, enquanto identificações anteriores foram baseadas em um conhecimento limitado da topografia e da arqueologia do Saara, novos estudos encontram-se em posição de colocar a lista de Heródoto em seu contexto apropriado e verificar sua confiabilidade.

Para Liverani (2000, p. 498), as passagens de Heródoto são intrigantes devido a duas características pouco realistas, que parecem contradizer sua confiabilidade "técnica". A primeira característica é um padrão muito preciso: os vários povos estão localizados a dez dias de distância um do outro e possuem todos uma nascente de água e uma colina de sal. A segunda característica são as peculiaridades extraordinárias dos povos descritos: os atarantes não empregam nomes próprios (*Hist.*, IV, 184), os atlantes não sonham (*Hist.*, IV, 184), a montanha dos atlantes é um dos pilares do céu (*Hist.*, IV, 184), os bois dos garamantes pastam para trás (*Hist.*, IV, 183) e assim por diante.

Cumprir observar, no entanto, que os detalhes fantásticos se encaixam num padrão literário bastante empregado nos relatos etnográficos da Antiguidade, segundo o qual os povos estrangeiros se tornam mais e mais estranhos quanto mais avançamos do litoral para o interior da Líbia. Ao seguir o itinerário da caravana, Heródoto passa a descrever os habitantes do Saara com características fantasiosas, animais e selvagens. Esses espaços descritos pelo autor apresentam-se como lugares *heterotópicos*, causando surpresa o fato de residirem homens em paisagens tão inóspitas.

Com base na descrição dos povos saarianos descritos por Heródoto, Liverani (2000, p. 504), montou um quadro (Quadro 3) com o itinerário da caravana, de forma a racionalizar as

informações fornecidas pelo autor. Liverani divide esse itinerário em seis partes, que serão descritas nas próximas páginas.

Liverani (2000, p. 499-500) demonstra, por meio do quadro, que a primeira etapa da caravana partiria de Tebas rumo à região dos amônios. A primeira parada, depois de deixar o Egito, era o conhecido Oásis de Siwa, onde localizava-se o famoso oráculo de Zeus amônio, mais tarde consultado por Alexandre. O Oásis de Siwa localizava-se a cerca de 560 km a oeste do Nilo, passando pelo Oásis de Bahariya, numa distância de aproximadamente dez dias do ponto de viagem. Na realidade, não parece que o lugar exato de partida da caravana tenha sido Tebas. No entanto, segundo Liverani, essa não é uma informação decisiva, pois de qualquer local nas imediações de Tebas que a caravana partisse, ela levaria cerca de dez dias para chegar à região dos amônios. Parece claro que Heródoto menciona Tebas a fim de enfatizar a conexão tebana de Zeus amônio. De qualquer modo, o mais importante do ponto de vista de itinerário da caravana é que Siwa está localizado a dez dias de distância do vale do Nilo em geral, razão pela qual a etapa inicial da caravana poderia ter sido mais a norte.

Quadro 3 – Itinerário da caravana de Heródoto

Narrativa de Heródoto	Distância em Quilômetros	Distância em dias
De Tebas a região dos Amônios: 10 dias	Nile – Siwa: 560 kms	14 dias
Da região dos Amônios a Áugila: 10 dias	Siwa – Áugila: 460 kms	10 dias
De Áugila à região dos garamantes: 10 dias	Áugila – Zella: 400 kms Zella – Zawila: 400 kms	10 dias
Da região dos garamantes à região dos atarantes: 10 dias	Zawila – Ghat: 540 kms	15 dias
Da região dos atarantes à região dos atlantes: 10 dias	Ghat – Ideles: 570 kms	

Fonte: Liverani (2000).

Nota: Reelaboração da autora (2020).

A segunda etapa da caravana seria da região dos amônios até Áugila. Segundo Liverani (200, p. 500), o segundo ponto de parada era o Oásis de Augila (Awgila), conhecido assim até hoje, distante cerca de 460 km a oeste de Siwa. A distância de Siwa a Áugila seria de dez dias.

A terceira etapa iria de Áugila até o território dos garamantes, um povo muito numeroso, que não vivia apenas em torno desse oásis, mas ocupava uma área mais extensa, cobrindo todo o Fazzan⁵⁰. O trajeto de Áugila até a zona garamantina passava pelo Jebel Sawda e chegava à área do oásis a leste de Sebha. Os primeiros oásis mais importantes se encontravam na região de Zella, que se tornou extremamente importante no período medieval, e na de Fuqaha, mais ao sudoeste. De Áugila a Zella a distância era de 400 km. De Áugila a Fuqaha, a distância era de 520 km em terreno difícil. Essa era provavelmente a etapa mais exigente do itinerário, atravessando uma faixa árida entre a zona costeira e o Fazzan (Mapa 10) (LIVERANI, 2000, p. 501).

⁵⁰ O Fazzan era uma região externa à *oikoumene* romana e que fazia fronteira com o *limes* meridional da Tripolitânia, constituindo um território que se localizava nas franjas setentrionais do Deserto do Saara. Correspondia, *grosso modo*, a três cadeias de oásis encrustados em declives montanhosos abastecidos por aquíferos subterrâneos: o Wadi ash-Shati, o Wadi al-Ajal e o Wadi al-Nashwa (LIMA NETO, 2019a, p. 95).

habitado e práticas culturais. Por meio do estudo de Liverani (2000, p. 499-501), constatamos que a precisão de Heródoto em afirmar que as dunas se localizavam a uma distância de dez dias umas das outras possui embasamento científico. No entanto, mais do que localizar essas dunas, nos interessa analisar o *modus vivendi* dos povos que ali residiam. A esse respeito, infelizmente não possuímos informações suficientes para analisar a cultura dos amônios, dos atarantes e dos atlantes, mas sim a dos garamantes, que, ao que tudo indica, construíram no Saara uma comunidade ímpar.

Quanto a isso, Liverani (2000, p. 506) destaca o papel do Oásis de Ghat no período garamantiano, que se estende desde os tempos de Heródoto até a época bizantina, ou seja, de 500 a.C. a 500 d.C. O autor destaca que a missão arqueológica na área de Tadrart, que começou há muitas décadas, interessou-se recentemente em ampliar o trabalho de escavação para outros períodos históricos. A fim de enfrentar o problema da presença dos garamantes no Oásis de Ghat, foram feitas três campanhas arqueológicas, em novembro e dezembro de 1997, em fevereiro e março de 1999 e em fevereiro e março de 2000. Os resultados foram bastante satisfatórios, pois foram encontrados diversos materiais sobre esses espaços.

Para Liverani (2000, p. 507), a existência, por volta de 500 a.C., de um itinerário preciso para a rota transaariana do Egito a Níger tem muitas implicações importantes. De modo geral, a reconstrução do itinerário, que se assemelha àquele que veremos em vigência mais tarde, sugere o século VI a.C. como data de início para o comércio transaariano, o que realça a importância dos garamantes na constituição de uma economia transaariana.

4.3 OS GARAMANTES E O SISTEMA ECONÔMICO SAARIANO

No estudo do sistema econômico transaariano, que compreendia a região ocupada pelos garamantes, o primeiro ponto é a definição dos bens e produtos envolvidos no comércio. Por um lado, a descrição explícita e insistente das colunas de sal feita por Heródoto é algo mais do que uma sugestão, é mais uma prova de que os oásis saarianos forneciam sal. Essa é uma característica bem conhecida nos tempos medievais em que o comércio transaariano era ditado pelas condições ecológicas do Saara, em oposição aos cintos sudaneses. O Saara é rico em sal, enquanto as áreas subtropicais ao sul são completamente deficientes desse produto. A produção de sal era assim o principal motor da economia transaariana (LIVERANI, 2000, p. 507-8).

Para Liverani, (2000, p. 508), o itinerário transaariano, que se volta diretamente para a curva do rio Níger, parece apontar claramente para o ouro como um item que provém da direção oposta. Na Antiguidade, a extração do ouro na África Ocidental concentrou-se na região do rio Alto e arredores. O produto sempre foi controlado ou comercializado pelas comunidades próximas às caravanas ao longo do rio Níger. A troca de sal *versus* ouro é o ponto fundamental do comércio transaariano e temos boas razões para acreditar que essa era a situação à época de Heródoto. A presença adicional de escravos também é uma característica básica da região transaariana, que pode ser deduzida por meio da passagem de Heródoto (*Hist.*, IV, 183), em que o autor relata que os garamantes caçavam etíopes para utilizá-los em seus carros, descritos como etíopes "trogloditas". Desse modo, as linhas gerais do comércio transaariano que veremos ativo em tempos posteriores já estariam delimitadas à época de Heródoto: sal em troca de ouro e escravos, a serem eventualmente reexportados para o norte, para o Egito e para a costa do Mediterrâneo em troca de vinha e azeite.

De acordo com Liverani (2000, p. 508-509), na literatura atual, é amplamente aceito que os garamantes empregavam carros e cavalos para transporte de mercadoria. O dromedário entraria em uso somente mais tarde, no final da Antiguidade Tardia. As fontes arqueológicas, em especial as gravuras de arte rupestre, foram classificadas em vários estágios, nos quais o "período do cavalo" e o "período do camelo" são distintos e consecutivos. No Oriente Médio, o uso do camelo pelas caravanas remonta a 1200-1100 a.C., provavelmente, difundindo-se para o noroeste da Arábia e chegando ao Saara meio milênio depois, antes de 500 a.C.

De acordo com Liverani (2000, p. 509), os garamantes eram um povo de comerciantes que apresentou certa relevância para o desenvolvimento do comércio transaariano. Quando analisamos a narrativa de Heródoto sobre a Líbia, percebemos que o autor constrói uma representação desses grupos e de seus espaços como rústicos, animais, apresentando os líbios, de certa forma, como indivíduos desprovidos de características organizacionais e de uma capacidade de raciocínio complexo. Por outro lado, ao recorrer a estudiosos como Liverani (2000) e Bates (1914), percebemos que os líbios possuíam sim uma sociedade estruturada e capaz de explorar o que o espaço tinha a lhe fornecer.

Segundo Liverani (2000, p. 510), o comércio a longa distância requeria algum tipo de organização política e controle social. Nas declarações de Heródoto, no entanto, encontramos apenas referências genéricas a "povos" distribuídos ao longo do itinerário, não sendo perceptível nenhuma autoridade entre eles. Podemos duvidar que esse fosse realmente o caso. Os pequenos oásis isolados no norte e leste não podem competir em tamanho e potencialidade econômica com os grandes grupos de oásis do Fazzan, controlado pelos garamantes. Siwa, por sua vez, estava perto do Egito e era econômica e politicamente dependente dos garamantes. O Egito, naquele período, estava sob domínio dos persas, que isolaram o oásis de Áugila, contudo Liverani supõe que, mesmo diante da ofensiva egípcio-persa sobre o oásis de Áugila, os

garamantes ainda mantiveram a hegemonia sobre a região, o que atesta uma notável capacidade de organização e resistência, razão pela qual é correto supor a existência de uma chefia garamante capaz de arregimentar recursos humanos para defender o oásis de Áugila.

O território dos garamantes era bastante extenso e incluía grandes áreas agrícolas. A atividade agrícola na região é mencionada por Heródoto (*Hist.*, IV, 185). O sistema econômico da garamantes parece ter sido, já em meados do primeiro milênio a.C., bastante complexo, incluindo extração de sal, comércio de longa distância, agricultura e irrigação. Podemos supor com confiança a existência de uma chefia complexa entre os garamantes por volta de 500 a.C., enquanto o Estado ou reino garamantino deve ter começado um pouco mais tarde, no período romano, com a primeira urbanização em Germa (LIVERANI, 2000, p. 510-511).

O vale do Nilo há muito tempo era um Estado e, na época de Heródoto, fazia parte do Império Persa. As colônias gregas da Cirenaica e as colônias fenícias da Tripolitânia e da Tunísia também estavam bem estabelecidas como entidades independentes, com economias complexas e florescentes, artesanato especializado. Já na costa do Mediterrâneo, orientado para o mar, o comércio estava nas mãos de chefes líbios (principalmente garamantinos), agrupados na região de Fazzan e de outras chefias agrupadas no médio o alto Níger.

A cronologia de Heródoto está de acordo com as características históricas e arqueológicas até o momento disponíveis para o estudo da Líbia na Antiguidade: a fundação do templo de Zeus amônio em Siwa remonta a 570-526 a.C. e a ascensão da área de Germa também remonta a esse período. Já as colônias gregas na Cirenaica experimentaram um crescimento notável no século VI a.C. e Cambises (525-521 a.C.) estava muito interessado em controlar o leste da Líbia. Os empreendimentos marítimos fenícios e gregos ao longo do oeste da costa africana, provavelmente estimulados por notícias sobre uma fonte substancial de ouro nos territórios do Sudão, concentram-se no final do século VI a.C. e início do século V a.C. Finalmente, a

cunhagem de ouro em Cirene, ocorrida pela primeira vez em 450 a.C., poderia ter começado como resultado de um afluxo substancial de ouro sudanês (LIVERANI, 2000, p. 512-513).

O século VI a.C. parece, portanto, assimilar o fim de um longo processo, no qual os oásis do Saara, como pontos de apoio para pastores, reunidos em assentamentos modestos, abrigam centros florescentes que suportam um rico comércio de longa distância. Uma transformação dessa envergadura estava decerto ligada ao trabalho das comunidades como os garamantes e os nasamonos. O comércio cresce na região estimulado pela presença de mercados substanciais e postos comerciais não apenas no Egito, mas também na costa líbia, da Cirenaica à Tripolitânia, sendo estabelecidos empórios costeiros que não existiam antes (LIVERANI, 2000, p. 513).

Em síntese, o itinerário transaariano registrado em Heródoto (*Hist.*, IV, 181-185) é uma matriz importante para compreendermos o início do comércio na região, constituindo uma fonte cujo balizamento cronológico é preciso e que tem sido recentemente corroborado por evidências arqueológicas. O itinerário, portanto, deve ser considerado uma referência importante, em termos temporais e espaciais, para a criação de uma rota transaariana que será melhor documentada em períodos posteriores e que se manterá ativa por toda Antiguidade (LIVERANI, 2000, p. 514).

Além desse sistema comercial saariano, que é mais desenvolvido pelos garamantes, Heródoto cita ainda a existência de uma espécie de *comércio mudo*, como na seguinte passagem:

Os carquedônios dizem ainda o seguinte: há um lugar na Líbia, habitado por homens, além das Colunas de Hércules; chegando à terra desses homens, os carquedônios desembarcam sua mercadoria, depositam-nas bem arrumadas ao longo da praia e reembarcam em suas naus depois de acender fogueiras para fazer fumaça; vendo essa fumaça, os habitantes da região vêm para a beira-mar, depositam lá o ouro que oferecem em troca das mercadorias e se afastam até uma certa distância; os carquedônios voltam a desembarcar e examinam o ouro; se este lhes parece equivaler às mercadorias, eles o levam e vão embora; se não acham equivalente, reembarcam em suas naus e ficam esperando; os nativos se aproximam novamente e adicionam mais ouro ao que já haviam deixado, até os carquedônios ficarem satisfeitos; nenhuma das partes fraudava a outra; nem os carquedônios tocam no ouro antes dele ter atingido

um valor equivalente ao das mercadorias, nem os nativos tocam na mercadoria antes de os primeiros terem apanhado o ouro (*Hist.*, IV 196).

O que essa passagem indica é a existência de um comércio marítimo, no qual os comerciantes carquedônios não precisavam ter contato direto para finalizar a transação comercial, feita de maneira impessoal. Por outro lado, essa forma de comércio sugere que existia uma relação de confiança entre as duas partes, visto que uma das características desse tipo de comércio era ter que deixar expostas as mercadorias de troca. Essa passagem permite supor a existência de redes de comércio independentes dos garamantes na costa mediterrânea da Líbia.

4.4 OS POVOS LÍBIOS E SEUS COSTUMES

A região da Líbia, na Antiguidade, era marcada por uma grande heterogeneidade de povos, cada um ocupando regiões distintas com diversas práticas culturais, que se dividem em três grupos: sedentários, nômade e seminômades. Esses grupos ocupavam espaços específicos que também apresentavam características singulares, como descreve Heródoto.

Logo de início, ao tratar da Líbia, o autor menciona uma “Líbia, a rica em rebanhos” (*Hist.*, IV, 155), característica apresentada pela Pítia, quando, em seu oráculo, recomenda que os tereus não vivam na Líbia. Já em outra passagem, a Pítia utiliza, mais uma vez o substantivo *rebanhos* ao se referir à Líbia, da seguinte forma: “Se tens melhor conhecimento do que eu, tu, que não fostes lá, melhor que eu da Líbia e seus rebanhos, muito admiro o teu saber” (*Hist.*, IV, 157). Essa é a primeira informação que o oráculo fornece sobre os tereus e sobre o território líbio, qualificando-o como um espaço propício à criação de animais.

A respeito do solo, Heródoto acrescenta:

Na minha opinião, também do ponto de vista da excelência do solo quanto à fertilidade da Líbia não pode ser comparada com a da Ásia ou da Europa, à exceção apenas de

Cínips (essa região tem o mesmo nome do rio). Como produtora de cereais a Cínips é igual aos melhores logos, e não se assemelha de forma alguma ao resto da Líbia; realmente, sua terra é negra, é bem irrigada por nascentes, e não tem a temer a seca nem é encharcada pelo excesso de chuvas (nessa região da Líbia chove); a produtividade do trigo lá é comparável à da Babilônia. O território habitado pelos euesperitas também é fértil (*Hist.* IV, 198).

De acordo com o autor, a Líbia é um território caracterizado pela falta de fertilidade agrícola.

Apenas Cínips se destaca nesse quesito, pois possui um solo extremamente fértil, o que não é o caso do restante da região. No entanto, Heródoto acaba se contradizendo ao afirmar que, em Cirenaica, são passíveis três tipos de colheita por ano:

Na região da Cirenaica, a mais elevada dessa parte da Líbia habitada pelos nômades, acontece algo notável: lá há três colheitas por ano. A primeira região a estar pronta para a colheita e para a vindima é a costeira; terminada essa colheita, a região intermediária, chamada Colinas, situada acima da orla marítima, está pronta por seu turno; terminada a colheita dessa região intermediária, a região mais alta está pronta para a respectiva colheita, de tal forma que a primeira colheita está comida e bebida quando a última começa (*Hist.*, IV, 199).

Seja como for, o fato é que no território da Líbia prevaleciam, mesmo depois da fundação de Cirene, o nomadismo e o pastoreio, muito embora os líbios nômades não desconhecem as técnicas de plantio. A fim de destacar os principais grupos que trataremos aqui, recorreremos ao Quadro 4, com dados extraídos do nosso complexo categorial.

Quadro 4 – Heterogeneidade dos grupos líbios segundo Heródoto

Referência	Sujeitos/atores	Atributos físicos	Atributos culturais	Espaço	Predicado do espaço	Tipo de ocupação
<i>Hist.</i> , IV, 168	Adirmaquidas	Usam cabelo grande e costumam cardar com argolas nas pernas	Animalescos, as mulheres esmagam piolhos com os dentes. Oferecem virgens ao rei e seguem os costumes egípcios.	Fronteira do Egito com a Líbia		Nômade
<i>Hist.</i> , IV, 170	Asbistas		São os mais hábeis no manejo de carros puxados por quatro cavalos e se	Interior da região de Cirene.	Não chegaram até o mar, pois o litoral é ocupado	Nômade

			esforçam para imitar os costumes dos cirenaicos.		pelos cirenaicos.	
<i>Hist.</i> , IV, 172	Nasamones		Costumam ter muitas mulheres, sem necessidade de laços sólidos. Na noite do casamento a noiva tem relações sexuais com todos os convidados.	Seguindo em direção ao poente, depois de Barce.	Região populosa, próxima a orla marítima, onde os nasamones deixam seus rebanhos e abundante em frutas.	Nômade
<i>Hist.</i> , IV, 175	Macas	Raspam a cabeça, à exceção apenas de uma crista, deixando crescer o meio e raspando as laterais.	Na guerra usam pele de avestruz para se proteger.	Eles habitam acima dos nasamones, indo para o Sul.	Região dos animais selvagens, coberta de bosques espessos.	Nômade
<i>Hist.</i> , IV, 176	Gindanes		Todas as mulheres usam muitas argolas de couro nos tornozelos, que significa a quantidade de homens com os quais já copularam.	Em seguida à região dos macas.		Nômade
<i>Hist.</i> , IV, 180	Áusees	Deixam crescer os cabelos na parte dianteira da cabeça.	Realizam uma festa anual de Atena onde as virgens lutam entre si e copulam como animais.	Ao redor do lago Tritonis.		Nômade
<i>Hist.</i> , IV, 181	Amônios			Interior da Líbia	Líbia dos animais selvagens, composta apenas por dunas.	Seminômade
<i>Hist.</i> , IV, 183	Garamantes		Povo muito numeroso, eles põem terra por	Entre dunas de sal, a uma distância de	Colina de sal com água e muitas	Seminômade

			cima do sal onde semeiam; caçam trogloditas etíopes.	dez dias de marcha partindo de Áugila.	tamareiras frutíferas.	
<i>Hist.</i> , IV, 187	Líbios sedentários	Os mais saudáveis dos homens.	Não têm os mesmos costumes e não tratam os seus filhos como os nômades costumam tratar.	Na direção do poente, além do lago Tritonis.		Sedentários
<i>Hist.</i> , IV, 191	Máxies	Eles deixam crescer os cabelos do lado direito de sua cabeça e raspam o lado esquerdo, pintam seu corpo de vermelho e consideram-se descendentes dos troianos.		A oeste do rio Trítion	Seu espaço é mais rico em animais e mais arborizado que o território dos nômades. É montanhoso, arborizado e cheio de animais selvagens.	Sedentários

Fonte: Elaboração da autora (2020).

O Quadro 4 fornece uma sinopse da narrativa de Heródoto sobre os povos líbios. Por meio do relato do autor, podemos analisar similitudes e diferenças desses grupos e identificar a conexão entre seus costumes e o espaço no qual habitavam. Infelizmente Heródoto não oferece material suficiente para traçar as características físicas das comunidades líbias, pois o autor somente informa sobre os cortes de cabelo adotados pelos distintos grupos, assunto ao qual voltaremos.

Segundo Bates (1914, p 39), os líbios possuíam uma origem hamítica devido a características físicas das quais falaremos mais adiante. Para o autor, várias teorias foram formuladas para explicar a origem dos berberes líbios, algumas das quais plausíveis, mas nenhuma com respaldo científico suficiente. Atualmente apenas uma conclusão é consensual: o fato de que a chamada etnia hamítica resultou da hibridização de autóctones do norte da África com populações

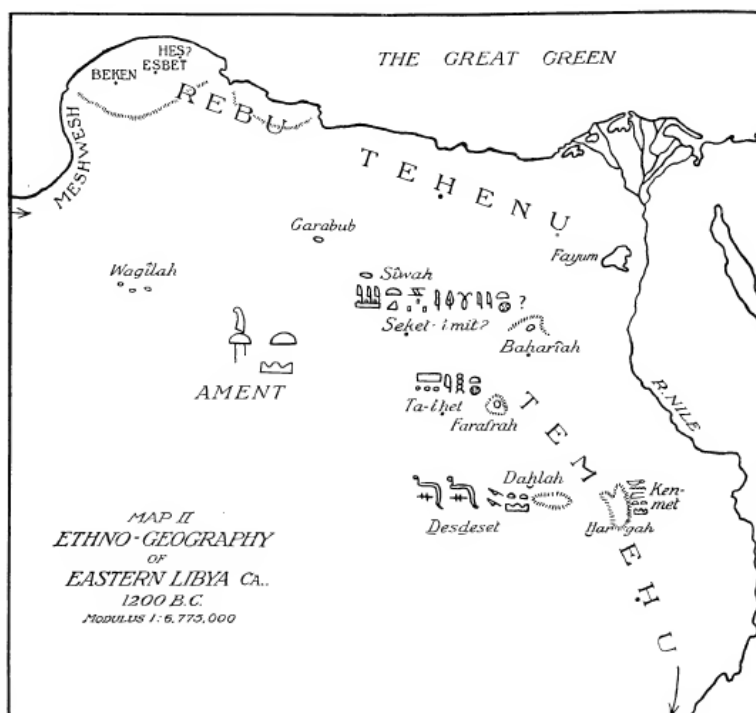
autóctones, talvez do Oriente Próximo. O tipo “hamítico mais característico” parece ser o encontrado entre os berberes do Saara: um tipo alto, sobressalente, membros longos e escuros, cabelos pretos ou castanhos escuros, lisos ou ondulados, nariz ligeiramente aquilino ou reto, olhos escuros bem separados, boca bem definida, sistema capilar facial ligeiramente desenvolvido. No Oeste, entre os Wady Dra'ah ("Wed Draa") e o Senegal, esse tipo se fundiu com o elemento negroide do Sul, de modo que o tipo resultante compartilha as peculiaridades físicas de ambos os arredores.

De acordo com Bates (1914, p. 45), na Antiguidade, foram os hamitas do Mediterrâneo que, devido à sua posição geográfica, eram mais conhecidos pelos egípcios, gregos e romanos. Os hamitas do Mediterrâneo Oriental eram os líbios, mais conhecidos pelos egípcios que habitavam o vale do Nilo.

Bates (1914, p. 48) salienta que uma lista de etnônios líbios pode ser encontrada nos textos egípcios. Cabe a seguinte pergunta: como esses grupos se distribuía geograficamente? A pergunta pode ser respondida apenas de modo geral, como vemos no Mapa 11, que ilustra a etnogeografia dos líbios orientais, por volta de 1200 a.C.⁵¹.

⁵¹ O autor se refere ao período de 1200 a.C. como período egípcio (BATES, 1914, p. 48).

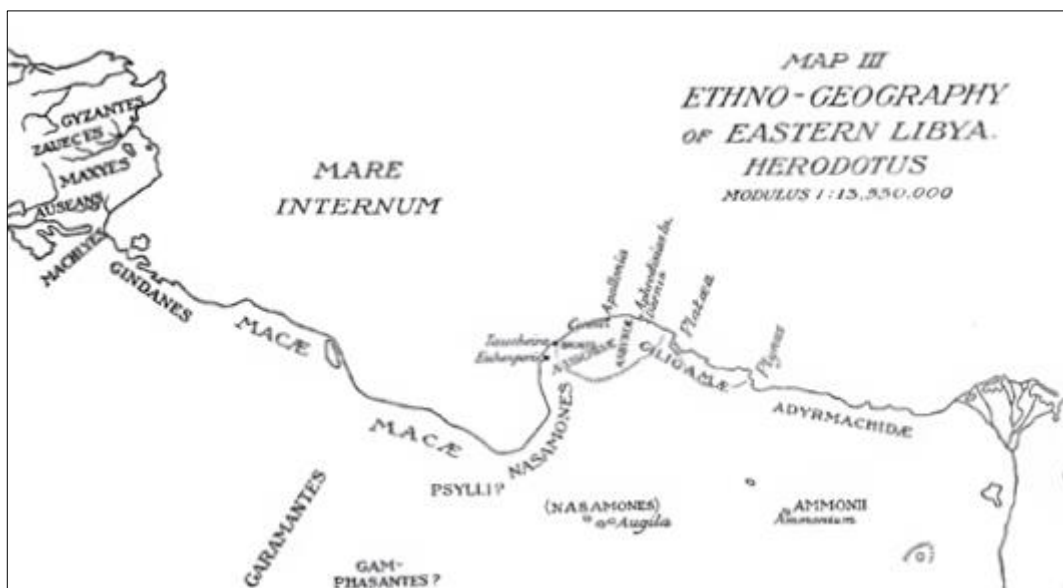
Mapa 11 – A etnogeografia dos líbios orientais por volta de 1200 a.C.



Fonte: Bates (1914).

Na Época Clássica, o primeiro relato detalhado do posicionamento das comunidades da Líbia é aquele encontrado em Heródoto. Segundo o autor, o território da Líbia se iniciava a oeste do Vale do Nilo e seguia numa faixa de terra até o litoral atlântico. Ao sul, a Líbia era delimitada pelo território dos etíopes. Era na região do leste da Líbia que Heródoto situava os nômades, como vemos no Mapa 12.

Mapa 12 – Grupos líbios segundo Heródoto



Fonte: Bates (1914).

Ao compararmos os dois mapas de perto, é perceptível que, no Mapa 11, os grupos líbios localizam-se próximo ao Egito, nas imediações do Nilo. Já no Mapa 12, distribuem-se pela costa mediterrânea, o que atesta uma migração dos líbios, talvez por conta dos diversos conflitos com os egípcios ou do estabelecimento de colônias gregas e fenícias na costa mediterrânea, o que teria atuado como um fator de atração para as populações líbias mais interioranas.

Tendo estabelecido, mais ou menos, as características físicas desses grupos e seus locais de residência, voltamos novamente para o Quadro 4. Como demonstrado, na grande maioria das vezes que Heródoto aborda um grupo líbio, sua narrativa compreende atributos físicos (vestimenta, corte de cabelo, acessórios etc.), características espaciais da região que esse grupo habita e suas práticas culturais. Observamos uma relação construída pelo autor entre as características físicas desses grupos e o espaço por eles ocupado.

Os adirmaquidas, grupo nômade habitante da fronteira entre Egito e Líbia, usavam os cabelos grandes e uma argola de cobre em cada perna. Esse grupo líbio, por viver numa região limítrofe

seguia tantos os costumes líbios quanto os egípcios. Segundo Heródoto (*Hist.*, IV, 168), por mais que eles seguissem os costumes do Egito, suas vestimentas são as mesmas que os outros líbios utilizam, o que os identifica como membros desta etnia e não da egípcia.

Já os macas, outro grupo nômade, tinham o hábito de raspar as laterais da cabeça, deixando apenas crescer os cabelos no meio, formando uma crista. Esse povo ocupava uma região repleta de vegetação, o que a diferenciava do restante dos grupos líbios. Os máclios, também nômades, deixavam crescer os cabelos na parte traseira da cabeça e os Áusees, na parte dianteira. Esses dois grupos habitavam em torno do lago Tritonis.

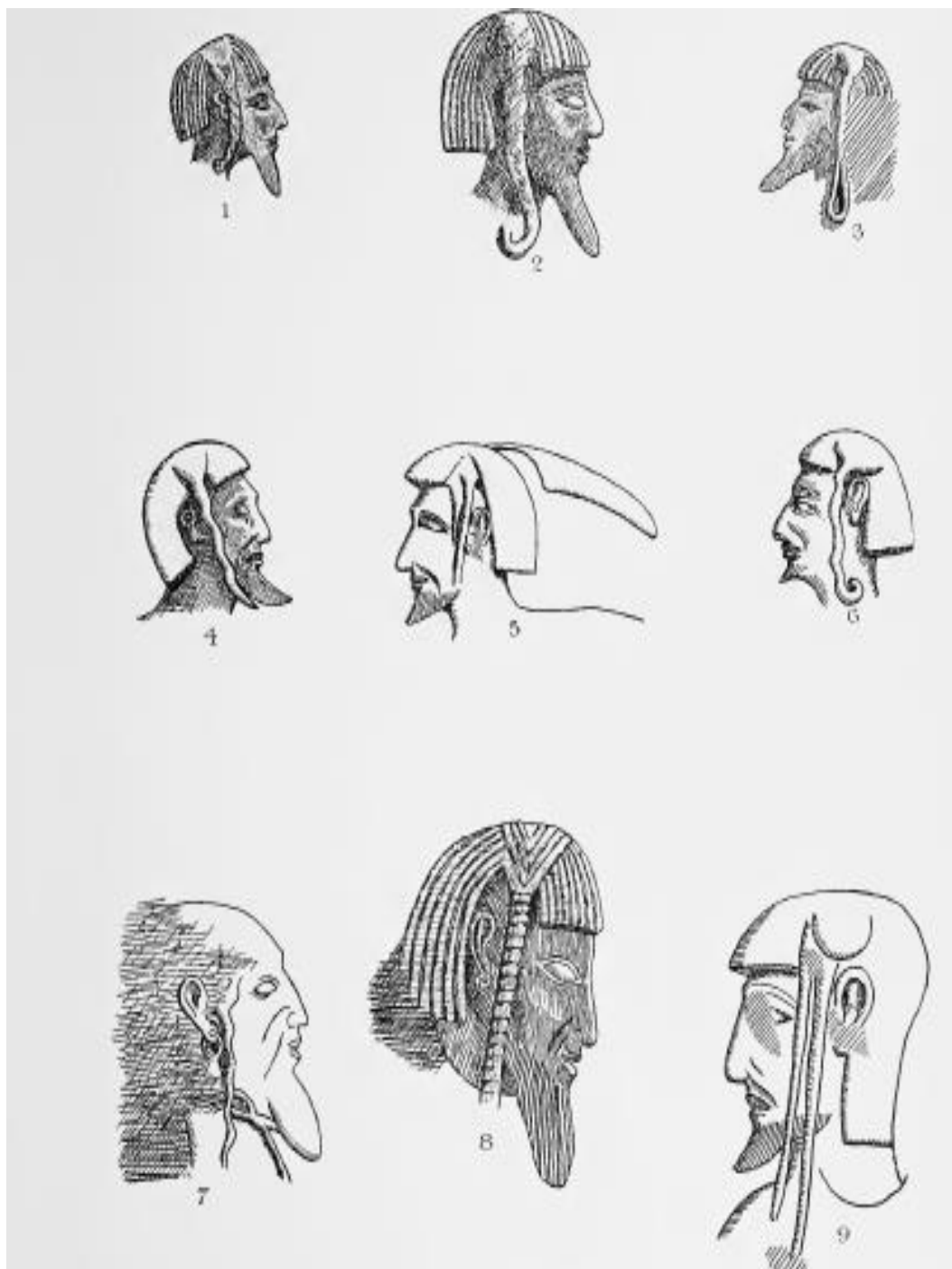
A distinção física que Heródoto apresenta sobre os povos líbios está predominantemente relacionada aos distintos cortes de cabelo. Sabemos, no entanto, que os líbios possuíam outras características físicas marcantes, como esclarece Desanges (2010, p. 460):

São homens de grande estatura, perfil agudo e lábios grossos, com barbas cerradas e um penteado característico — espessa madeixa sobre a nuca, mechas laterais prolongando-se até os ombros, pequeno topete erguido sobre a testa. Seu vestuário compreendia, além do cinto e do estojo fálico já mencionados, largas faixas que passavam por sobre os ombros e se cruzavam no peito, bem como colares ornados com pingentes.

Como vemos pela citação, haveria outros elementos que Heródoto poderia ter considerado em sua descrição. No entanto, ao que tudo indica, a maneira pela qual os líbios arranjavam os seus cabelos diferia bastante dos gregos, o que teria chamado a atenção de Heródoto. Por outro lado, é necessário considerar que as distinções entre os penteados eram bastante valorizadas pelos próprios líbios, que, desse modo, marcavam a singularidade de um grupo diante do outro.

A importância dos arranjos de cabelo pode ser corroborada por testemunhos imagéticos extraídos da cultura egípcia, pois os egípcios também distinguiram os líbios conforme o penteado que ostentassem, como vemos na Figura 27, um inventário dos diversos grupos étnicos líbios, feito pelos egípcios.

Figura 27 – A diversidade líbia segundo os egípcios

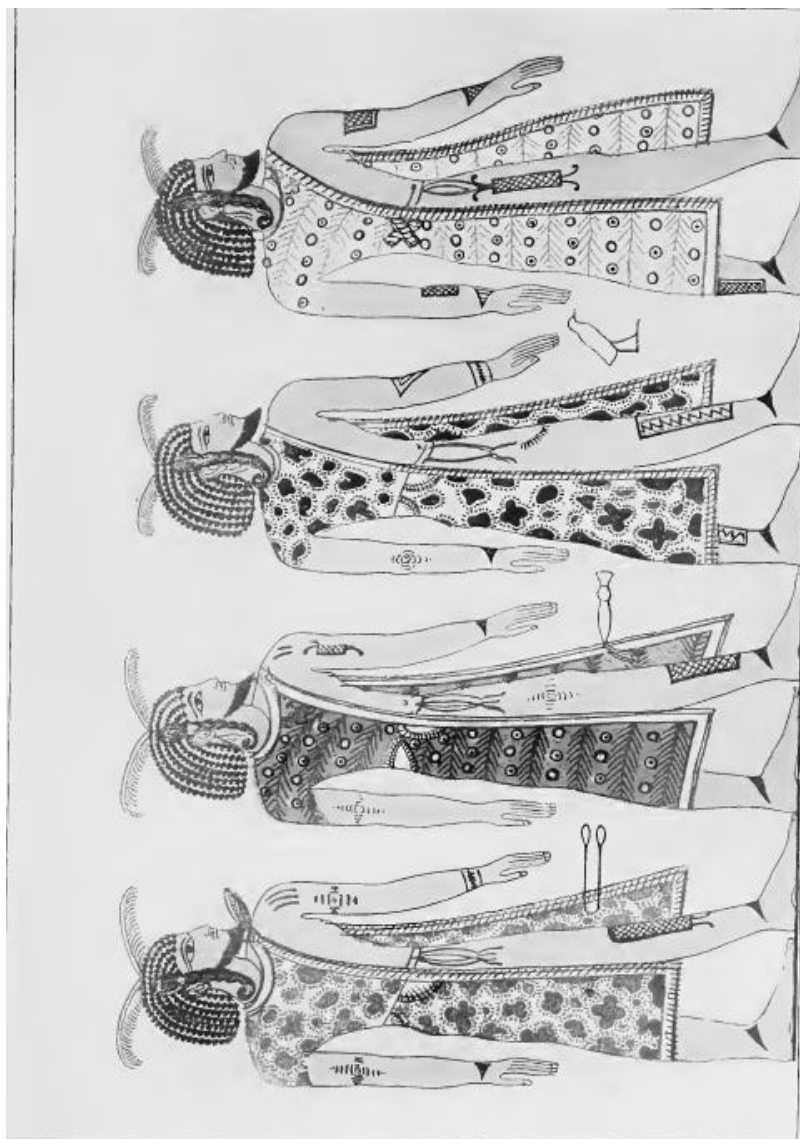


Fonte: Bates (1914).

Outro elemento de distinção entre os líbios era a indumentária. Segundo Bates (1914, p. 118), os líbios orientais, em geral, parecem ter sido escassamente vestidos. No norte da África, a maioria dos habitantes usava, mesmo na época romana, pouca roupa. Heródoto (*Hist.*, IV, 168), descrevendo os adirmaquidas, observa que, embora se parecessem com os egípcios em suas

maneiras, eles usavam o vestido dos líbios. Provavelmente esse vestido líbio era semelhante a esse da Figura 28, que trata de uma representação egípcia acerca da maneira pela qual os homens líbios se vestiam.

Figura 28 – Trajes masculinos líbios

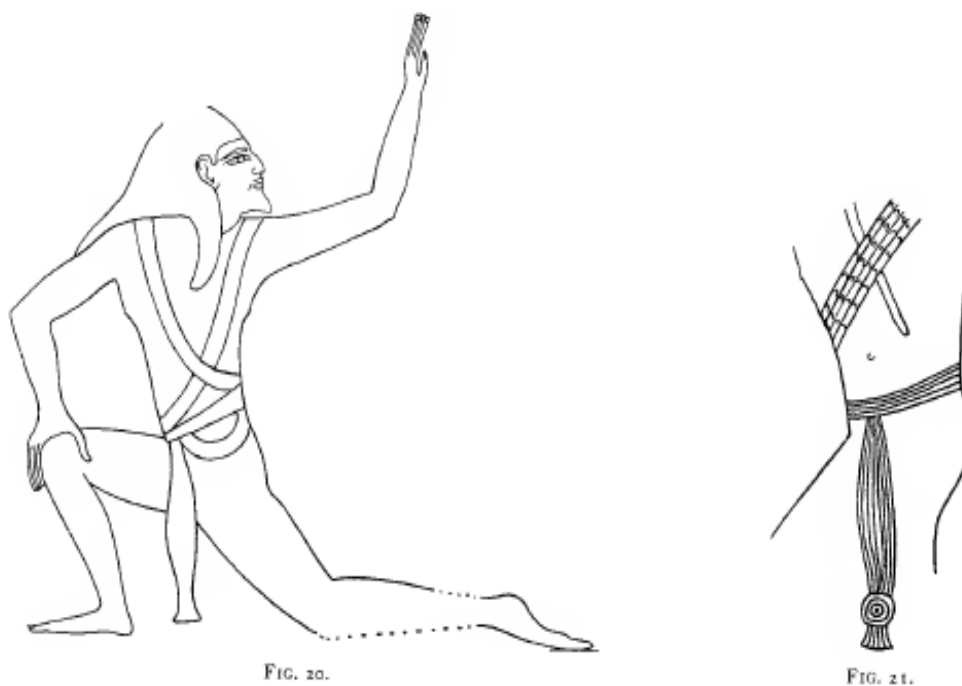


Fonte: Bates (1914).

Embora a túnica longa fosse um traje, a peça de roupa mais comum entre os líbios, usada no dia a dia, era a bainha protetora para os órgãos genitais (Figura 29), conhecida pelos arqueólogos como a *penistasche* (BATES, 1914, p. 122).

Segundo Bates (1914, p. 122), as bainhas deste tipo eram comuns entre os povos que gravitavam em torno do Mediterrâneo. Proteções semelhantes foram usadas em Creta e são usadas hoje na África do Sul. No período pré-dinástico no Egito e no protodinástico, a *penistasche* era conhecida. Essa terminologia *penistasche* significa "prepúcio" ou "falo com prepúcio", uma vez que era uma peça que funcionava como um segundo revestimento externo do pênis. O *penistasche* era preso por um cinturão que o homem trazia na altura dos quadris, como se pode ver na Figura 29.

Figura 29 – Bainha protetora de genitais



Fonte: Bates (1914).

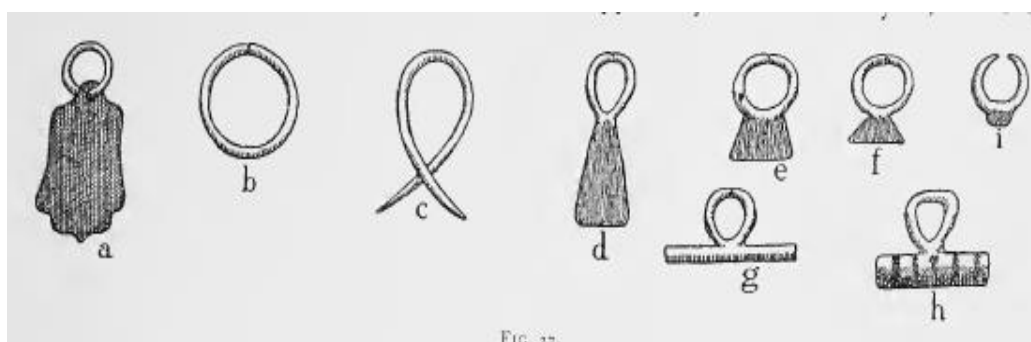
A indumentária padrão das mulheres líbias, por sua vez, era tão simples quanto a dos homens.

Heródoto afirma:

Os trajes e a égide das imagens de Atena foram copiados pelos helenos dos líbios, com a única exceção de que os trajes das líbias são em couro e franjas pendentes de suas égides não são serpentes, mas correias; quanto ao resto, seus paramentos são os mesmos. O próprio nome, aliás, já demonstra que os paramentos das estátuas de Palas vêm da Líbia; efetivamente, as líbias põem por cima de suas roupas peles de cabra sem os pelos, guarnecidas de franjas e pintadas com garança, e dessas peles de cabra os helenos tiraram o nome das égides (*Hist.*, IV, 189).

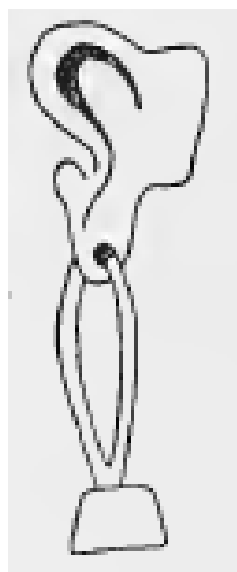
Nessa passagem, constatamos que as trocas culturais não foram unilaterais; quando Heródoto informa que os trajes “foram copiados pelos helenos dos líbios”, ele demonstra uma influência de costumes líbios nos gregos. Além das vestimentas, Heródoto também cita que alguns grupos de líbios utilizam argolas como ornamentos, como os adirmaquidas, que usavam uma argola de cobre em cada perna (*Hist.*, IV, 168), e as mulheres gindanes, que usavam muitas argolas de couro nos tornozelos (*Hist.*, IV, 176). Bates (1914, p. 131), por meio de seu repertório etnográfico, corrobora a informação contida em Heródoto acerca da predileção dos líbios pelo uso de argolas (Figura 30), utilizadas como pingentes em colares e como brincos (Figura 31).

Figura 30 – Diferentes tipos de argolas utilizadas pelos líbios como brincos



Fonte: Bates (1914).

Figura 31 – Uso das argolas pelos líbios



Fonte: Bates (1914).

Confirmando a veracidade do relato de Heródoto, Bates (1914, p. 131) demonstra que as argolas eram um adereço popular entre os líbios berberes, fazendo parte da maneira como se apresentavam aos demais. Para além das vestimentas e dos ornamentos de que os líbios faziam uso, Heródoto também descreve a utilização de outros tipos de elementos pela cultura líbia, como o uso de carros de guerra pelos garamantes.

Como já mencionamos anteriormente, Heródoto relata o uso de carros pelos garamantes, incluindo a caça de etíopes trogloditas a serem utilizados como mão de obra nesses carros. Contudo fica o questionamento? Esses carros são de produção nativa original ou são influências trazida pelos estrangeiros?

De acordo com Desanges (2010, p. 463), numa inscrição encontrada em Carnac e datada de 1227 a.C., os líbios aparecem associados aos Povos do Mar, que teriam invadido o Egito. Admitindo-se a existência de líbios entre os Povos do Mar, uma questão se coloca: teriam sido esses povos responsáveis pela transmissão do uso do carro de guerra aos líbios, inicialmente restrito aos líbios da costa oriental, mas depois alargado para todas as comunidades líbias na extensão do Saara? Sobre o assunto, continua Desanges (2010, p. 463):

Essa tese é sustentada por excelentes estudiosos do Saara; no entanto, poucas são as semelhanças entre as representações de carros do Egeu e as do Saara, como muito bem demonstraram G. Charles-Picard, arqueólogo da Antiguidade clássica, e J. Spruytte, especialista em cavalos. Os carros do Saara são vistos da perspectiva do cavaleiro e não de perfil. A plataforma não é sobrelevada, assentando-se sobre o centro do eixo a uma boa distância das rodas, o que limita a capacidade de carga a praticamente um ocupante; este tem entre as mãos uma espécie de martelo, e não uma arma. Os cavalos, barbos as mais das vezes, atrelados por jugos aplicados a nuca, e não a cernelha, são certamente representados em extensão (“galope voador”), mas seus jarretes e joelhos não são figurados. Aliás, o “galope voador” dos documentos do Egeu não diz respeito à atitude dos cavalos atrelados. Os carros saarianos revestem-se, assim, de grande originalidade; trata-se de veículos “esportivos” bastante frágeis (DESANGES, 2010, p. 463).

De acordo com autor, a tese segundo a qual os líbios teriam emprestado o uso do carro dos egípcios — que o vinham utilizando desde a invasão dos hicsos, isto é, há quatro ou cinco

séculos, antes da invasão dos Povos do Mar — é mais verossímil que a hipótese de uma transmissão pelos Povos do Mar (DESANGES, 2010, p. 464).

Tratamos, até o momento das características físicas, dos tipos de indumentária, dos adornos e do emprego de carros de guerra, elementos que Heródoto enfatiza em sua narrativa sobre os povos que ocupam o território da Líbia na Antiguidade. A partir de agora, enfocaremos outro tema central: a diferenciação que faz o autor entre espaços ocupados pelos líbios sedentários e líbios nômades.

4.5 A REPARTIÇÃO DO ESPAÇO LÍBIO ENTRE SEDENTÁRIOS E NÔMADES

Ao observarmos o Quadro 4, pode-se chegar à conclusão de que a grande maioria dos grupos étnicos que Heródoto descreve são caracterizados pelo autor como nômades. O autor reserva uma boa parte de sua narrativa para escrever sobre esses grupos.

Segundo Bates (1914), a ocupação do Vale do Nilo pelos egípcios delimitou a leste uma fronteira étnica e geográfica com as populações da Líbia. As populações mais antigas do território líbio, a saber, aquelas entre a terra do Egito e o lago Tritonis, eram basicamente nômades, ao passo que as comunidades a oeste do lago eram sedentárias, habitando residências em caráter permanente e dedicando-se à agricultura.

A linha entre nômades e sedentários, no entanto, era um pouco tênue, pois populações nômades poderiam ser encontradas nas encostas do Atlas e, no leste da Líbia, existiam comunidades sedentárias ou semisedentárias, como em Áugila e Amônia, cujo território, a oeste do lago Tritonis, teria sido ocupado por populações que possuíam um estilo de vida diferente daquelas assentada nas estepes Tripolitânia e do Fazzan. Em todo caso, o nomadismo parece ter sido um modo de vida predominante entre os líbios, o que pode ser, ao menos em parte, explicado pelas

secas periódicas que impulsionavam os líbios a um movimento constante em busca de terras de pastagens para seus rebanhos (BATES, 1914, p. 90).

Para Bates (1914, p. 90), a relação do homem com o meio ambiente, no leste da Líbia, se fazia por meio do pastoreio, como é possível constatar no exemplo dos nasamones, cujo modo de vida pode ser tomado como típico dos líbios da região. Os nasamones assentados no interior deslocavam-se com seus rebanhos durante o verão, a fim de aproveitar melhor as pastagens. Já os macaes, ao contrário dos nasamones, frequentavam a costa mediterrânea durante o período de chuvas. No inverno, distribuía-se ao longo da costa, ficando seus rebanhos confinados em cercados, mas no verão, quando havia escassez de água na zona costeira arenosa, eles se dirigiam às regiões centrais, mais férteis.

O nomadismo desses grupos pode ser caracterizado como restrito, visto que, por mais que mudassem de localização, de acordo com a época do ano, por conta das alterações climáticas que interferiam nas pastagens, sempre voltavam ao mesmo lugar. Esses grupos possuíam assim uma rotina de deslocamento anual e eram adeptos de uma cultura de transumância.

Apesar de Heródoto (*Hist.*, IV, 175) afirmar que, a oeste do lago Tritonis, viviam grupos de líbios sedentários, parece que os líbios se repartiam em pequenas áreas e se movimentavam adotando um estilo de vida seminômade. No inverno, cultivariam a terra e, no verão, vagariam pelos campos, residindo em tendas.

Bates (1914, p. 93) afirma que as evidências culturais sugerem que, na Líbia, pode ter ocorrido um primeiro exemplo de transição da caça e da coleta para o pastoreio, embora os líbios nunca tenham abandonado por completo o extrativismo animal e vegetal. De fato, depois da pecuária, a mais importante atividade econômica dos líbios orientais era a caça, principalmente de animais selvagens, abundantes ao longo dos limites setentrionais do deserto. Mesmo numa fase

posterior, quando as comunidades líbias já dominavam plenamente as técnicas de reprodução de plantas e animais, a caça continuava a desempenhar um papel relevante dentro do sistema econômico da região.

A criação de abelhas para produção do mel foi outra atividade dos líbios, ao menos dos sedentários, desde um período remoto. De acordo com Bates (1914, p. 98-99), no período clássico, a fértil região Cirenaica estava quase inteiramente sob o domínio grego ou greco-líbio. Era aí que havia a maior parte da atividade agrícola da costa da Líbia, mas temos conhecimento de atividades agrícolas fora dessa região, pois os habitantes da Amônia e aqueles assentados nas proximidades dos oásis também praticaram a agricultura. Heródoto observou que, no norte da Phazania, os garamantes cobriam terra salgada com barro e depois semeavam.

Apesar de, no território da Líbia, conviverem comunidades nômades e sedentárias que apresentam elementos culturais intercambiáveis, é importante frisar que, na concepção de Heródoto, nomadismo e sedentarismo são categorias que se opõem, como podemos perceber na passagem a seguir, na qual o autor trata da distinção entre os espaços ocupados pro nômades e sedentários.

A oeste do rio Trítion e além dos áusees começa a região dos líbios lavradores de terra e possuidores de casas; esses líbios chamam-se máxies; eles deixam crescer os cabelos do lado direito de sua cabeça e os raspam do lado esquerdo, pintam seu corpo de vermelhão e se consideram descendentes dos troianos. Seu território e o resto da Líbia na direção do poente são muito mais ricos em animais e mais arborizados que o território dos nômades; a parte oriental da Líbia, habitada por nômades, é baixa e arenosa até o rio Trítion, enquanto a partir desse rio o lado ocidental, o dos lavradores, é muito montanhoso, arborizado e cheio de animais selvagens. Vivem ali enormes leões, elefantes, ursos, víboras, e asnos corníferos, além de homens com cabeça de cão, homens sem cabeça, e com os olhos no peito (os líbios dizem isso), e homens e mulheres selvagens e grande quantidade de animais selvagens que nada têm de fabuloso (*Hist.*, IV, 191).

Heródoto, nesse trecho, evidencia a dicotomia entre sedentários e nômades que domina sua narrativa. Para o autor, o espaço ocupado pelos sedentários é fértil, belo, civilizado e ameno, em contraponto ao espaço dos nômades, totalmente selvagem, com homens e mulheres

animalescos, que possuem cabeça de cão, por exemplo. A descrição é tão fantástica que Heródoto se justifica dizendo que esses relatos são dos próprios líbios. Para finalizar, ainda afirma que o espaço nômade nada possui de atraente, o que o torna um espaço bárbaro, selvagem, o espaço do *outro*, em oposição ao espaço dos sedentários, que, ao praticarem a agricultura, se aproximariam da civilização grega, da qual Heródoto fazia parte.

Analisando os elementos de que Heródoto faz uso para descrever espaço sedentário e espaço líbio, constatamos que a *heterotopia* se manifesta principalmente neste último, pois esse espaço mais se afasta da realidade de Heródoto, isto é, do contexto da Hélade, marcado pelo assentamento permanente em *póleis*.

Ademais, percebemos que a repulsa não está relacionada somente ao espaço, mas também às práticas desses grupos, como na seguinte passagem:

Mas na direção do poente além do lago Tritonis os líbios já não são nômades, não têm os mesmos costumes e não tratam seus filhos como os nômades costumam tratar. Com efeito os líbios nômades, se não todos, isso não posso dizer com certeza, mas a maioria faz o seguinte: quando seus filhos completam quatro anos, eles lhes queimam com lã ainda oleosa as veias do topo da cabeça, e alguns até as das têmporas, para evitar que no futuro a fleuma lhes desça da cabeça e lhes prejudique a saúde [...] Se quando queimam as veias de seus filhos estes têm convulsões, eles possuem um remédio à mão: molham seus filhos com urina de bode e assim os salvam (repito as palavras dos próprios líbios) (*Hist.*, IV, 187).

Heródoto enfatiza que nômades e sedentários não tem os mesmos costumes e um exemplo dessa distinção está na maneira como eles tratam seus filhos. Enquanto nômades queimam as cabeças de seus filhos e possuem como remédio urina de bode, os sedentários não praticavam tais atos, considerados repugnantes. Mais uma vez, ao relatar o fantástico, Heródoto enfatiza que essa informação lhe foi dada pelos líbios, ou seja, ao mesmo tempo que ele distancia nômades e sedentários, ele também deixa evidente a distinção entre suas falas e as falas consideradas por ele como fantásticas, desprovidas de embasamento verídico.

Essa divisão espacial das comunidades líbias feita por Heródoto reverberou, na Antiguidade, por muitos séculos. De acordo com Lima Neto (2019a, p. 89)

Essa representação eivada de alteridade e de estigmatização, comumente associada aos grupos líbios nômades que habitavam a região meridional do norte da África, foi originalmente cunhada por Heródoto no século V a.C. Em suas *Histórias* (IV, 145-205), o autor constrói uma delimitação espacial que se tornou canônica no Mundo Antigo, separando o que ele denomina como Líbia em três áreas distintas: costa oeste, habitada por fenícios cartagineses e por líbios sedentarizados e influenciados pela cultura púnica; costa leste, ocupada por helenos (cireneus) e por autóctones que lhes imitavam os usos e costumes; e interior além do *habitat* das bestas selvagens, perfazendo um território que se estendia dos oásis próximos ao Alto Egito até a costa atlântica.

Na descrição dos líbios feita por Heródoto, observa-se a presença de uma grande variedade de comunidades nômades em detrimento de um número reduzido de sedentários. No entanto, os nômades também apresentam variações. Por mais que esses grupos possuam características animais, têm práticas distintas. Já os sedentários são somente sedentários, sem nenhum tipo de especificação ou de distinção entre eles. Isso corrobora o argumento de que Heródoto, ao tratar a Líbia, estava mais preocupado em descrever as diferenças e não as semelhanças dos líbios com os helenos. Nada mais distinto dos gregos do que povos nômades, sem pólis, sem templos, sem *paideia*.

Além disso, a distinção entre líbios sedentários e líbios nômades, feita por Heródoto, fundamenta-se, em larga medida, em exemplos extraídos do universo feminino. Para tanto, recorre-se ao modelo de mulher que melhor conhecia: a mulher ateniense do século V a.C., assunto que passaremos a tratar agora.

4.6 HERÓDOTO E O IDEAL DE *MULHER MELISSA*⁵²: O CASO DAS MULHERES

LÍBIAS

Antes de analisarmos a narrativa de Heródoto sobre as mulheres líbias, é necessário compreender o contexto no qual o autor estava inserido, pois influencia na maneira como Heródoto diferencia a mulher grega da mulher não grega.

Como já vimos anteriormente, o *status* da mulher grega no período clássico estava reservado ao espaço privado, sem participação política. A tarefa da mulher era cuidar da casa, do marido e gerar herdeiros legítimos. Nessa perspectiva, Junqueira (2011, p. 75) explica:

Foi a partir da segunda metade do VI a.C., com o legislador Sólon, e depois no V a.C., com a lei de cidadania de Péricles, que o comportamento das mulheres atenienses passou a ser regulamentado, instituindo-se, por exemplo, a diferença entre mulheres ‘rameiras’ e as decentes, os passeios, as festas e bebidas que elas poderiam consumir, a maneira como deveriam expressar seus sentimentos durante os funerais e como a sua movimentação pela *polis* deveria ocorrer, por exemplo, somente em determinadas ocasiões e sempre acompanhadas por um membro masculino da família. Além disso, elas estariam excluídas da participação na gestão da democracia ateniense.

Na passagem do século VI a.C. para o V a.C., houve todo um movimento de regulação das práticas femininas em Atenas. Ocorreu, nesse momento, a tentativa de restrição dos espaços que poderiam ser ocupados pelas mulheres. Essa regulamentação da vida feminina não significa que as normas fossem seguidas à risca, mas não é isso que nos interessa aqui. O mais relevante é constatar que, ao estabelecer as normas que regiam o segmento feminino, os homens definiam como a mulher deveria se portar e qual papel desempenharia na pólis. Heródoto, ao interpretar outras sociedades, busca por traços familiares e, quando não os encontra, visto que sociedades distintas adotam práticas distintas, termina por caracterizá-las como estranhas e inumanas.

⁵² Mulher Melissa é a grega bem nascida, esposa esmerada, discreta e reclusa na espera privada, que administra o *oikos* e casa-se jovem, cuja função primordial é gerar filhos (JUNQUEIRA, 2011, p. 75).

Nesse sentido, a mulher encontra-se sempre em evidência em sua obra, já que ela representaria uma das formas primárias de alteridade segundo os cânones culturais dos gregos.

Sobre a situação política da mulher, Andrade (2001, p. 15) ressalta:

As mulheres nascidas nas casas atenienses do período clássico podem ser consideradas cidadãs no sentido estritamente político do termo, já que elas encontravam obstáculos e proibições efetivas no que diz respeito a possíveis intervenções em atividades políticas. Mesmo que consideremos que a lei de Péricles (451 a.C.) admitia que havia mulheres atenienses (filhas de pai e mãe atenienses), isto colocava a mulher sob a tutela do pai e da família, e não fazia dela mais uma participante da comunidade política. Todavia, isto não quer dizer que, na sociedade ateniense do período clássico, as mulheres, principalmente aquelas que pertenciam a casas cidadãs e às boas famílias (*eupatridai*), mas também as outras mulheres (embora por outros motivos) tivessem uma atuação menor ou fossem passivas.

A autora ainda pontua que esse esforço em delimitar e normatizar o comportamento das mulheres demonstra que, na verdade, essa não era a realidade do período, afinal por que tanto esforço para normatizar um comportamento já difundido? Para ela, essa regulamentação se dá exatamente como uma tentativa de ditar como as mulheres deveriam se portar. Para tanto, os gregos se valiam da oposição entre espaço público e espaço privado, bastante valorizada pelos homens da pólis. Andrade (2001, p. 36) salienta que as relações de gênero, na Atenas Clássica, correspondiam, em larga medida, à ocupação dos espaços privados e públicos, como é possível constatar no Quadro 5.

Quadro 5 – Ocupação do espaço público e privado na Atenas Clássica

Representações	Público	Privado
Definição política (conceitual)	Comum (Koinós) Politeía Pólis Comunidade Cidadão	Próprio (ídios) Família (oikía) Oïkos Posse (Ktésis) Chefe de família (cada um)
Espaço	Político	Doméstico
Atributos	Comunidade política Leis	Vida comum Multiplicidade Frequência Trivialidade Cotidiano
Agentes	Legislador	Cidadão/ habitante/ colono

	Cidadão Magistrados	Mulheres Fiscais
Práticas	Fazer leis Agir segundo a Justiça	Habitar Vigiar a formação de hábitos Fiscalizar os limites das propriedades Cuidar dos templos, fontes, aquedutos Fiscalizar a atividade comercial
Interações		Vizinhança (a lugares) Vizinhos Educação Casamento

Fonte: Andrade (2002).

Ao observar o quadro, percebemos que a ateniense estava inserida na categoria do privado — do espaço doméstico —, cujo antagonista é o espaço público, que possui como agente o cidadão, ou seja, o homem. Junqueira (2011, p. 81) afirma que essa distinção de gêneros, relacionada aos espaços, iniciava-se ainda na infância, quando as meninas provavelmente ainda se misturavam livremente com os garotos.

Na idade dos seis anos, quando os garotos começavam a ir para a escola, a dicotomia entre a esfera pública masculina e a doméstica feminina teria começado a entrar na vida dessas crianças. As garotas ficariam em casa com sua mãe, aprendendo os afazeres da casa, o que proporcionaria poucas oportunidades para se socializar com os outros membros do seu próprio sexo e com os garotos, que além da escola, também frequentavam o ginásio e os festivais atléticos.

Para a autora, é na infância que os papéis sociais das mulheres eram definidos. Enquanto as meninas ficavam em casa aprendendo as tarefas domésticas, os meninos tinham a opção de ter uma educação formal. Vale ressaltar que estamos tratando aqui de famílias abastadas, porém Junqueira (2011, p. 57) explica que as fontes cerâmicas do período (entre século VI e V a.C.) mostram que as mulheres não estavam restritas às atividades somente dentro do *oîkos*, mas eram representadas participando de rituais fúnebres, colheita, busca de água em fontes, procissão de casamento e até mesmo no comércio.

As mulheres atenienses se movimentavam pela pólis em outras ocasiões além dos funerais ou cultos religiosos, e os vasos e as passagens de Heródoto nos sugerem uma variedade de exceções. Havia aquelas mulheres que necessitavam trabalhar fora de casa, realizando tarefas parecidas com aquelas feitas em casa: lavadeiras, tecedoras,

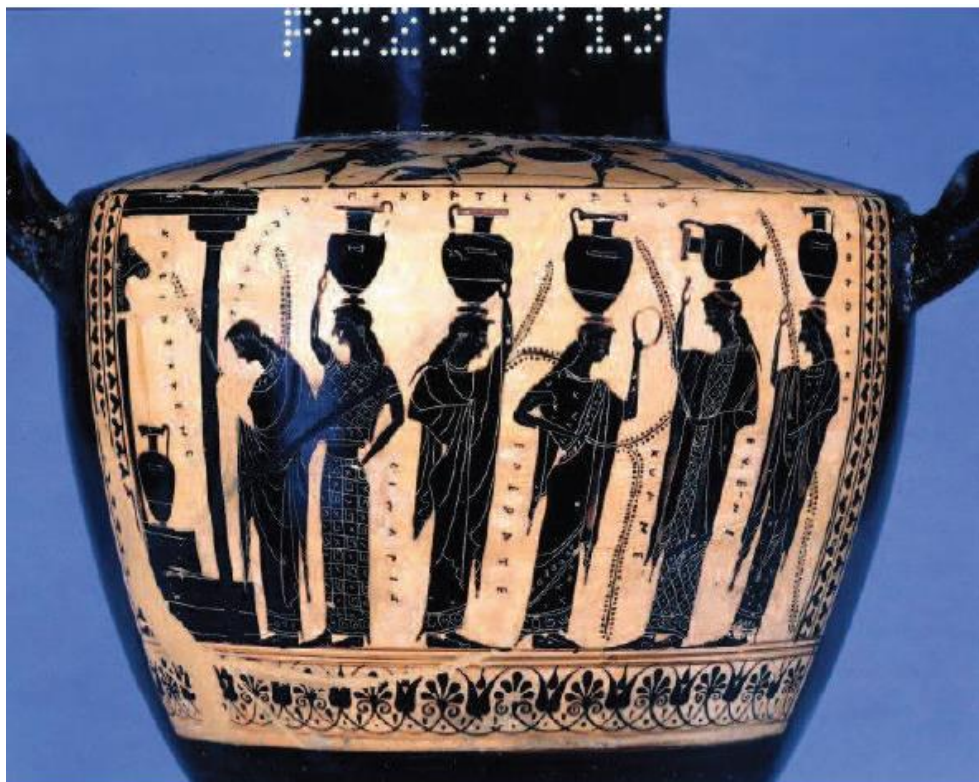
vendedoras, oferecendo alimentos feitos por elas mesmas em suas casas, trabalhando a terra e levando animais ao mercado. Outra atividade mais comum realizada no espaço público era as idas às fontes e poços públicos (JUNQUEIRA, 2011, p. 99).

Segundo Junqueira (2011, p. 99), a ida às fontes (Figura 32) para pegar água era responsabilidade de quem administrava o lar, nesse caso, a mulher. Portanto, tanto as mulheres abastadas quanto as humildes tinham oportunidade de transitar pelas ruas. Na verdade, as mulheres menos abastadas nunca ficaram restritas ao gineceu, pois muitas vezes tinham que frequentar a ágora a fim de vender seus produtos, além de trabalhar lado a lado com o cônjuge nos períodos de plantio e colheita. A maior reclusão era um protocolo observado mais de perto pelas mulheres abastadas.

De fato, se a condição jurídica da mulher ateniense era aquela determinada pela ideologia masculina, a situação social realmente introduzia sensíveis diferenças. A ateniense de boa família deveria residir cercada por seus serviçais e somente saía para cumprir seus deveres religiosos. Mas a mulher do povo, essa tinha por necessidade sair da casa, para ir ao mercado, e completar um salário pequeno diante dos poucos recursos do casal [...] as atenienses menos abastadas tinham uma liberdade relativa maior que a das mais abastadas, pois circulavam pela cidade vendendo os produtos responsáveis pela sua subsistência. Mas acreditamos que as mais abastadas também teriam outras ocasiões para sair de casa, como a obrigação com o cuidado da tumba da família, cerimônias de casamento e funerárias (JUNQUEIRA, 2011, p. 101).

A mulher menos abastada, que tinha necessidade de sair de casa para complementar a renda da família, acabava por circular por lugares que não eram destinados às mulheres, como o mercado. Na Figura 33, é possível ver uma mulher comercializando um vaso de alabastro. Ela encontrase sentada enquanto o cliente permanece de pé.

Figura 32 – Mulheres atenienses na fonte



Proveniência: Atenas

Datação: 510 a.C. (aprox.)

Local de conservação: Museu Britânico de Londres

Fonte: Junqueira (2011).

Figura 33 - Mulher ateniense no mercado



Local de conservação: Bernisches Historisches Museum

Datação: Primeira metade do século V a.C.

Fonte: Junqueira (2011).

De acordo com Sarah Pomeroy (1999, p. 90), o transporte de água em um recipiente equilibrado sobre a cabeça fazia parte de uma atividade tipicamente feminina, assim como observamos na Figura 32, em que vemos mulheres carregando hidras ou esperando que elas encham, o que até permite uma certa interação entre as mulheres que aguardam. No entanto, segundo Fantham (1994, p. 108), as fontes eram consideradas lugares perigosos, porque a busca por água supunha intercâmbio social, conversa e facilitação para possíveis flertes: “[...] dessa forma, eram as escravas que usualmente se enviavam para tais trabalhos, mas acreditamos que isso não impedia que mulheres livres fossem até as fontes”.Fantham (1994, p. 108) explica que as fontes eram consideradas lugares perigosos, porque a busca por água supunha um intercâmbio social, conversa e facilitação para possíveis fletes, “ dessa forma, eram as escravas que usualmente se enviavam para tais trabalhos, mas acreditamos que isso não impedia que mulheres livres fossem até as fontes”.

O eventual flerte das mulheres contrariava o ideal feminino dos atenienses do século V a.C., pois tal situação abria a porta para relações ilícitas e ameaçava a geração de herdeiros legítimos. Além das fontes, também há representações de participação de mulheres em atividades agrícolas em suas propriedades particulares, como na representação da Figura 34, em que há um grupo de mulheres coletando frutos de uma árvore.

Figura 34 – Mulheres atenienses na colheita



Local de conservação: Museu Metropolitano de Arte de Nova York

Datação: primeira metade do século V a.C.

Fonte: Junqueira (2011, p. 179).

A realidade da situação das mulheres na Atenas Clássica, a partir dessa tentativa de regulamentação do comportamento feminino e de restrição dos espaços por elas ocupados, faz parte do contexto no qual Heródoto estava inserido e reflete na sua maneira de descrever e representar as mulheres não gregas. Uma prova da posição do autor é a seguinte passagem:

Entre eles são as mulheres que vão ao mercado e fazem as comprar enquanto os homens ficam em casa tecendo... Os homens levam os fardos sobre a cabeça; as mulheres sobre os ombros. As mulheres urinam de pé; os homens, sentados... Os filhos, se não querem, não tem nenhuma obrigação de manter os seus pais, mas as filhas, ainda que não queiram, têm uma obrigação restrita (*Hist.*, II, 35).

É desse modo que Heródoto relata as relações de gênero no Egito. O autor utiliza ironia para satirizar o fato de que os homens desempenham atividades femininas e as mulheres, as atividades masculinas, a partir de um parâmetro ateniense. Por isso, ele pontua que “as mulheres urinam de pé e os homens sentados”, querendo assim indicar que os homens eram passivos e as mulheres, ativas, o que significa uma inversão completa da realidade vivida na Hélade.

Em relação às mulheres líbias, a narrativa de Heródoto retrata essas mulheres como selvagens.

Logo no primeiro grupo líbio que o autor descreve, os adirmaquidas, ele frisa:

Suas mulheres usam uma argola de cobre em cada perna e deixam crescer os cabelos na cabeça; quando catam piolhos nela, esmagam-nos entre os dentes para vingar-se e depois os cospem (somente elas entre os líbios fazem isso); eles são igualmente os únicos líbios a apresentar ao seu rei as virgens em vias de casar-se; se alguma delas agrada ao rei, este a deflora (*Hist.*, IV, 168).

As mulheres adirmaquidas são apresentadas como animais, catando piolho e esmagando com os dentes, prática que se assemelha-se à de animais selvagens. A maior parte da narrativa de Heródoto sobre as mulheres está relacionada com questões sexuais. Para ele, acostumado aos parâmetros atenienses, a liberdade sexual feminina encontrada na Líbia causa espanto. De acordo com a narrativa do autor, os líbios não parecem possuir um tipo de casamento tradicional voltado para a geração de herdeiros legítimos. Observemos descrição a seguir sobre os nasamones:

Cada um deles costuma ter muitas mulheres, mas todos usam as mulheres em comum, de maneira análoga à dos massagetas; eles fincam um bastão diante do lugar onde vão encontrar-se com elas e depois copulam. Quando um homem se casa pela primeira vez entre os nasamones, geralmente na primeira noite a noiva passa de convidado em convidado e copula com todos eles, e cada homem que copula com ela lhe dá de presente alguma coisa trazida de casa (*Hist.*, IV, 172).

Sobre as mulheres gindanes, Heródoto ressalta:

Todas as mulheres usam muitas argolas de couro nos tornozelos porque, segundo dizem, para cada homem com o qual copulam eles põem uma argola; a mulher que as tem mais numerosas é considerada a melhor, pois foi amada por mais homens (*Hist.*, IV, 176).

Na Grécia Clássica, em geral, e em Atenas, em particular, os papéis sociais das mulheres eram bem definidos. Por mais que existissem prostitutas e concubinas na Grécia Clássica, elas não se misturavam com as esposas, pois cada uma dessas mulheres tinham um papel social a desempenhar. Na Líbia, no entanto, as mulheres não parecem ter um papel social previamente delimitado. Como o próprio Heródoto relata, eles tinham as mulheres em comum, ou seja, a relação sexual da mulher sem ter laços conjugais estabelecidos não era algo considerado negativo, muito pelo contrário, demonstrava que ela foi amada. Mas se esses grupos tinham as mulheres em comum, como faziam com as crianças? Segundo Heródoto, os líbios “[...] têm as mulheres em comum e copulam como animais em vez de se acasalarem. Quando uma mulher dá à luz um filho sadio, os homens se reúnem no mesmo lugar depois de três meses, e o filho é entregue ao homem com o qual apresenta maior semelhança” (*Hist.*, IV, 180).

Esse desprendimento dos líbios em relação à paternidade demonstra que o herdeiro legítimo não era uma preocupação dessa sociedade. Para além da questão sexual, Heródoto relata que as mulheres do grupo záuecos conduziam os carros para a guerra (*Hist.*, IV, 193), ação impensável para uma mulher ateniense. Em relação à interferência da mulher em assuntos de conflito armado, o autor nos apresenta o exemplo de Feretime, mãe de Arcesilau, sexto rei. Segue o relato:

Feretime lhe pediu um exército para levá-la de volta a Cirene com seu filho, mas Euêlton se disponha a dar-lhe tudo menos o exército. Recebendo outros presentes, ela declarou que eles eram realmente belos, mas ainda mais belo seria dar-lhe o exército pedido por ela. Como a cada presente oferecido por Euêlton ela dizia a mesma coisa, finalmente ela lhe mandou como um presente um fuso de ouro e uma roca, acompanhados de alguma lã; Feretime repetiu ainda naquela ocasião as mesmas palavras de antes, e então Euêlton lhe declarou que aqueles objetos eram presentes oferecidos geralmente às mulheres, e não um exército (*Hist.*, IV, 162).

Na oportunidade, Feretime encontra-se refugiada no Egito, pois ela e seu filho tinham sido expulsos de Barce por conta do constante abuso de autoridade de Arcesilau. Ela deseja que Euêlton lhe conceda um exército para tomar novamente Barce. Por mais que as mulheres líbias

tivessem uma relativa autonomia, aparentemente estar à frente de um exército não era o lugar de uma mulher, o que justificaria a relutância de Euêlton em atendê-la, mas, após Arcesilau ser assassinado de forma trágica, finalmente Feretime consegue o exército que desejava. Desse modo, Heródoto narra:

Ao receber dos persas os barceus mais culpados, Feretime mandou empalá-los em volta da muralha; quanto às mulheres desses homens, ela mandou cortar-lhes os seios e suspendê-los igualmente em volta da muralha; quanto aos barceus restantes, ela os ofereceu aos persas como presa de guerra, à exceção dos que eram batfadas e não tinham participado do assassinato; a estes Feretime entregou a cidade (*Hist.*, IV, 202).

Heródoto ressalta que Feretime, ao agir de forma cruel com seus inimigos, também teve um fim cruel:

Feretime não terminou a vida de maneira feliz, pois após a sua volta do Egito e pouco depois de sua vingança ela pereceu miseravelmente: ainda viva ela ficou infestada de larvas. Assim, as vinganças levadas a extremos atraem sobre os homens a ira dos deuses. Foi essa, em toda sua crueldade, a vingança de Feretime filha de Batos contra os barceus (*Hist.*, IV, 205).

Heródoto evidencia, nessa passagem, que a crueldade e a vingança não são bem vistas aos olhos dos deuses e quem pratica esses atos não pode ter um fim bom. O autor ainda frisa que os atos hediondos de Feretime são ainda piores por terem sido cometidos contra seu próprio povo, ou seja, ela é uma traidora.

Os relatos de Heródoto sobre as mulheres líbias retratam o espanto do autor diante de práticas que, para ele, seriam caracterizadas como estranhas, animais e, muitas vezes, selvagens. Não é à toa que ele descreve as mulheres como “semelhante a animais”. Para Heródoto, acostumado com os costumes atenienses que projetavam na sociedade um ideal de mulher melissa, de esposas laboriosas e devotadas ao esposo e aos filhos, ver as mulheres líbias com comportamentos totalmente ao contrário do que se esperaria lhe causa estranheza e repulsa. Vale frisar que todos esses relatos são de mulheres líbias nômades, pois as sedentárias não são citadas em *História*.

Sabemos que, na Grécia, as mulheres participavam de alguns rituais religiosos, como as procissões de casamento e os rituais fúnebres, contudo Heródoto, em relação a Líbia, não nos fornece nenhuma informação da participação dessas mulheres nos cultos religiosos. Na realidade, Heródoto não confere maior destaque às práticas religiosas dos líbios. Apenas em algumas passagens, ele menciona os deuses, os sacrifícios, os ritos e os sepultamentos, como vemos na seguinte citação:

Eles [os líbios] prestam juramento e praticam a adivinhação da seguinte maneira: juram pelos homens tidos em vida como os mais justos e melhores, com as mãos postas sobre seus túmulos; para valer-se da adivinhação eles vão até o lugar onde estão sepultados seus antepassados, fazem uma prece e adormecem deitados lá; seja qual for a visão que tenham em sonho, consideram-na um oráculo (*Hist.*, IV, 172).

Por mais que os líbios não possuam templos e santuários, essa passagem de Heródoto demonstra que eles têm um lugar sagrado, já que os túmulos se convertem, para eles num local sagrado, onde encontram-se os homens mais justos de suas comunidades.

5 CONCLUSÃO

Em *História*, Heródoto se esforça por relacionar o espaço habitado com as práticas culturais das regiões que busca descrever. Esse, portanto, é um recurso literário do autor, que não o utiliza de maneira neutra. Impregnado pelos costumes helenos e tomando por premissa o que poderíamos nominar de *concepção espacial grega*, Heródoto constrói sua narrativa sobre as comunidades não gregas a partir daquilo que lhe é familiar, próximo e, de seu ponto de vista, adequado.

Desse modo, ao elaborar a narrativa sobre os povos outros que habitavam o mundo então conhecido na época, o autor se posiciona como porta-voz dos valores da cultura grega, proporcionando à sociedade helênica informações sobre esses povos segundo uma lógica que fortalece a identidade grega diante da alteridade “bárbara”. A representação do autor de *História*, ao mesmo tempo que permite aos homens da pólis visualizar determinados traços que formam sua identidade coletiva, também lhes permite constatar sua superioridade diante do *Outro*.

No que diz respeito ao assunto principal desta dissertação, defendemos que a compreensão da distinção entre a maneira como líbios e gregos interagiam com o espaço no qual habitavam é de extrema importância para entender tanto a bagagem cultural de Heródoto como sua representação da Líbia. O espaço grego era ordenado, organizado e normalizado, de forma que os cidadãos com ele interagiam de maneira distinta da dos líbios representados por Heródoto, que não distinguiam entre o espaço rural e o urbano exatamente por não possuírem este último. Quando Heródoto depara com os costumes e o território líbios, acaba por realizar uma inversão do que conhece como civilizado, ou seja, os costumes e o território dos gregos, formulando dessa maneira um relato negativo sobre a Líbia.

Heródoto divide o território líbio em três zonas: aquela ocupada pelos nômades, a ocupada pelos sedentários e as dunas, porém o autor não explica como funcionam essas três modalidades de ocupação espacial, induzindo-nos assim a supor que o espaço líbio era desordenado, o que causa no observador, dessa forma, um estranhamento e mesmo um sentimento de repulsa. Portanto, essa *heterotopia*, ou seja, o espaço degradado e confuso habitado pelo *outro* gera em Heródoto um sentimento de *topofobia*, o medo e a aversão diante do meio ambiente que ele depara.

A obra de Heródoto faz parte de um contexto de intensa movimentação de povos na bacia do Mediterrâneo, espaço que comporta múltiplos significados e paisagens. O Mediterrâneo, nesse sentido, não seria apenas um mar, mas uma sucessão de mares, cercados por uma gama de povos que o cruzavam a todo momento, tanto por razões pacíficas quanto bélicas. Por ali passaram homens, mulheres, mercadorias, animais, navios, religiões e culturas. Através do Mediterrâneo, técnicas, usos, costumes e ideias foram transportadas, o que permite visualizar diversos padrões civilizatórios que se interpenetram e se sobrepõem. Embora distintas, as sociedades que gravitavam em torno do Mediterrâneo se mantinham em permanente contato umas com as outras.

Importa mencionar que o Mediterrâneo e suas regiões litorâneas tenham sido um espaço de locomoção, migração e mobilização, ou seja, um espaço de movimento constante. Nunca foi um território pacífico e de fácil adaptação. Pelo contrário, os homens tiveram que aprender a lidar com ele, a domesticá-lo, como fizeram os gregos ao se lançar, na Época Arcaica, à colonização de novas terras.

De fato, o mar, na Antiguidade, comportava uma série de significados. Ao mesmo tempo que constituía uma barreira e um limite, também era responsável pelo fornecimento de víveres. Para o homem antigo, o mar representava um enigma devido à sua imensidão, pois, pelo padrão das

embarcações antigas, o mar configurava um mundo no qual a locomoção marítima se estendia por meses a fio. O Mediterrâneo era responsável por integrar três continentes: o asiático, o europeu e o africano, o que lhe confere um papel fundamental na circulação de ideias, técnicas e, acima de tudo, pessoas, muitas delas em busca de uma vida melhor, como os tereus que, no século VII a.C., apostaram no litoral da África do Norte para aí fundar Cirene.

Mais tarde, no século V a.C., outro grego, Heródoto, se ocupou em descrever para os seus contemporâneos o *modus vivendi* das sociedades que habitavam o território no qual os tereus haviam se instalado. Em sua narrativa sobre a Líbia, Heródoto elabora a representação de um território pobre de atrativos e com costumes heterogêneos que estão ligados aos espaços onde a comunidade líbia habita. A Líbia de Heródoto apresenta uma surpreendente heterogeneidade de povos, na qual cada um desses povos possui suas próprias práticas culturais que o diferem dos outros. Heródoto ressalta que o povo líbio estava dividido em vários subgrupos, cada um ocupando uma parcela do território.

Como vimos, as práticas culturais dessas comunidades estão ligadas ao espaço onde elas habitam, ou seja, suas práticas exprimem aquilo que o lugar lhes oferece. Encontramos, desse modo, práticas culturais distintas entre os líbios nômades, que se tornam ainda mais evidentes ao abordarmos os sedentários e os habitantes das dunas.

Desse modo, a descrição de Heródoto oferece uma paisagem mais acalentadora sobre os líbios sedentários, relegando, dessa forma, aos líbios nômades uma paisagem deteriorada, uma representação de infertilidade. Julgamos que a forma como o autor visualiza esse espaço físico interfere em sua maneira de descrever as práticas culturais dessa comunidade. Sobre os líbios sedentários, Heródoto não aborda muito, não vai muito além dessa descrição sobre o espaço que eles ocupavam. Talvez essa seja uma estratégia retórica do autor, visto que seu público-alvo era formado pelos próprios gregos e, por esse motivo, ele optou por enfatizar a estranheza

dos costumes dos nômades líbios, o que seria capaz ao mesmo tempo de reforçar a identidade grega e atrair a atenção da audiência.

Comparando-se os sedentários aos nômades, conclui-se que os sedentários se assemelhavam mais aos gregos. Logo, Heródoto atribui a eles características de civilidade em oposição aos nômades, que encarnariam a barbárie e a alteridade absoluta

Em nossa análise da obra de Heródoto, constatamos que o autor tentou construir uma imagem negativa a respeito dos líbios, de seus costumes e de seu território. Utilizando como parâmetro a cultura grega para elaborar sua representação, Heródoto se vale de uma retórica do estranhamento, explorando os mecanismos da alteridade para impressionar seu receptor. Seu objetivo é levar aos gregos informações a respeito das comunidades do ultramar, isto é, as comunidades “bárbaras”, construindo, dessa forma, conhecimento sobre o *Outro*. Esse conhecimento, longe de ser neutro, conjuga elementos históricos, geográficos e etnográficos para reafirmar, no fim das contas, a superioridade cultural dos helenos e talvez para justificar seu direito legítimo a se estabelecer em qualquer ponto do litoral do Mediterrâneo, um mar que havia se tornado uma extensão da própria Hélade.

REFERÊNCIAS

DOCUMENTAÇÃO PRIMÁRIA IMPRESSA

HERODOTUS. **History**. English translation by Alfred Denis Godley. Massachusetts: Harvard University Press, 1921.

PLUTARCO. **Obras morales e de costumbres**. Introducciones, traducciones y notas por Vicente Ramón Palerm y Jorge Bergua Cavero. Madrid: Gredos, 2002.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. Tradução de Mario da Gama Kury. Brasília: Editora da UNB, 1982.

DOCUMENTAÇÃO ARQUEOLÓGICA

BONACASA, N.; ENSOLI, S. **Cirene**. Roma: Electa, 2000.

LUNI, M. **Cirene: Atene D'Africa**. Roma: L'Erma, 2006.

STUCCHI, S. **Architettura Cirenaica**. Roma: L'erma, 1975.

STUCCHI, S. **Cirene 1957-1966**. Roma: Tripoli, 1967.

BIBLIOGRAFIA INSTRUMENTAL

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2000.

BÜHRER-THIERRY, G. Construindo fronteiras, fixando identidades. *In*: CAMPOS, A. P.; GIL, A. C. A.; SILVA, G. V.; BENTIVOGLIO, J. C.; NADER, M. B. (Org). **Território, poderes, identidades: a ocupação do espaço entre a política e a cultura**. Vitória: GM, 2012. p. 193-212.

CHARTIER, R. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

ELIAS, N.; SCOTSON, J. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GUARINELLO, N. L. Ordem, integração e fronteiras no Império Romano: um ensaio. **Mare Nostrum**, v. 1, p. 123-127, 2010.

HARTOG, F. **O espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2014.

LEFEBVRE, H. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999.

NAVARRO, A. G. Sobre el concepto de espacio. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**, v. 17, p. 3-21, 2007.

TUAN, Y. **Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente**. Londrina: Eduel, 2012.

BIBLIOGRAFIA DE APOIO

- ADRADOS, F. R. Introdução. *In: HERÓDOTO. História*. Tradução de Carlos Schrader. Madrid: Gredos, 1992. p. 7-67.
- ALMEIDA, J. E. L. O teatro, a pólis: Dioniso e seu espaço norteador de identidade políade. *Labeca*, p. 1-35, 2010.
- ANDRADE, M. M. **A cidade das mulheres**. Rio de Janeiro: Ed. Lhia, 2001.
- AUSTIN, M. The greeks Libya. *In: TSETSKHLADZE, Gocha R. (Ed.). Greek colonization: an account of Greek colonies and other settlements overseas*. Leiden: Brill, 2008. p. 188-218.
- AUSTIN, M.; VIDAL-NAQUET, P. **Economia e sociedade na Grécia Antiga**. Lisboa: Edições 70, 1972.
- AZEVEDO, V. de. Estudo crítico. *In: Heródoto: História*. Tradução de José Brito Broca. São Paulo: Ediouro, 2001, p. 8-42.
- BATES, O. **The Eastern Libyans**. London: Macmillan, 1914.
- BERNADETE, S. **Herodotean inquiries**. Le Haye: M. Nijhoff, 1969.
- BORTOLINI, R. W.; NUNES, C. A paideia grega: aproximações teóricas sobre o ideal de formação do homem grego. *Filosofia e Educação*, v. 10, n. 1, p. 21-36, 2018.
- BRAUDEL, F. **O espaço e a História no Mediterrâneo**. Tradução de Marina Appenzeller. São Paulo: Martins Fontes, 1985.
- BURGOS, J. O. A investigação de Heródoto e sua interpretação no Ocidente. *In: VARGAS, A. Z.; MAGALHÃES, L. O.; SILVA, M. A. O. (Org.). Heródoto e Tucídides: história e tradição*. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016. p. 261-280.
- BUSTAMANTE, R. M. da C. **África do Norte e Império Romano: processo de integração, estudos de casos: Hippo Regius e Thamugadi**. 1998. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1998.
- CAMP, J. M. *The archaeology of Athens*. New Haven: Yale University Press, 2001.
- CARVALHO, G. C. O reino de Kush, na Núbia: das narrativas de Heródoto e Diodoro de Sicília aos achados arqueológicos. *In: FURLANI, J. C. (Org.). A África no Mundo Antigo: possibilidades de ensino e pesquisa*. Serra: Editora Milfontes, 2019. p. 48-65.
- CHEVITARESE, A. L. **O espaço rural da pólis grega: o caso ateniense no período clássico**. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros, 2001.
- CONDILO, C. **Heródoto, as tiranias e o pensamento político nas Histórias**. São Paulo: Annablume, 2010.

DARBO-PESCHANSKI, C. **O discurso do particular**: ensaio sobre a investigação de Heródoto. Brasília: Editora da UNB, 1998.

DESANGES, J. Os protoberberes. *In*: MOKHTAR, G. (Ed.). **História da África**: África Antiga. Brasília: UNESCO, 2010. p. 451-472. v. II.

DEWALD, C.; MARINCOLA, J. [Ed.]. **Herodotus**. London: Cambridge, 2006.

DREWS, R. **The Greek accounts of Eastern History**. Washington: Harvard University Press, 1973.

DUARTE, A. S. A digressão como recurso narrativo em Homero e Heródoto. *In*: WERNER, C.; SEBASTIANI, B. B.; DOURADO-LOPES, A. O. (Org.). **Gêneros poéticos na Grécia antiga**: confluências e fronteiras. São Paulo: Humanitas, 2014. p. 79-98.

ELLAURI, O. S.; BARIDON, P. D. **História universal**: Grécia. Buenos Aires: Kapelusz, 1958.

ESPOSITO, A.; POLLINI, A. Explorando a história e a arqueologia da colonização grega (períodos arcaico e clássico): fontes, métodos, questões. **Cadernos do Leparq**, v. XV, n. 29, p. 90-100, 2018.

FANTHAM, E. **Women in the Classical World**. New York: Oxford University Press, 1994.

FELISBINO, L. Isócrates e o ideal de pan-helênico: um discurso de união no século IV a.C. **Cadernos de Clio**, n. 4, p. 201-216, 2013.

FINLEY, M. I. **Os gregos antigos**. Lisboa: Edições 70, 1963.

FLORENZANO, M. B. B. A contribuição das colônias ocidentais na construção da identidade poliáde: subsídios do uso e organização do espaço. Resultados preliminares. *In*: FLORENZANO, M. B. B.; HIRATA, E. F. V. (Org.). **Estudos sobre a cidade antiga**. São Paulo: EDUSP, 2009. p. 1-18.

FLORENZANO, M. B. B. Péricles, o Partenon e a construção da cidadania na Atenas Clássica. **Labeca**, p. 1-16, 2001.

FLORENZANO, M. B. B. Pólis e *oïkos*, o público e o privado na Grécia Antiga. **Labeca**, p. 1-5, 2010.

FORNARA, C. W. **Herodotus**: an interpretative essay. Oxford: Clarendon Press, 1971.

FORSDYKE, S. Herodotus, political history and political thought. *In*: DEWALD, C.; MARINCOLA, J. (Ed.). **Herodotus**. London: Cambridge, 2006. p. 224-241.

FURLANI, J. C. A África no Mundo Antigo: palavras iniciais. *In*: FURLANI, J. C. (Org.). **A África no Mundo Antigo**. Serra: Mil fontes, 2019. p. 16-21.

GOTTESMAN, R. Periplous Thinking: Herodotus' Libyan logos and the Greek Mediterranean, **Mediterranean Historical Review**, v. 30, n. 2, p. 81-105, 2015.

HARRIS, W. V. The Mediterranean and Ancient History. *In*: HARRIS, W. V. [Ed]. **Rethinking the Mediterranean**. New York: Oxford University Press, 2005.

HARTOG, F. **Memória de Ulisses**: narrativas sobre a fronteira na Grécia Antiga. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

HARTOG, F. Primeiras figuras do historiador na Grécia: historicidade e história. **Revista de História**, v. 141, p. 9-20, 1999.

HIRATA, E. F. V. A cidade grega antiga: a pólis. **Labeca**, p. 1-7, 2010.

HOW, W. W. A. **Commentary on Herodotus**. New York: Oxford University Press, 1912.

JUNQUEIRA, N. M. **Imagens da mulher grega**: Heródoto e as pinturas em contraste. 2011. Tese (Doutorado em História). – Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

KIFFER, A. G. **Campanhas persas nas Guerras Medas, 494 – 479 a.C.**: uma simulação história. Rio de Janeiro: Clube de Autores, 2010.

KOIKE, K. **Hecateu de Mileto e a formação do pensamento histórico grego**. 2013. Tese (Doutorado em Letras) – Departamento de Línguas, Literatura e Culturas da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, 2013.

KORMIKIARI, M. C. N. Espaços de poder no Norte da África berbere sob o domínio cartaginês e romano: o caso de Cirta (Constantina, Argélia). **Romanitas**, n. 3, p.16-46, 2014.

KORMIKIARI, M. C. N. O Norte da África no fluxo das correntes mediterrânicas: entre tradição e inovação. *In*: SILVA, G. V; SILVA, E. C. M; NETO, B. M. L (Org.). **Usos do espaço no mundo antigo**. Vitória: GM Editora, 2018.

KURY, M. G. Introdução. *In*: **HERÓDOTO**. História. Tradução de Mario da Gama Kury. Brasília: Editora da UNB, 1985. p. 7-14.

LATEINER, D. **The historical method of Herodotus**. Toronto: University of Toronto Press, 1989.

LEFÈVRE, F. **História do mundo grego antigo**. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

LEVI, P. **Grécia, berço do Ocidente**: grandes impérios e civilizações. Campinas: Del Prado, 1996.

LIMA NETO, B. M. História e Arqueologia no norte da África: a emergência dos Garamantes no Fazzan (séc. III a.C. – VI d.C.). **Dimensões**, v. 43, p. 84-108, 2019a.

LIMA NETO, B. M. Prefácio. *In*: FURLANI, J. C (Org.). **A África no Mundo Antigo**: possibilidades de ensino e pesquisa. Serra: Editora Milfontes, 2019b. p. 9-15.

LIMA NETO, B. M. Transmissão, recepção e constituição documental no Norte da África: o corpus Apuleei. In: FURLANI, J. C. (Org.). **A África no Mundo Antigo**: possibilidades de ensino e pesquisa. Serra: Editora Milfontes, 2019c. p. 185-215.

LIVERANI, M. The Libyan caravan road in Herodotus IV. **Journal of the Economic and Social History of Orient**, n. 43, p. 496-520, 2000.

LURAGUI, N. Meta-historie: method and genre in the Histories. In: DEWALD, C.; MARINCOLA, J. [Ed.]. **Herodotus**. London: Cambridge, 2006. p. 76-91.

MCGRAIL, S. **Boats of the world**: from the stones age to medieval times. New York: Oxford University Press, 2009.

MOMOGLIANO, A. **As raízes clássicas da historiografia moderna**. Bauru: Edusc, 2004.

MORAIS, C. **Maravilhas do Mundo Antigo**: Heródoto, pai da História? Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2004.

OLIVA, A. R. A História da África em perspectiva. **Múltipla**, n. 16, p. 9-40, 2004.

POLLINI, A. Arqueologia histórica na Magna Grécia: de uma perspectiva americana à colonização grega no sul da Itália. **Heródoto**, v. 2, n. 2, p. 252-274, 2018.

POLLINI, A. Heródoto: historiador, etnógrafo, geógrafo. In: VARGAS, A. Z.; MAGALHÃES, L. O.; SILVA, M. A. O. (Org.). **Heródoto e Tucídides**: história e tradição. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2016. p. 41-70.

POMEROY, S. B. **Diosas, tameras, esposas y esclavas**: mujeres em la Antigüedad Clásica. Madrid: Ediciones Akal, 1999.

PRIESTLEY, J. **Herodotus & hellenistic culture**: literary studies in the reception of the Histories. Oxford: Oxford University Press, 2014.

PUCCINI, D. B. **Moedas e discurso político**: emissões monetárias da Cirenaica entre 322 e 258 a.C. 2008. Dissertação (Mestrado em Arqueologia). – Programa de Pós-Graduação em Arqueologia do Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

REBELLO, S. I. O tópos lugar ameno (*locus amenos*) e suas múltiplas facetas: da antiguidade clássica à época contemporânea. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE LÍNGUA PORTUGUESA, 14.; e CONGRESSO INTERNACIONAL DE LUSOFONIA DO INSTITUTO DE PESQUISAS LINGÜÍSTICAS-PUC/SP: LÍNGUA PORTUGUESA E LUSOFONIA: DAS TRADIÇÕES QUINHENTISTAS À INFETECNOLOGIA DO SÉCULO XXI, 5., 2012, São Paulo. **Anais** [...]... São Paulo: PUC, 2012.

RIAD, H.; DEVISSE, J. O Egito na época helenística. In: MOKHTAR, G (Ed.). **História da África**: África Antiga. Brasília: UNESCO, 2010. p. 161-190. v. II.

ROMM, J.S. **Herodotus**. New Haven: Yale University Press, 1998.

ROOD, T. Herodotus. *In*: JONG, I. J. F. **Space in Ancient Greek Literature**: studies in ancient greek narrative. Boston: Brill, 2012.

SILVA, G. V. O Egito: uma civilização africana. *In*: FURLANI, J. C. (Org.). **A África no Mundo Antigo**: possibilidades de ensino e pesquisa. Serra: Editora Milfontes, 2019. p. 22-47.

SILVA, M. A. O. Heródoto e suas “Histórias”. **Revista de Teoria da História**, n. 13, p. 39-51, 2015.

SILVA, M. B. Pólis e política: a busca pela ação na Grécia Antiga. *In*: ENCONTRO DE PESQUISAS HISTÓRICAS, 1., 2014, Porto Alegre. **Anais** [...]. Porto Alegre: PUCRS, p. 434-448.

SILVA, T. T. da. A produção social da identidade e da diferença. p. 73-102. *In*: SILVA, T. T da. (Org). **Identidade e diferença**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

SOARES, C. L. A visão do “outro em Heródoto. *In*: FIALHOS, M. C.; SILVA, M. F. S.; PEREIRA, M. H. R. (Org.). **Gênese e consolidação da ideia de Europa**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2005. p. 95-176.

THOMAS, R. **Herodotus in context**: ethnography, science and the art of persuasion. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

TIERNO, P. Formação da pólis e surgimentos da democracia na Grécia antiga: história e consciência da Atenas clássica. **Hologramática**, n. 21, v. 1, p. 99-119, 2014.

VARGAS, A. Z.; MAGALÃES, L. O.; SILVA, M. A. O. (Org). **Heródoto e Tucídides**: História e tradição. Vitória da Conquista: Editora da UESB, 2016.

VERNANT, J. **As origens do pensamento grego**. Rio de Janeiro: Difel, 2013.

VLASTOS, G. The Third Man Argument in the Parmenides. **Philosophical Review**, v. 63, p. 319-349, 1953.

VOLTAIRE. **O pirronismo da história**. São Paulo: Martins Fontes, 2007.

ZAYED, A.; DEVISSE, J. Relações do Egito com o resto da África. *In*: MOKHTAR, G (Ed.). **História da África**: África Antiga. Brasília: UNESCO, 2010.